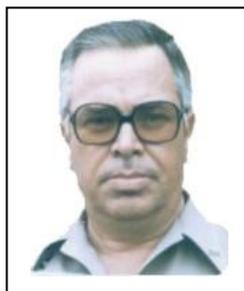


O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES 2º VOLUME



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista .Natural da Canguçu-RD Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB),do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo ,Rio de Janeiro e Sorocaba etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale --paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras.É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História,sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra.

Livro o Exército Farrapo e o seu chefes.Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, v2, digitalizado para ser colocado na Internet em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia do livro original no acervo da FAHIMTB, doado em Boletim Interno e em levantamento para ser colocado na Internet, no Sistema de Bibliotecas do Exército. Resgate que se apoiou em grande parte na fontes primárias divulgadas pelos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul publicados no contexto das comemorações em 1985 do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Ver em Livros e Plaquetas no site a relação de trabalhos do autor abordando a Revolução Farroupilha**

O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES

VOLUME 2

PRINCIPAIS CONVENÇÕES USADAS

AAHRGS-Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do do Sul

ACANDHIS-Academia Canguçuense de História

AHex- Arquivo Histórico do Exército

Alm.Lit.Est. RGS –Almanaque Literário e Estatístico do RGS (1889-1917)

(Do poeta e historiador Alfredo Ferreira Rodrigues)

AMAN-Academia Militar das Agulhas Negras

BIBLIEX-Biblioteca do Exército

IHGB- Instituto Histórico e Geografico Brasileiro

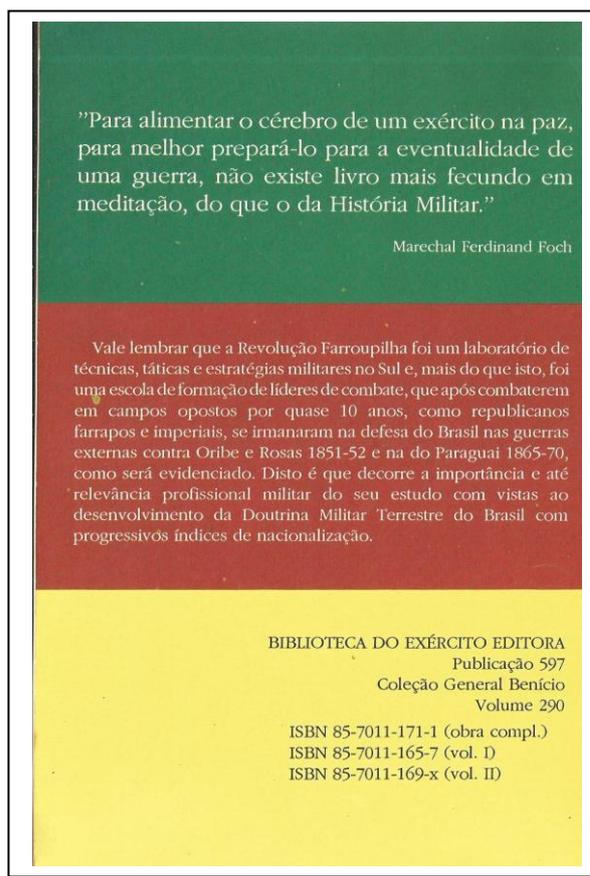
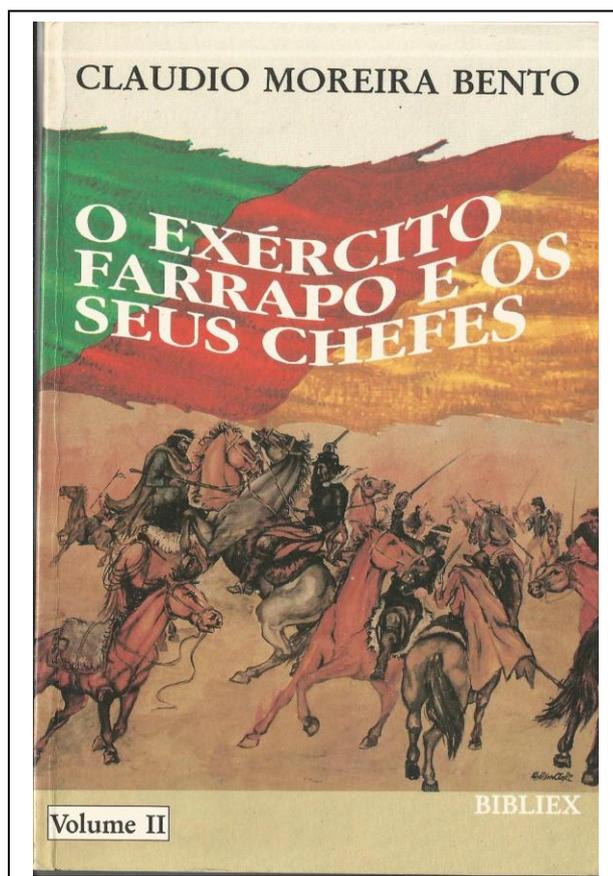
EME- Estado–Maior do Exército

FAHIMTB-Federação de Academia de História Militar Terrester do Brasil

RIHGB-Revista do Instituto Histórico Geografico Brasileiro

RIHGRGS-Revista do Instituto Histórico e Geografico do RGS

A numeração de paginas esta no canto inferior direito de cada página



CHEFE DA SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Ten Cel Marco Antônio Cunha

CAPA e ARTE
Murilio Machado -

COPIDESQUE e REVISÃO
Alberto de Azevedo — Reg Jorn Prof 12.593

Bento, Cláudio Moreira, 1931 —
B478 O exército farrapo e os seus chefes / ccl Cludio Moreira
Bento.
— Rio de Janeiro Biblioteca do Exército, 1993.
2v. il. — (Biblioteca do Exército; 597. Coleção General
Benício,
v. 290)
Bibliografia.
ISBN 85-7011-171-1 (obra compl.) — ISBN 85-7011-165-7
(v.1:
broch) — ISBN 85-7011-169-x (v.2 broch).
1. Brasil — História — Guerra dos farrapos, 1835-1845. 2.
Militares brasileiros Bibliografia.

CDD 981

Direitos cedidos para esta edição à BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Impresso no Brasil Printed in Brazil

CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO
**O EXÉRCITO FARRAPO
E OS SEUS CHEFES**

VOLUME 2/2

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Rio de Janeiro — RJ

1993

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

FUNDADOR

**em 17 de dezembro de 1881
Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto**

REORGANIZADOR

em 26 de junho de 1937, e fundador da Seção Editorial Gen Valentim Benício da Silva

DIRETOR

Cel Inf Arismar Dantas de Oliveira

SUBDIRETOR

Ten Cel Inf Marco Antonio Cunha

CONSELHO EDITORIAL

Gen Div Ref Francisco de Paula e Azevedo Pondé

nomeado em 10 de outubro de 1973

Gen Div Ref Jonas de Moraes Correia Filho

nomeado em 10 de outubro de 1973

Maj Brig R/R Oswaldo Terra de Faria

nomeado em 23 de outubro de 1985

Gen Bda R/1 Aricildes de Moraes Motta

nomeado em 02 de abril de 1991

Cel Prof R/1 Celso José Pires

nomeado em 7 de fevereiro de 1980

Cel R/1 Asdrubal Esteves

nomeado em 7 de novembro de 1983

Ten Cel R/1 Carlos de Souza Scheliga

nomeado em 25 de abril de 1975

Civis:

Prof Ruy Vieira da Cunha

nomeado em 10 de outubro de 1973

Prof Américo Lourenço Jacobina Lacombe

nomeado em 16 de julho de 1985

Prof Vicente Costa Santos Tapajós

nomeado em 02 de abril de 1991

APRESENTAÇÃO

A revolução Farroupilha irrompida no sul do Brasil no período de 1835 a 1845 é apresentada, nesta obra, em partes bem elaboradas, que irá, certamente assegurar uma assimilação, com muita clareza, do seu conteúdo histórico.

O Cel Cláudio Moreira Bento, dedicado pesquisador e historiador militar de incontestáveis méritos, relata com muita autoridade, riqueza de detalhes e ilustrações, as diversas fases importantes dessa guerra que se desenvolveu durante a época regencial.

O autor inicia o seu trabalho com um resumo, na primeira parte, que abrange desde a vitória da Revolução (20 de setembro de 1835 a 15 de janeiro de 1836) até a pacificação do Rio Grande (9 de novembro de 1842 a 1º de março de 1845).

Logo após, o leitor verificará os registros merecidos das personalidades dos bravos que atuaram com idealismo e patriotismo no decorrer dessa ação revolucionária, com a adição de significativos dados biográficos.

Na finalização, encontra-se um quadro, de grande interesse, que é o da Doutrina do Exército Farrapo, compreendendo organização, equipamento, instrução motivação e emprego para o combate, cuja observação se deu no curso dos desdobramentos da campanha farroupilha.

E, portanto, motivo de regozijo da BIBLIEX prestar mais esse serviço à cultura, através dessa nova e preciosa fonte de consulta.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

NOTA DO AUTOR em 2016. Da digitalização artesanal deste trabalho resultaram muitas falhas que se somaram as já existentes na edição original, inclusive de normas atuais da BNT Ex: Onde figura IDEM o correto seria ____.

Esperamos que o pesquisador e leitor interessados releve estas falhas e se atenha ao fundo do conteúdo. O autor ao relê-lo, decorridos 24 anos gostou imenso de seu conteúdo, o que espero concorde os profissionais militares e os historiadores e tradicionalistas do Rio Grande do Sul que o lerem ou que nele pesquisarem. Na expressiva relação de fontes sobre a Revolução o autor também reverencia as entidades e autores que têm mantido acesa e viva a memória do Décênio Heroico, assunto hoje pouco apreciado mas rico em lições de patriotismo e de Arte e Ciência Militar. E concordo plenamente com as considerações da Biblioteca do Exército em sua Apresentação que reflete o pensamento de seu Conselho Editorial, de altíssimo nível.

SUMARIO .

QUARTA PARTE

Introdução.....	7
Outras Lideranças Militares (tenentes-coronéis, majores etc.)	8
Tenente-Coronel José Gomes Portinho (1814-1886)	
Significação histórica.....	8
Tenente-Coronel José Alves Valença (1810-1866)	
Significação histórica.....	16
Tenente-Coronel Manoel Carvalho de Aragão e Silva (Manduca Carvalho ou Carvalhinho)	
Significação histórica.....	18
Tenente-Coronel Jacinto Guedes da Luz (1788-1870)	
Significação histórica	22
Tenente-Coronel Manuel Antunes da Porciúncula (1798-1850)	
Significação histórica.....	24
Tenente-Coronel Joaquim Mariano Aranha	25
Tenente-Coronel Coelho	26
Tenente-Coronel Baltazar Francisco de Bem	26
Tenente-Coronel Francisco José da Rocha	
Significação histórica	26
MAJORES REPUBLICANOS	
Major Bernardo Pires (1790-1851) — O simbolista farrapo	
Significação histórica	32
Major Belchior Francisco de Bem	35
Major Augusto Pereira Siqueira	35
Tenente Manoel Alves da Silva Caldeira (1815-1900) — O cronista farrapo	
Significação histórica	36

QUINTA PARTE

Doutrina do Exército da República Rio-grandense	39
Organização	40
Equipamento	49
Instrução	55
Motivação	58
Emprego	59

SEXTA PARTE

Dois exemplos de emprego do exército farrapo — Os combates do Seival e o do Rio Pardo	
O combate do Seiva1 de 10 de setembro de 1816	76
Situação geral	76
Situação particular	77
O combate do Seival	78
O combate do Rio Pardo de 30 de abril de 1838	87
Conclusões	98

Bibliografia e hemerografia do autor sobre a revolução farroupilha	101
Fontes consultadas	109
Observações sobre as fontes consultadas	109
Dados do autor ..em 1992.....	117

INTRODUÇÃO

A presente obra é uma contribuição ao sesquicentenário da ação pacificadora da Revolução Farroupilha pelo Conde de Caxias, a qual será comemorada de 9 de novembro de 1992 a 1º de março de 1995. A última data, sesquicentenário da Paz de Ponche Verde que significou também a pacificação da Família Brasileira. Paz honrosa na qual os republicanos farrapos se consideraram convencidos, mas não vencidos.

A primeira parte é uma visão do desenvolvimento estratégico da Revolução, com ênfase na interpretação da ação pacificadora de Caxias, então na condição de Comandante-das-Armas e Presidente da Província do Rio Grande.

Em 34 notas a esta parte serão comentadas obras recentes com novas interpretações sobre o tema, bem como serão abordados, de forma sintética, o perfil dos generais que combateram a Revolução com destaque para o seu Pacificador — o jovem Marechal-de-Campo graduado Luiz Alves de Lima e Silva aos 41 anos de idade, além divulgado o Decreto de Anistia aos Farrapos que deles só foi conhecido em seu inteiro teor, 25 anos após a Paz de Ponche Verde, por motivos que serão revelados ao leitor interessado.

As segunda, terceira e quarta partes são dedicadas aos chefes do Exército Farrapo. São aqui estudados os perfis militares de 6 generais, 13 coronéis, 10 tenentes-coronéis e 3 majores que mais se destacaram como cérebros e/ou líderes de combate e, ao longo de suas biografias será distribuída por partes, de maneira gradual e harmônica, a História da Revolução Farroupilha, a qual terminará de ser conhecida no seu todo até ser focalizado o último personagem. Perfis traçados com apoio principal nas indicações de quem considero o maior cronista da epopéia farrapa — o tenente republicano Manoel Alves da Silva Caldeira, o qual é aqui estudado sob este enfoque, como imperativo de verdade e justiça histórica.

A quinta parte aborda, pela primeira vez, com apoio em fontes primárias difundidas pelo jornal farrapo **O Povo** e pelos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** e historiadores constantes da bibliografia, a Doutrina do Exército Farrapo ou da República Rio Grandense. Ou seja como este exército foi organizado, equipado, instruído e motivado e empregado para o combate durante os quase 10 anos que durou a Revolução.

A sexta parte aborda, pela primeira vez, à luz de fundamentos da Arte da Guerra ou Arte do Soldado, as duas maiores vitórias farrapas: Seival em 10 de setembro de 1836 e Rio Pardo em 30 de abril de 1838. Abordagem com o fim de subsidiar estudos de História Militar de parte de profissionais das Armas do presente e do futuro, com apoio na afirmativa do experimentado Marechal Ferdinand Foch e comandante da vitória aliada na 1ª Guerra Mundial:

“Para alimentar o cérebro de um exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar.”

Vale lembrar que a Revolução Farroupilha foi um laboratório de técnicas, táticas e estratégias militares no Sul e, mais do que isto, foi uma escola de formação de líderes de combate, que após combaterem em campos oposto por quase 10 anos, como republicanos farrapos e imperiais, se irmanaram na defesa do Brasil nas guerras externas contra Oribe e Rosas 1851-52 e na do Paraguai 1865-70, como será evidenciado. Disto e que decorre a importância e até relevância profissional militar do seu estudo com vistas ao desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre do Brasil com progressivos índices de nacionalização.

Esperamos que a presente obra, além de instrumento de justas homenagens, se constitua em instrumento para o melhor conhecimento e compreensão dos líderes de combate da Revolução e, sobretudo, como uma contribuição didática, como análise crítica militar, de importante episódio da História da Doutrina Militar Brasileira, tão rica em soluções táticas logísticas e estratégicas que caracterizam a **Guerra à gaúcha** e, em subsídios, para fixar o perfil do Homem Brasileiro, como combatente, no Sul.

Como fecho oferecemos ao pesquisador, do presente e do futuro, uma lista das fontes em que baseamos nosso trabalho. Lista que além de homenagem às entidades e historiadores que têm contribuído para preservar, desenvolver e divulgar a memória da Epopéia Farroupilha, objetiva servir de orientação a estudos futuros, sob os mais variados enfoques, desta revolução precursora da centenária República Brasileira.

O autor

QUARTA PARTE

OUTRAS LIDERANÇAS MILITARES (tenentes-coronéis, majores etc.)

Tenente-Coronel JOSÉ GOMES PORTINHO (1814-1886)

Significação histórica

Foi um dos mais atuantes e destacados comandantes de unidade do Exército da **República Rio-Grandense. Galgou a golpes de audácia, valor militar, bravura e** inteligência, em 3 anos, de soldado a tenente-coronel comandante de unidade. Isto após um rápido aprendizado das armas na Academia Militar da Coxilhas, “vendo, tratando e pelejando”. Vocação militar rara, foi dos oficiais que tomaram parte em mais combates. Assinou a Paz de Ponche Verde, “vencido, mas não convencido”. Entendeu a ameaça externa e adiou seu sonho de república federativa, que quase viveu para ver concretizado, como o único sobrevivente das lideranças militares ligadas à República Rio-Grandense.

Sua missão, por muito tempo, foi cobrir as Missões e Cima da Serra, de interferências inimigas. Assim, coube-lhe bater a vanguarda de Labatut, ex-general de Napoleão, que penetrou com a Divisão da Serra, no Rio Grande, através do rio Pelotas.

Prestou importantes serviços à defesa da Integridade e Soberania do Brasil, na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 e, integrante da Divisão Brasileira de Observação, em Montevideu (1853-56), como coronel da Guarda Nacional, comandante de brigadas daquela corporação. Como brigadeiro, honorário do Exército Brasileiro, fez as **campanhas** do Uruguai 1864 e do Paraguai 1865-70, do início ao fim, como comandante de Brigada e Divisão, ambas de unidade de Cavalaria.

Naturalidade e filiação

Nasceu em Cachoeira do Sul, em 1º de setembro de 1814. Era filho de José Gomes Porto. Foi casado duas vezes. A primeira, com Benta, irmã de Antônio Vicente da Fontoura, seu amigo e companheiro da Revolução Farroupilha e depois seu leal companheiro de lutas políticas. A segunda, com Senhorinha Branca Sertório. Era seu filho o coronel Felipe Portinho, que combateu, na Revolução de 1893, o Governo de Júlio de Castilhos e estudado por Arthur Ferreira Filho' que o assinalou como dos casos raros de descendente de farrapos a opor-se a Júlio de Castilhos.

Portinho dedicou-se ao comércio inicialmente e à profissão de fé liberal.

Em janeiro de 1836, assentou praça nas forças revolucionárias de Rio Pardo, ao comando do tenente-coronel Francisco de Paula do Amaral Sarmiento, em reforço às tropas organizadas pelo coronel Corte Real, em Capané. Forças estas que impuseram a Bento Manuel, passado pela primeira vez, a derrota comandada pelo então major de 1ª Linha João Manoel de Lima e Silva, em 17 de março de 1836, no arroio Capané.

Daí para diante Portinho revelou uma notável e rara vocação militar.

Perfil militar

Sobre seu perfil militar, escreveu Caldeira ² “Portinho foi um dos valentes republicanos daquele tempo. Era enérgico e resoluto. Foi na revolução que ele aprendeu a manejar espada e a comandar soldados. E galgou uma bonita posição pelos relevantes serviços que prestou à República.

E era dos primeiros alvos de seus inimigos. Lutou do início ao fim da revolução”. Noutro depoimento, o mesmo Caldeira escreveu³ “Portinho foi tenente coronel comandante de um Corpo. Foi um dos valentes que teve a República. Era ativo e muito enérgico e inteligente”.

Portinho, por sua bravura foi subindo rapidamente. Foi dos líderes militares farrapos que em mais combates tomou parte. De 1836-1837 foi de cabo a furriel. Em 1837 foi a tenente e a capitão. Depois do combate de Rio Pardo, foi promovido a major e, em 1839, era tenente-coronel.

Um de seus feitos, foi bater a vanguarda da Divisão da Serra, ao comando do general Pedro Labatut (veterano de Napoleão).

Seu Corpo integrou longo tempo à Divisão do Centro que atuava ao longo dos rios Jacuí e Guaíba e sitiava Porto Alegre.

Atuou em harmonia com o general Canabarro e o seu parente e amigo Antonio Vicente da Fontoura, cujas imagens procurou preservar historicamente, tendo nesse

sentido se confrontado com Domingos José de Almeida e anotado a obra de Tristão de Alencar Araripe sobre a revolução.

Portinho e a história da Revolução

Ao ser editada a obra de Tristão de Alencar de Araripe, *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. **RIHGB**, tomo 42, 1880, Portinho fez-lhe anotações assinadas, esclarecendo pontos que sintetizamos e expostos na revista **Província de São Pedro**, v. 2, 1945, p. 149-157 (Anotações de um chefe farroupilha):

1 — A República Rio-Grandense sustentou-se 10 anos por vontade dos rio-grandenses, que cumpriram seus decretos enquanto ela existiu. E obedeceram os seus súditos a paz assinada, depondo as armas.

2 — A paz foi feita por preferirem os rio-grandenses voltar a comunhão brasileira, a unirem-se com estrangeiros. Adiaram a Federação para mais tarde.

3 — O Império ao conceder alforria aos escravos que lutaram pela República, não agiu por filantropia e, sim, por conhecer que seria impossível vencer a Província pela força das armas.

4 — Critica Araripe, como suspeito em suas apreciações, por ser filho do Nordeste e que apesar de haver presidido o Rio Grande, não conheceu seu povo que devia conhecê-lo, por ter levado uma boa lição. Concordou com a afirmação de Araripe e que, era o caso do mesmo.

“Escrever história antes do tempo é ser juiz ilegítimo. E proferir sentença sem processo regular.”

Criticou Araripe de usar documentos falsos e alguns verdadeiros e assim produzir história parcial.

5 — Concordou que ***“Caxias foi muito amigo dos rio-grandenses e que estes também lhe foram amigos e gratos em todas as épocas em que para eles apelou”***.

6 — Reluta que antes de 20 de setembro de 1835, fosse notória a demissão do Presidente Braga, pela Regência. Classifica Araripe de historiador apaixonado que se trai na narrativa das p. 28 e 29 e exclamou: ***“Que grande deturpador da verdade!!!”***

7 — Corrige Araripe, dizendo que o 2º RC de Linha, em Bagé, no início da revolução, ao comando do tenente Manoel Luiz Osório, marchou com ele até São Gabriel, onde rendeu-se a Bento Manuel Ribeiro, que cercava o 3º RC, que rendeu-se ao mesmo Bento Manuel.

8 — Foi de opinião que quando Araujo Ribeiro assumiu a Presidência da Província, em Rio Grande, e com outros atos depois, deu origem à guerra civil. (Foi este fato que fez Portinho correr as armas.)

9 — Araripe diz que não houve capitulação na ilha do Fanfa. Portinho disse que houve, tanto que mais tarde o governo mandou prender anistiados, o que acarretou muito deles se reunirem e procurarem as fileiras de Netto, no Sul da Província — batendo as polícias locais.

10 — Afirma que o envio de Bento Gonçalves para a Corte, preso, foi **“em menoscabo de uma capitulação não cumprida pelo governo Imperial”**.

11 — Refuta Araripe que a Proclamação da República, era um atestado da origem militar do sistema que se inaugurava. E afirmou Portinho: **“Engano! Não havia soldados e sim povo armado, logo eram cidadãos.”**

12 — Criticando o marechal Antero de Brito que subestimou a República Rio-Grandense, em 1836:

“Os ignorantes dos homens e das coisas assim pensavam, porém, os fatos provaram o contrário.”

O próprio marechal Antero provocou a 2º adesão de Bento Manuel à República, ao tentar prendê-lo e ser preso por ele.

13 — Sobre o ataque a Caçapava, em 8 de abril de 1837, corrigiu versão de Araripe:

Diz que o comandante imperial teve de entregar-se com toda a Infantaria. Depois foi solto com a oficialidade. A Cavalaria abandonou Osório, então tenente, antes da rendição. Este seguiu para o Rio Pardo, com os que desejaram acompanhá-lo, onde apresentou-se ao comandante coronel Gabriel Gomes Lisboa. (Em realidade Osório rompeu o cerco na noite 7/8 de abril com seu irmão e um pelotão.)

14 — Afirma ser errônea a versão de Araripe ao combate de 4 de janeiro de 1837. A verdade é que Bento Manuel teve rechaçadas todas as suas tentativas de bater Netto, terminando por cessar a perseguição. (O combate foi dia 3 em Veleda-Herval.)

15 — Afirma que a prisão do marechal Antero de Brito em Itapevi, Alegrete, por Bento Manuel, foi executada por Demétrio Ribeiro e que o general Luna de Rivera não estava com Bento Manuel.

16 — Afirma corrigindo Araripe, que Netto colocou Porto Alegre em sítio, em 13 de maio de 1837, com 2.000 homens, depois de sair de Caçapava com 1.000 homens, incluindo os batalhões que organizou com imperiais aprisionados. (Existe versão de a data ser 11 de maio.)

17 — Concorda que o marechal Sebastião Barreto sofreu duas derrotas ao tentar voltar ao Rio Grande, depois de deposto.

18 — Sobre a derrota imperial de Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, diz que toda a Infantaria e em sua maior parte paulistas, foi presa. E que depois de libertados foi-lhes dada condução para Cima da Serra, para dali seguirem para São Paulo.

19 — Nega que a República tenha proclamado a liberdade da Escravatura. Assinala que foi um erro não proclamá-la, pois isto lhe daria um exército de mais de 6.000 libertos. (Mariano de Matos apresentou projeto neste sentido, na Assembléia Constituinte — de 1º de dezembro de 1841 a 17 de fevereiro de 1842, que foi rejeitado.)

20 — Afirma que a maior fonte de receita da República era o gado tirado das estâncias dos legalistas (chamados inimigos da República ou dissidentes).

21 — Nega que o coronel Antonio Soares de Paiva comandante imperial do Rio Grande possuísse estância nas Missões com 30.000 cabeças de gado.

22 — Afirma que num ataque a Caçapava, quando capital, o brigadeiro Bonifácio Izaias Calderon, oriental, a serviço no Brasil mandou incendiar uma biblioteca com centenas de livros.

23 — Retifica que em 16 de novembro de 1840 e general Netto, em S. Felipe, distrito de Pau Fincado e não em Santa Vitória (Bom Jesus), derrotou o coronel Jerônimo Jacinto. (Em São Gabriel.)

24 — Afirma que o general João Paulo, comandante do Exército Imperial, fruto de uma guerra de desgaste levada a efeito contra ele, percorreu a Campanha. Mas terminou por ficar a pé e obrigado a recolher-se ao Rincão São Vicente. (Este erro Caxias evitou, ao fazer tudo a seu alcance, de forma quase obsessiva, para adquirir cavalos, preservá-los e negar igual recurso aos farrapos.)

25 — Afirma que nunca saiu tropa republicana em socorro de Rivera.

26 — Diz ser absurda a afirmação de a República haver cobrado direitos de brasileiros lá residentes e, mais ainda, de os cobradores serem argentinos.

27 — Concorde que os republicanos eram apoiados por Rivera, pois o Império fizera aliança com Oribe e Rosas para debelar os republicanos.

28 — Nega que o brigadeiro Tobias de Aguiar, patrono da Força Pública de São Paulo,⁴ tenha desejado unir-se aos farrapos, o que seria fácil, pois Portinho o convidou, só tendo aceitado o coronel Daniel Gomes de Freitas.

29 — Nega que o Império dominasse as Missões, pois ele atuava em Cruz Alta e o coronel Teixeira Nunes em São Borja e ambos com invernadas de cavalos.

30 — Assinala que Araripe reconheceu que o Império fez aliança com Rosas e Oribe.

31 Afirma que o único chefe farrapo a apresentar-se foi Demétrio Ribeiro, com um esquadrão. (Demétrio era ligado a Bento Manuel. Precisava limpar-se da prisão do marechal Antero de Brito, em Itapevi — Alegrete.)

32 — Nega a presença de mercenários orientais do lado republicano, em Ponche Verde (26 de maio de 1843), ao comando de Rivera. E afirma que este lutou ao lado de Bento Manuel, em Pedras Altas, 5 de janeiro de 1837, que o elogiou neste dia.

33 — Ressalta de que a Assembléia Constituinte Rio-Grandense não se reuniu no total de seus membros, em Alegrete, de 1º de dezembro de 1842 a 17 de fevereiro de 1843, porque muitos comandavam forças em pontos importantes, do qual não podiam arredar o pé.

34 — Afirma que no duelo Bento Gonçalves x Onofre Pires em que este foi ferido no braço direito, que Bento Gonçalves prestou-lhe assistência, atando a ferida com

seu próprio lenço. A seguir Onofre foi conduzido para o acampamento e daí para uma casa onde morreu, passados dias. E isto por falta de médico que não havia.

35 — Portinho critica Araripe por externar suas apreciações à p 163 com paixão, não sabendo o motivo. **“E apesar disso inculca-se historiador!”**

As colocações de Araripe eram no sentido que a população do Rio Grande era inapta para o regime da Democracia, por falta de instrução. E assim concluía Portinho com ironia: **“para ser republicano é preciso ser-se iluminado, condição não exigida para ser-se monarquista”**.

36 — Continuando a criticar, condena Araripe por escrever a história da Revolução, confiando nas partes oficiais. Assim essa história será sempre imprecisa, visto que todas essas partes nunca contiveram a verdade. Foram escritas somente para serem apreciadas de longe, donde se davam os fatos. (Era a compreensão da realidade comida nesta máxima popular):

“Em tempo de guerra, a mentira é como terra”

37 — Afirma que Bento Gonçalves não perdeu nenhum filho em ação.

38 — Sobre o comportamento dos chefes republicanos afirma, endossando elogio de Araripe que o inclui:

“Todos cumpriram seus deveres” (além de Bento, Netto, Canabarro, João Antônio, Crescêncio, Onofre, Guedes e Portinho, citados, “como valentes e dedicados à causa”, por Araripe). “Quase todos, mesmo depois da pacificação, não abdicaram de seus princípios. Foram vencidos, mas não convencidos.” E completou reputando Araripe que afirmou que os farrapos não tinham princípios políticos. E afirma: “O mesmo não se pode dizer de homens que sacrificaram tudo que possuíam e até a própria vida na defesa dos princípios que esposaram. Desde que se convenceram da impossibilidade de viabilizarm a República trataram da paz. E arremata, “e como a trataram? (negociaram) — outro historiador mais consciencioso e imparcial o dirá.”

Antonio Vicente da Fontoura teve sério choque com Domingos José de Almeida ao receber deste, o Ministério da Fazenda.

Tempos mais tarde se reconciliaram. Portinho, amigo de Fontoura, teve oportunidade de publicar libelo contra interpretações históricas sobre a Revolução, feitas por Almeida.

O historiador do futuro deverá situar-se entre o que escreveu Almeida e os pontos de vista de Portinho.

Na defesa da Integridade e Soberania do Brasil no Sul

Portinho, terminada a revolução à qual prestou assinalados serviços militares, com admirável fidelidade, denodo e firmeza, foi dedicar-se à pecuária, em Cachoeira do Sul. Durou cerca de 6 anos seu repouso. O Brasil reclamou seus serviços.

Foi lutar contra Oribe e Rosas 1851-52, caudilhos que haviam prejudicada a revolução em sua fase final. Isto por fornecerem cavalos ao Império e fechar as fronteiras do Quaraí e Uruguai aos farrapos. Portinho foi convocado!

Como coronel da Guarda Nacional coube-lhe o comando da 12ª Brigada integrada pelos 1º e 2º corpos de Cavalaria da Guarda Nacional, respectivamente, dos atuais municípios de Cachoeira e Santa Maria e dos de Caçapava e Lavras.

Sua brigada integrou a 2ª Divisão, ao comando do brigadeiro João Frederico Caldwell que estudamos 5 e que perdera uma das mãos no combate de Seival, como major.

Eram comandantes das outras três brigadas de sua divisão, Marques de Souza, Andrade Neves e Pereira Pinto, destacados combatentes imperiais na revolução. Ia em boa companhia!

Em 17 de novembro de 1851, passou a comandar a 7ª Brigada, integrada por dois corpos da Guarda Nacional de Itaqui.

Em 12 de abril de 1852, Caxias reorganizou o Exército e deu-lhe o comando da 8ª Brigada, com corpos da Guarda Nacional de Alegrete e São Gabriel.

Em 26 de junho de 1852, foi dispensado por término da guerra, ficando subordinado ao coronel Davi Canabarro.

De 3 de junho de 1853 a dezembro de 1855 integrou a Divisão Brasileira de Observação, forte de 4.000 homens, que, em União, próximo a Montevideu, ajudou a restabelecer a ordem interna no Uruguai a pedido do general Flores, Presidente daquela República.

Ao retornar dessa campanha foi promovido a brigadeiro honorário do Exército Brasileiro, em 12 de abril de 1858, coroamento justo de uma grande vocação militar. Participou com destaque da Campanha do Uruguai, contra Atanazio Aguirre, atuando na conquista de Paissandu e capitulação de Montevideu.

Comandou uma brigada de Guardas Nacionais, integrantes da 2ª Divisão de Infantaria do Exército, ao comando do general João Propício Mena Barreto.

Comandavam as outras duas brigadas, Andrade Neves e o coronel José Alves Valença, assinalado e valoroso combatente farrapo.

Ia neste Exército, com a Brigada de Voluntários Rio-Grandenses e sem despesa nenhuma para o Império, o brigadeiro honorário Antonio de Souza Netto, com cerca de 1.300 brasileiros residentes no Uruguai.

Durante a campanha do Paraguai 1865-70, a iniciou como comandante da 1ª Divisão de Cavalaria do 2º Corpo de Exército.

Recebeu missão de cobertura do Rio Grande, no corte do rio Uruguai, contra uma segunda invasão e proteger a base logística aliada em Corrientes. Era uma missão do tipo da que realizou a partir de Cruz Alta, na Revolução.⁶

Assim por longo tempo estacionou no Alto Paraná. Ao término da guerra marchou com sua Divisão, desde Assunção, até São Borja.

Divisão integrada pelos 1º, 3º, 6º e 24º Corpos de Cavalaria Nacional que ao final foram renumerados para 22º, 23º, 25º e 26º por ordem do Dia de 22 de agosto de 1869.

Retorno da Guerra

Portinho retornou à vida normal e se tornou chefe prestigioso do Partido Liberal. Foi deputado Provincial.

Por Decreto de 11 de maio de 1878, foi agraciado com o título de Barão de Cruz Alta. Não aceitou o título. Rasgou-o, mas não o devolveu, em atenção ao general Câmara e Visconde de Pelotas.

Assis Brasil, estudante de Direito em São Paulo, felicita-o pelo gesto, dizendo

“que ele não ficava bem nas fileiras dos barões. Pois seu melhor baronato é o pó das batalhas que ainda lhe cobre a farda, com a qual batalhou dez anos pela liberdade de sua heróica terra”.

Em resposta a Assis Brasil, escreveu que a maior glória que encerrava a sua recusa ao título, era as felicitações de Assis Brasil.

Considerando-se entusiasta da liberdade, arrematava dizendo **“ter fé na mocidade que despontava. E esperava que ela desse, não a ele, porém, a seus filhos uma pátria feliz”.**¹

Portinho faleceu em Cachoeira, em 8 de agosto de 1886, com 72 anos. Foi o último sobrevivente dos principais líderes militares da República Rio-Grandense. Faltaram-lhe 3 anos para ver concretizado, em 15 de novembro de 1889, o ideal republicano, por qual tanto lutara e se mantivera fiel, implantado no Brasil.

Prestou um bom serviço à memória da Revolução Farroupilha ao criticar colocações feitas por Domingos José de Almeida e Tristão de Alencar Araripe.

Colocações importantes à consideração do Tribunal da História. Moro Mariantes indica algumas ações de Portinho nas Missões a partir de sua base de atuação em Cruz Alta: 13 de abril de 1839 repele em São Borja ataque imperial; 20 de abril de 1839 derrota imperiais no Passo Santa Maria (D. Pedrito); 5 de janeiro de 1840 bate João Ruivo em Botucarai; 13 de dezembro desalojou imperiais de Cruz Alta; 27 de janeiro de 1841 acolhe Canabarro e Bento Gonçalves na retirada Viamão — São Gabriel; 26 de fevereiro de 1841 derrota em Palmeira Juca Cipriano; 12 de novembro de 1842 bate imperiais em Paissandu; 14 de maio de 1842 bate-se com Chico Pedro no Rincão do Inferno; 11 de junho de 1842 ataca imperiais em Santa Maria. Esta relação não inclui ações e que atuou enquadrado. **Os Anais do Arquivo Histórico do RGS** possuem muitas indicações sobre sua atuação na Revolução.⁹

NOTAS

1 — FERREIRA FILHO. **Revoluções e caudilhos**, p. 69-72; 2 — CALDEIRA, **Apontamentos**, p. 410.411; 3 — AAHRGS, v. 3, p. 400; 4 — BENTO. **Síntese Histórica da PMSP**, 1981; 5 — BENTO. **Estrangeiros e descendentes**. Palegre, IEL, 1975; 6 — FRAGOSO. **Revolução Farroupilha**, p. 268; 7 — ROSA. **Vultos da epopeia farroupilha**. Palegre, Globo, 1933; 8 — **Farrapos guerra a gaúcha**, p. 142 (Martins Livreiro); 9 — V. 3, p. 737(7 referências) e v. 4, p. 587(5 referências). O v. 4, p 4. contém referências suas

panes de combates de Slo Borja e Santa Maria e suas votações para a Assembléia Constituinte Rio-Grandense, em 1842.

Tenente-Coronel JOSÉ ALVES VALENÇA (1810-66)

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil nas lutas externas contra Oribe e Rosas 1851-52, contra Aguirre 1864 e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 1865-66, onde morreu em campanha junto ao Passo da Pátria, por doença, depois de participar das operações contra Estigarribia ao comando de Canabarro.

Durante a Revolução Farroupilha de que participou de 20 de setembro de 1835 até 1º de março de 1845 foi um dos mais destacados, intrépidos e valorosos líderes de combate e comandante de Cavalaria da Divisão da Direita ao comando do General João Antônio da Silveira, além de companheiros de David Canabarro e Jacinto Guedes da Luz. Comandou em diversas ocasiões bravos filhos de Cachoeira, Encruzilhada, São Martinho e Santa Maria.

Naturalidade, descendência e vida militar

Nasceu por volta de 1810, possivelmente em Santa Maria atual. Aos 18 anos sentou praça no histórico e tradicional 1º Regimento de Cavalaria da Corte, o atual Regimento de Cavalaria de Guardas de Brasília — Dragões da Independência por nós estudado.¹

Como sargento na Brigada assistiu as agitações no Rio de Janeiro que desaguaram na Abdicação de D. Pedro 1, em 7 de abril de 1831.

A seguir deixou as fileiras do Exército e dedicou-se seguramente, em Santa Maria, a atividades comerciais que interrompeu com a Revolução de 1835. Sobre sua descendência escreveu João da Silva Belém,² historiador santa-mariense:

Traços de seu perfil militar

Sobre ele escreveu Caldeira:³ “Foi um bravo, porém prudente na ocasião da peleja. Tinha excessos de bravura. Precisava ser mais humano. Nenhum oficial lhe ganhava a palma no furor do combate. Era enérgico, violento e muito militar. Montava muito bem. E na frente de seus soldados inculcava-lhes valor.”

Noutro depoimento posterior Caldeira completa:⁴ “Valença era um tenente-coronel muito valente. Era o 1º guerrilheiro do nosso Exército. Era bravo como os bravos e muito militar.”

Sobre ele escreveu o ***Almanaque Lit. e Est. do RGS***:⁵

No período da revolução de lutas contínuas, de repetidas e acerbadas privações... conquistou a custa de heróicos sacrifícios, não só a estima e consideração de seus amigos, como o respeito dos seus adversários.

Não houve lugar arriscado nem tarefa espinhosa que, lhe sendo determinada por seus superiores, ele trepidasse em aceitar.

Com um gênio ativo e previdente pôde, muitas vezes, escapar de traições de que foi vítima.

Nos últimos anos da revolução comandava o 2º Corpo de Lanceiros, cuja disciplina e bravura concorreram muitas vezes para a vitória das armas republicanas. Era um Corpo de Lanceiros Negros como o 1º Corpo de Teixeira Nunes.

Nas lutas externas

Na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, Caxias entregou-lhe o comando do 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Santa Maria, onde residia, e Cachoeira do Sul. Regimento integrante da 12 Brigada⁶ ao comando do coronel GN José Gomes Portinho por sua vez integrante da 2ª Divisão ao comando do brigadeiro João Frederico Caldwell que estudamos.⁷

De retorno comandou a Guarda Nacional em Cachoeira do Sul, Santa Maria e São Martinho.

Na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em seu início, coube-lhe o comando de uma brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, com Corpos de Encruzilhada e Santa Maria. Integrou a V Divisão de Infantaria com duas outras brigadas ao comando de Andrade Neves e Gomes Portinho.⁸

Participou das ações contra Paissandu no Uruguai, que lhe valeu a condecoração da Ordem da Rosa, e assistiu à rendição paraguaia em Uruguaiana depois de ter atuado contra Estigarribia ao comando de Cana barro.⁹

Muito doente fez a marcha de Uruguaiana até próximo ao Passo da Pátria.

Faleceu em 31 de janeiro de 1866, junto ao Passo da Pátria, sendo sepultado no Cemitério de Corrientes, local onde pouco tempo depois foi sepultado o general Antônio Netto, até ser trasladado um século depois para Bagé.

Os Anais do Arquivo Histórico do RGS contém muitas referências a este bravo profissional das Armas.¹⁰

NOTAS

1 — BENTO, *Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História* **Revista Militar Brasileira** v. 98, maio/junho de 1972, p. 105-112; 2 — BELEM, *Os Alves Valença* **RIHGRGS**, nº 93, 1944, p. 32; 3 — CALDEIRA, Manoel da Silva. *Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha*. **RIHGRGS**, nº 27, 1927, p. 345; 4 — **AAHRGS**, v. 5, pg. 400; 5 — Ano 1900, p. 200-201 transcrito da **Sentinela do Sul**, Porto Alegre, 1868; 6 — VASCONCELOS, Genserico, cap. **História Militar do Brasil**, Rio, Bibliex, 1942, v. 2, p. 508-509; 7 — BENTO, Caldwell **In: Estrangeiros e descendentes**. Palegre, Instituto Estadual do Livro, 1975; 8 — FRAGOSO. **Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio, Bibliex, 1956, v. 1, p. 423; 9 — Idem, nota anterior v.2, p.. 147-148; 10 — Idem, nota 4, v. 3 (referência p. 756), v. 4 referência p. 554. Numa delas Domingos de Almeida escreve-lhe sobre a História da Revolução que em 1855 tentou escrever.

Tenente-Coronel MANOEL CARVALHO DE ARAGÃO E SILVA (MANDUCA CARVALHO OU CARVALHINHO)

Significação histórica

Filho de um brioso e valente veterano da defesa da Integridade e da Soberania do Brasil nas guerras contra Artigas 1816 e 1821. Admirador das façanhas do pai não resistiu a tentação muito forte pela luta nas coxilhas.

Assim iniciou-se como soldado na Revolução Farroupilha e a concluiu cercado pela legenda de bravo e de um dos mais valentes e audaciosos líderes de combate da Cavalaria da República Rio-Grandense e no posto de tenente-coronel.

Destacou-se em ações de guerrilhas que terminaram por frustrar, no ano de 1841, o general João Paulo dos Santos Barreto de controlar a Campanha rio-grandense, o que seria conseguido de modo brilhante por Caxias, em 1843-45, por tirar lições dos erros do citado marechal, o que é aqui estudado.

Naturalidade, ascendência

Nasceu em Cachoeira do Sul atual, terra de Gomes Portinho. Era filho do veterano das guerras contra Artigas de 1816 e 1820 Luiz Carvalho da Silva e de Maria Francisca de Aragão.

Criou-se ouvindo o pai e amigos evocando os feitos e proezas guerreiras nas citadas guerras e foi estimulado, desde cedo, pelo exemplo do pai, considerado um “militar brioso, valente e pegador”.

Muito jovem e cedendo a uma vocação irresistível, ingressou nas fileiras republicanas. Iniciando como soldado raso terminou a revolução como tenente-coronel. Traços de seu perfil militar

Segundo Caldeira ao traçar seu perfil:

“Tenente-coronel Carvalhinho era um dos bravos do nosso Exército. Como guerrilheiro era audaz. Era um oficial bizarro. Na frente dos cachoeirenses fazia proezas. Este oficial era bem inteligente.”

Bizarro tem o sentido de gentil, garboso, bem apessoado, galhardo.

Noutro depoimento Caldeira afirmou:

“Carvalhinho foi um oficial muito ativo e valente.”²

Segundo Othelo Rosa³ “o nome de Manduca Carvalho tornou-se lendário. Era um batalhador ousado e um dos símbolos da valentia tranqüila e do destemor soberbo dos rio-grandenses do passado”.

A maior gauchada de Carvalhinho

Segundo Othelo Rosa, durante a campanha que o general João Paulo Barreto empreendeu contra os republicanos, através da Campanha, Manduca Carvalho realizou a sua maior gauchada próximo à Cachoeira, em Arroio do Só.

O general João Paulo concentrou seu Exército, em Cachoeira, de 5.000 homens das três armas.

De março a julho de 1841 fez pela campanha um largo circuito sem nenhum resultado prático. Em seus relatórios criticava o inimigo por não oferecer-lhe combate. Não entendia a guerra de recursos ou de desgaste que sobre ele conduzia conscientemente Canabarro.

Guerra captada pela imprensa da época da seguinte forma segundo, Morivalde Calvet Fagundez.⁴

“Adistritos a planos prévios inteligentes, os cabos da República limitavam-se a minar pouco a pouco as energias do inimigo, furtando-se a um encontro de conseqüências.”

Enfim a célebre estratégia do fraco contra o forte — a guerrilha, tão freqüente e viva na História e que assim se traduz:

“Se o inimigo avançar — retiro-me. Se se retirar procuro cansá-lo. Se se esgotar, o ataco e se se retirar o persigo. E, em todas as ocasiões procurarei inquietá-lo, desgastá-lo e enfraquecê-lo. “

Foi neste tipo de ação que se celebrizaram de 1769-76, os guerrilheiros gaúchos Francisco e seu filho Rafael Pinto Bandeira, Cypriano Cardoso Leme, frustrando a invasão do Rio Grande, em 1774, pelo general Vertiz y Salcedo.

Estratégia traduzida, em 1841, pelo coronel Lucas de Oliveira, último ministro da Guerra Farrapo.

“Não se apalpa e nem se afrouxa o inimigo, bate-se com força enquanto se mexe ou se coça, até dizer — estou rendido.”

Dentro desse contexto coube a Carvalhinho atacar uma Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, prestes a incorporar-se ao Exército e comandada pelo mais tarde legendário e intrépido general Andrade Neves da Guerra do Paraguai.

Carvalhinho irrompeu no acampamento à noite, com 70 guerrilheiros republicanos, colocando-o na maior desordem e confusão.

Em determinado momento ficou cara a cara com o outro bravo — Andrade Neves. Alvejaram-se mutuamente sem eficácia. Carvalhinho depois de causar grande dano com sua façanha, retirou-se orgulhoso e galhardo.

Caxias e João Paulo x guerra de Guerrilhas

Da guerra de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas, era esta a situação do Exército do general João Paulo, de 15 a 30 de junho de 1840.

Conseguiu remontar só 800 cavalos, enquanto os republicanos possuíam 12.000. Tinha havido muitas deserções e pestes. A resistência física e moral do Exército havia sido minada pelas constantes inquietações farrapas.

Durante a longa marcha foi obrigado a abandonar material bélico e outros equipamentos, além de perder 1.000 homens como desertores e extraviados.

Nas noites de tormenta, segundo o general João Paulo, os farrapos têm **“pretendido lançar dentro de nossos acampamentos cavalos com couro atados as caudas (colas), bexigas cheias de milho e outras bagatelas, a fim de espantarem nossas cavalhadas”**.

Caxias compreendeu esta situação, tirou lição dela e irá ter sucesso com a seguinte estratégia segundo interpreto:5

- **A ocupação sucessiva do maior número de pontos fortes na campanha;**
 - **Anistia a todos que depuserem as armas;**
- **Estímulo à reação de partidários do Império na campanha ou emigrados no Uruguai e Argentina;**
- **Ação continuada, mesmo que, na estação invernos, contra as resistências republicanas;**
 - **Não envolver a população na guerra, respeitando-a;**
 - **Utilizar taticamente no combate aos republicanos lideranças locais especializadas naquele tipo de guerra (general Bento Manuel Ribeiro e Francisco Pedro de Abreu);**
 - **Fechar as fronteiras com o Uruguai.**
- **Concepção estratégica baseada na conquista de maior capacidade de manobra na Campanha, do que os republicanos.**

Capacidade de manobra traduzida, na prática, no fato de dispor de maior número de cavalos do que os farrapos e mesmo deixá-los quase a pé.

E isto ele conseguiu de forma quase obsessiva remontando cavalos das seguintes origens:

 - **Arredores de Porto Alegre e no Baixo Jacuí e no Guaíba;**
 - **Adquirindo-os no Uruguai, através do Chuí e de Santana, após liberar esta fronteira;**
- **Adquirindo-os de Corrientes após liberar o seu fluxo, com a conquista do Passo do Rosário;**
 - **Conquistá-los e tomá-los sistematicamente dos depósitos e invernadas farrapas, inclusive uma de Canabarro, com 1.200 cavalos;**
 - **Impedir, por operar no inverno, que as cavalhadas farrapas se refizessem;**
 - **Manter a invernada bem guardada em Rincão dos Touros, próximo a Rio Grande, no Rincão del Rey, no Rio Pardo e no Passo do Rosário. Neste vinham as cavalhadas adquiridas no Uruguai e Corrientes, e com as quais operava.**

De Rincão dos Touros ele retirou 7.000 cavalos que transportou de Pelotas, até o Passo São Lourenço, no rio Jacuí (junto a Cachoeira) com os quais iniciou sua campanha. Foi uma manobra de concepção e execução consagradas do grande estrategista que foi Caxias.

Fixou Neto através de uma finta na Serra dos Tapes e transportou sua cavalhada ao longo da Lagoa dos Patos e no Jacuí, até o passo São Lourenço, face ao general Canabarro que estava fixado.

Foi com a cavalhada de Passo dos Touros que ele deu a cartada estratégica final:

Avisou para fechar a fronteira do Jaguarão ao apoio e imigração de republicanos. Pois era do outro lado que os farrapos recebiam a derradeira ajuda militar de Rivera e acolhimento como imigrados.

E por mais isto, Caxias se impôs à admiração dos seus adversários que o fizeram Presidente do Rio Grande e com ele cooperaram estreitamente nas guerras externas 1851-52 e 1865-70.

Antonio Vicente da Fontoura em seu *Diário* faz diversas referências a Manduca Carvalho, na fase final, próxima à Paz de Ponche Verde.⁶

Manduca Carvalho assinou pessoalmente as vitórias de Cachoeira em 3 de julho de 1841; Estância Nova, no Arroio Taquarembó, em 12 de outubro de 1842 e a de São Gabriel, em 26 de março de 1844 onde bateu-se com Andrade Neves, filho de mineiro e mais tarde Barão do Triunfo⁷ e, em julho na Estância da Caieira, em São Gabriel, combate que assim foi narrado por Osório Santana Figueiredo:⁸

Combate da Estância da Caieira — São Gabriel

“Bem próximo desta cidade fica a velha e histórica estância da Caieira, propriedade do senhor Luiz Galaôr Bragança, uma das mais antigas do município. É um velho casarão ajanelado de construção avoenga, erguido majestosamente à beira de grossas restingas, junto ao rio Vacacai. Ao contemplá-la agora, no seu mutismo respeitável de uma antiguidade remota, ninguém poderá imaginar a cena homérica vivida ali por um trio de bravos no fim da Revolução Farroupilha. Vivia-se o melancólico mês de julho de 1844. A revolução agonizava, enfraquecendo-se dia a dia. Na campanha, alguns grupos dispersos de guascas intrépidos, ainda faziam das suas, pondo, às vezes, os caramurus em maus lençóis. O tenente-coronel Manoel Carvalho de Aragão e Silva — O Manduca Carvalhinho — famoso guerrilheiro farrapo, que por si só valia uma lenda, andava por perto e desgarrando-se das suas tropas, ousadamente aproximou-se da Vila, a fim de vigiar as atividades inimigas. Fazia-se acompanhar de apenas dois companheiros, o tenente Sezefredo Alves Coelho de Mesquita e do soldado Policarpo Pereira de Carvalho e Silva, este seu parente e discípulo na arte de guerrilhar. Hábil vaqueano da querência, não foi preciso usar de muita astúcia para escapar à vigilância dos imperiais e assim chegar à estância da Caieira, cujo proprietário, além de amigo, estava ligado por laços de parentesco. Tratava-se do capitão Fidelis Nepomuceno de Carvalho Prates, respeitável ancião, muito estimado e acatado por qualquer das facções contendoras. Ali foram recebidos pelo velho estancieiro, com quem se entretiveram chamarreando. Lá pelas tantas, foram avisados de que elementos destacados das tropas do coronel Marques aproximavam-se da estância, já muito próximos. O capitão Fidélis os aconselhou saírem pelos matos dos fundos, por onde podiam fugir sem serem pressentidos. Mas, Carvalhinho e Sezefredo não eram homens de disparar sem saberem do que e montaram a cavalo ao encontro dos legais, pois pareciam uns quatro ou cinco. Qual foi a surpresa deles ao verem surgir do baixo da restinga numeroso piquete que a toda rédea vinham brandindo as armas. Não podiam mais recuar e se engalinharam num entreveiro infernal, que pela desigualdade de forças e intrepidez dos três faziam lembrar os incríveis Pares de Carlos Magno, enfrentando as ondas de pagãos em numero muitas vezes superior.

O pequeno grupo que inicialmente aparentava, nada mais era do que a vanguarda de um pelotão de trinta homens, comandado pelo tenente Militão do Canto, homem destemido e de maus antecedentes, vezado a grandes façanhas. O tinido das armas brancas e o grito de guerra: “ataca Carvalhinho”, infundiram um tal terror nos soldados do Império que preferiam a mil demônios a ouvirem o nome do terrível guerrilheiro. Durante o entrevero, o cavalo de Sezefredo, um bagual muito espantado e feroso, começou a corcovar e conseguiu rebentar uma cana de

rédea, disparando campo afora. Os outros dois nem notaram a ausência do companheiro e continuaram esparramando valentia e fazendo clareira no pelotão dos legais, que logo debandou, se refugiando nos matos da estância. O próprio Militão, na ânsia de escapar com vida, abandonou o cavalo ao entrar num cercado de espinhos, todo ajazado de prata e ouro. Quando o tenente Sezefredo pôde dominar o cavalo e voltar ao cambate, nada mais restava; apenas um morto e três ou quatro feridos imperiais jaziam no campo da peleja. Depois da briga, continuaram a charla.”

Eu estive neste local com o grande historiador e amigo Osório Santana Figueiredo , numa das muitas . agradáveis e proveitosas visitas a São Gabriel, a serviço da FAHIMTB,IHTRGS e dos encontros de Microistória

NOTAS

1— CALDEIRA, *Apontamentos Rev Far. RIHGRGS*, 1927; 2 — AAHRGS, v. 3, p. 401; 3— ROSA, *Vultos da epopéia...* p. 164; 4— FAGUNDES, *História. Rev. Far...*, p. 302, ABBOT, Gasto. Indexou todos os ofícios de Santos Barreto e doou ao Arquivo Histórico do Exército; 5 — Com apoio *Ofícios do Barão de Caxias*, p. 142; 6— FONTOURA, *Diário*, ps. 40 e 142; 7— MARIANTE, *Farrapos guerra à gaucha* p. 140; 8 FIGUEIREDO — *São Gabriel desde o princípio*, 1980, 1ª ed. p. 95-97.

Tenente-Coronel JACINTO GUEDES DA LUZ (1788-1870)

Significação histórica

Prestou serviços assinalados à Integridade e Soberania do Brasil, nas guerras contra Artigas 1816 e 1821 e Cisplatina 1825-28. Nelas formou e consolidou uma reputação de valente, bravo e audaz líder de combate de Cavalaria e de guerrilheiro gaúcho.

Durante a Revolução Farroupilha foi considerado dos mais intrépidos e valentes líderes de combate de corpos de Cavalaria.

Seu nome impunha respeito aos adversários e admiração entre os militares farrapos.

Polido no convívio normal, mas firme, tenaz e determinado em combate, justificou os amores-perfeitos inseridos na bandeira da República — Rio-Grandense com o sentido de Doçura e Firmeza, características sociológicas excelsas do gaúcho histórico brasileiro. Lutou pela Integridade e Soberania do Brasil nas guerras 1851-52 e 1865-70.

Naturalidade e ascendência

Era natural de Triunfo, terra natal do líder farrapo general Bento Gonçalves. Seu pai era o paulista Joaquim Moreira Guedes e sua mãe Ana Maria de Oliveira, natural de Triunfo e de ascendência açoriana.

Jacinto Guedes, que nasceu por volta de 1788, casou em sua terra com Nistarda Maria de Oliveira, deixando regular descendência.¹

Na guerra contra Artigas 1816-1817, Guedes se iniciou na Arte Militar, na Academia Militar das Coxilhas. Revelou toda a sua potencialidade e pendor para líder de combate, como alferes, no encontro de Carumbé.

Na guerra contra Artigas 1821 e na guerra Cisplatina 1825-28 consolidou sua formação e sua **“reputação de guerrilheiro destemido e audaz”**.² Aparece como Jacinto Guedes de Oliveira. Desde então surgiu uma afinidade e amizade com David Canabarro.

Traços de seu perfil militar

Caldeira assim sintetizou o perfil de Guedes:

“Foi um dos mais ativos oficiais de igual patente daquele tempo da revolução. Era tenente-coronel comandava a brava gente da fronteira (Alegrete), da qual tinha um corpo ao seu comando. Era um oficial gaúcho, polido e valentão. Fez proezas naquele tempo.”²

Atuação na Revolução

Assis Brasil, grande intérprete e estudioso da Revolução Farroupilha e que mais tarde irá liderar a de 1923, assinalou o dia 11 de novembro de 1831, como a da estréia militar de Guedes a serviço da República Rio Grandense. Estréia junto com David Canabarro e integrando a 4ª Brigada ao comando do coronel e mais tarde general farrapo João Antônio da Silveira, comandante da Divisão da Direita que cobria a fronteira, em Santana, e nos rios Quaraí e Uruguai e, a Serra do Herval, tudo a partir de São Gabriel.⁴

O encontro deu-se nas adjacências do rio Ibirapuitã. Canabarro e Guedes na liderança de 65 guerrilheiros foram encarregados de fixar 300 adversários, para dar tempo de João Antonio reconhecer, mais precisamente, à noite, o valor e a posição adversária.

Iniciadas as escaramuças, os adversários irritaram Guedes e seus homens com insultos e provocações. Segundo Assis Brasil, Guedes exaltado pelo ardor da luta e irritado com as provocações, convidou Canabarro a transformar a escaramuça num combate com os 300 adversários.

E partiram para uma carga, com grande ímpeto ofensivo. Esta apanhou de surpresa os adversários encontrados descuidados e despreparados por não contarem com tamanha audácia.

Neste combate Guedes recebeu vários ferimentos. Foi atingido por um lançamento no abdomen, que foi amortecido pela gola dobrada do ponche que trazia atado à cintura.

Uma bala raspou-lhe o nariz. O mais grave foi um golpe com uma pedra de boleadeira que o fez por algum tempo botar sangue pela boca.

E assim procedeu em outros entreveros, terminando por firmar a legenda de um dos mais audazes líderes de combate, o que de certo modo traduziu na divisa que os membros do seu corpo eram obrigados a trazer nos chapéus.

“— Sou do Guedes! Morro seco e não me entrego!”

Guedes lutou sempre ao comando do general João Antonio, integrando a Divisão da Direita. Sua missão principal era atuar na cobertura da fronteira de Alegrete, sua base de operações.

Logo a seguir participou com Canabarro, em Herval, da prisão de surpresa, em estância do sogro do Coronel Silva Tavares um dos pilares então, ao lado de Bento Manuel Ribeiro do dispositivo militar imperial e no início da Revolução, glória que se não lhe pode tirar.

Segundo Othelo Rosa desde então, e até a pacificação em 1845 **“não mais embainhou a sua espada o destemeroso guerreiro gaúcho Guedes”** na peleja dura ele surgia e ressurgia, leal e bravo, fidelíssimo a sua bandeira. Assim entre outras ações esteve presente em 21 de dezembro de 1840 em São José do Norte; em 13 de fevereiro de 1840 no Albernaz; em 5 de novembro de 1844, no Sarandi e em 14 de novembro de 1844, no Passo Leão quando lutou com João Propício Mena Barreto.

E sempre quando inferior em meios procurou compensar, lutando com desespero heroico até as últimas consequências fiel ao lema que infundia a sua gente — **“Sou do Guedes! morro seco e não me entrego!”**

Mas apesar de seu destemor e arrojo sobreviveu Paz de Ponche Verde, de 1º de março de 1845, a qual levou sua assinatura.⁴

Atuação na Guerra do Paraguai

Na Guerra do Paraguai ele combateu na Batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul vencida pelo general Osório em 24 de maio de 1866. Então comandou a 15ª Brigada da 15ª Divisão de Cavalaria da Guarda Nacional. Combateu com a sua tropa a pé, no flanco esquerdo, para ajudar a conter o ataque envolvente por aquele flanco. Teve de lutar a pé como quase toda a Cavalaria que então dispunha de somente cerca de 600 cavalos segundo o próprio general Osório.⁵

NOTAS

1—ROSA, ***Vultos da epopéia farroupilha***, p. 201; 2— Idem, nota anterior; 3 — AAHRGS, v. 5 pg. 401; 4 — Alfredo Varela estudou Jacinto Guedes em 1937, publicando antes Principais ações em que tomou parte em seu trabalho nos Anais do Itamarati; 5 — FRAGOSO. ***Guerra da Tríplice Aliança***, v. 1, 1959, ps. 434 e 439-450.

Ten-Cel MANUEL ANTUNES DA PORCIÚNCULA (1798-1850)

Significação histórica

Prestou serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, no Sul, como tenente do 21º Regimento de Cavalaria de Milícias de Cerro Largo.

Lutou em Passo do Rosário, ao comando de seu concunhado e amigo, coronel Bento Gonçalves.

Na Revolução Farroupilha ligou-se estreitamente à tomada de Porto Alegre, na qual entrou junto com Bento Gonçalves no comando de forças, em reforço às tropas de Gomes Jardim e Onofre Pires.

Era elo entre Bento Gonçalves e Antônio Netto. Pois, além de concunhado e amigo de Bento Gonçalves, foi por largo tempo Ajudante-de-Ordens de Netto, quando este foi Chefe do Estado-Maior da República, depois de haver sido Ministro da Guerra por curto período.

Por volta de 1860 radicou-se em São Gabriel. Ali auxiliou a Domingos José de Almeida, seu amigo íntimo, no sentido de obter subsídios para que o último escrevesse a História da Revolução. Manuel Antunes obteve o Arquivo do general João Antônio da Silveira para enviar a Almeida. Desconheço o paradeiro do mesmo.¹

Ações que tomou parte

A principal foi a tomada de Porto Alegre. Pessoalmente foi batido em 14 de outubro de 1835, no Arroio Grande 2 entre Pelotas e São Lourenço, pelos majores Manuel Marques de Souza e Silva Tavares. Segundo Domingos José de Almeida, Porciúncula foi batido, por não terem seus adversários cumprido um acordo de suspensão das hostilidades.³

Nas demais ações em que Netto atuou, ele esteve presente. Era Ministro da Guerra, em 17 de abril de 1837. Depois foi por longo tempo, Ajudante.de.Ordens de Netto.⁵

Dados biográficos

Segundo Carlos Rheingantz,⁶ Manuel nasceu em Rio Grande, em 9 de novembro de 1798. Casou com Eleutéria Garcia, cunhada de Bento Gonçalves, em Cerrito (Jaguarão), em 3 de setembro de 1819. Era filho do coronel de Dragões José Antunes da Porciúncula (1753-1827) e de Josefa Antonia dos Reis. Era neto do guarda-mor João Antunes da Porciúncula, do qual descende também Alice da Porciúncula, madrinha de Pedro Calmon, que foi esposa do Ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida.⁷

Ivo Caggiani transcreve documento histórico que cita Manuel Antunes atuando na Guerra Cisplatina.⁸ Seu irmão Antonio morreu na Batalha de Seival em 10 de setembro de 1836.

NOTAS

1 — **AAHRGS**, v. 3 (ver Porciúncula), p. 737 (Referências); 2 — Arroio Grande chamouse antes Arroio das Pedras, cerca 1780-1800; 3 — Idem, nota 1, p. 171-172 (ver Paranhos). **ANTUNES et alli. *Conde de Porto Alegre*** Ver. Bizerra, 1555, versão do ataque de Arroio Grande (parte combate); 4 — Idem, v. 6, p. 342; 5 — Idem, v. 8, p. 183; 6 — **RHEINGANTZ. *Anais do Simposio da Restauração do RGS. IHGB/IGHMB*** 1976, v. 1, p. 26; 7 **CALMON. *Miguel Calmon Du Pin***, 1984; 8 — ***Santana do Livramento***, Santana, ASPES, 1983, p. 35, v. 1.

Tenente-coronel JOAQUIM MARIANO ARANHA

Segundo Caldeira o coronel Aranha foi bom oficial. Comandava um Corpo em Cima da Serra. Era de algum prestígio naquele lugar.

Morreu em combate contra a coluna ao comando do marechal Pedro Labatut, veterano de Napoleão, que invadiu o Rio Grande em 1840, por Santa Catarina.

NOTA

1 — AAHRGS, v. 5, pág. 401.

Tenente-coronel COELHO

Segundo Caldeira o tenente-coronel “comandava a 6ª Brigada da Guarda Nacional. Ele havia servido no Exército Imperial na Campanha do Prata contra os republicanos aliados (Guerra Cispiatina 1825-28). Possuía muito militarismo (vivência militar). Foi dos primeiros que se apresentaram comandando cidadãos armados. Não só conhecia e aplicava tática militar como era valente e de mérito. Prestou relevantes serviços à República. Faleceu antes, 15 de janeiro de 1842, e presume-se atuasse na região de Bagé, integrando a Divisão da Esquerda ao comando do coronel Crescêncio”. Não foi possível obter-se nome completo.

Tenente-Coronel BALTAZAR FRANCISCO DE BEM

Segundo Caldeira “o tenente-coronel Baltazar era oficial] brioso, valente e bravo como os bravos. Como comandante de Batalhão fazia proezas na ocasião dos combates. Era muito energético e de muito gênio”.¹

Teve atuação destacada no combate de Taquari no comando do 3º Batalhão de Caçadores ao enganjar-se com a Infantaria Imperial que protegia o passo.

NOTA

1 — CALDEIRA, *Apontamentos Rev. Far. RIHGRGS*, nº 27, 1927.

Tenente-coronel FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA

Significação histórica

Durante longos anos soube-se que a fuga espetacular do Forte do Mar, em Salvador-Ba, do general Bento Gonçalves da Silva, nas circunstâncias misteriosas em que ocorreu foi obra da Maçonaria.

Quando o mestre Pedro Calmon desvendou em detalhes o mistério da fuga no ano do centenário da mesma e em **A Noite**,¹ emergiu a figura do baiano tenente coronel de Caçadores Francisco José da Rocha, possivelmente até parente do Dr. Sabino José da Rocha, líder da Sabinada. Isto por ter sido encarregado pela Maçonaria de coordenar a fuga do líder farrapo. Missão da qual se desincumbiu sem imprevistos e contratemplos e no dia e hora marcados. Ficou assim o ilustre baiano credor de grande serviço à República Rio-Grandense. Terminada a Sabinada ele veio ter ao Rio Grande do Sul, em 1839, onde recebeu acolhimento à altura de seus serviços relacionados com a libertação do líder político e militar da Revolução Farroupilha e, então, Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército da República Rio-Grandense e, mais do que tudo — **a encarnação e cristalização àquele tempo da alma rio-grandense**.

Ivo Caggiani ao descobrir documentos relativos às atividades maçônicas de David Canabarro tornou possível concluir que o tenente-coronel Francisco José da Rocha era grau 30 na Maçonaria e, seguramente, a mais alta autoridade maçônica no Rio Grande do Sul, a concluir-se de comunicação do maior maçónologo brasileiro de projeção internacional, general Morivalde Calvet Fagundes, em comunicação, em 1985, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título — **“Revelações da Maçonaria do Rio Grande do Sul”** para o que contribuimos com alguns dados sobre Canguçu.

Tentando mostrar aos rio-grandenses o perfil do libertador de Bento Gonçalves e ao mesmo tempo cooperar no aprofundamento do citado trabalho do general Morivalde, apresentamos outros dados elucidadores do quebra-cabeça — História da Maçonaria do Rio Grande do -Sul na citada tese **“Revelações da História da Maçonaria no RGS”**.

Atuação do tenente-coronel Rocha no Rio Grande

Chegando ao Rio Grande em 1838, por haver escapado de ser preso, em razão da Sabinada, em junho de 1839, foi admitido no Exército, com o mesmo posto e conferido-lhe o comando do 2º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha do Exército da República, tropa agora ao comando de Bento Manuel Ribeiro.

Portanto o homem que libertara Bento Gonçalves do Forte do Mar, estava agora sob o comando de quem o havia prendido na ilha do Fanfa e o enviado para a Bahia. E um choque entre ambos ocorreu com danosas conseqüências para o futuro das Armas da República e do seu próprio destino.

Incidente com tenente-coronel Rocha

O tenente-coronel Rocha entrou em choque com o general Bento Manuel que o repreendeu publicamente, ocasião em que tiveram uma discussão, a partir da qual Bento Manuel passou a considerá-lo **“insubordinado e indigno”** e portanto seu desafeto.²

Neste interim, Bento Manuel sem ser consultado tomou conhecimento do seguinte decreto assinado por Bento Gonçalves e Mariano de Mattos, Presidente e Ministro da Guerra e Marinha, respectivamente, e publicado em **O Povo**.³

“Tomando em consideração os serviços à causa da Liberdade e Independência deste Estado, pelo digno patriota o tenente-coronel de 1ª Linha Francisco José da Rocha, que por ela tão decidida e francamente mostrara suas generosas simpatias na Bahia, sua pátria, a despeito da espionagem inquisitorial do Rio de Janeiro, concorrendo com quanto lhe era possível, em favor dos rio-grandenses que ali se achavam detidos em hediondas masmorras e cooperando para po-los em plena liberdade. O Presidente anuindo ao seu oferecimento de prestar-se ao serviço deste país, o admitiu no mesmo posto e lhe confere o comando do 2º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, cujas funções exerceu desde 6 de novembro, próximo passado, época da qual contará seus vencimentos.”

A inclusão de direito no Exército do tenente-coronel Rocha, que já havia ocorrido de fato cerca de 8 meses antes, causou negativa reação em Bento Manuel. Este, em carta de 18 de julho de 1839, escrita em Cachoeira do Sul atual, comunicou ao Presidente Bento Gonçalves:

“que para sua inteligência, desde a data desta me retiro demitido da graduação que tenho na República e exonerado do serviço militar”⁴.

E logo a seguir dirigiu-se para sua estância no Jarau, em Quaraí.

Bento Gonçalves tentou de tudo para demovê-lo, o que parecia ter conseguido até que Bento Manuel teve sua carta de demissão publicada.

Em desabafo a Domingos de Almeida escreveu Bento Gonçalves:

“Eu tenho tudo conseguido aplinar, porque estou acostumado a sacrificar, não só os sentimentos de meu coração, como a própria vida pela salvação da Pátria. Porém, creia, meu compadre, que não fora a publicação daquele ofício (de Bento Manuel) tudo houvera sido mais fácil.”⁵

E, assim, uma distração administrativa divulgada pelo **O Povo** e o ofício de Bento Manuel divulgado pela Imprensa, teriam causado sério e irreversível problema aos destinos da Revolução que entrou a partir daí em franco declínio.⁶

O tenente-coronel Rocha condecora Canabarro

Depois do retorno de Canabarro da Retirada dos 100 dias (Viamão — Passo Fundo — Cruz Alta — São Gabriel) quando passou a gozar do merecido prestígio militar, o tenente-coronel Rocha, segundo documento revelado por Ivo Caggiani, de Santana do Livramento, surgiu com o maçom de graduação mais elevada no Rio Grande do Sul (grau 30).⁷

O documento foi firmado por Francisco José da Rocha no Vale do Itaqui, no 12º mês do ano da verdadeira Luz 5843. Nele Rocha escreveu a certa altura:

“Como Cavaleiro da Águia Branca e Negra, elevei ao grau 18 o irmão David Canabarro, General da República Rio-Grandense, em atividade de Guerra, por encontrar nele todas as qualidades necessárias para ser com o dito grau condecorado e mesmo para maiores serviços poder prestar a nossa Sublime Ordem... Fica autorizado a iniciar Profanos e conceder-lhes até o grau de Mestre, podendo instalar Lojas em qualquer lugar onde transitar em toda a Superfície da Terra”.

(a) Francisco José da Rocha — grau 30”

Este acontecimento, segundo o destacado maçonólogo, Morivalde Calvet Fagurides, teria ocorrido em 1º de abril de 1843. Isto é, um dia antes do Conde de Caxias ocupar Livramento, proveniente de São Gabriel onde chegara em 19 de março e 10 dias depois do ataque do General João Antônio Silveira ao Acampamento da Trilha, próximo a São Gabriel.

Fazia cerca de três meses que o tenente coronel Rocha se envolvera em Alegrete, junto com o coronel Agostinho Mello em rumoroso caso que valeu aos dois início de processo pelo Juiz de Paz, por ordem do Governo, através do general João Antônio da Silveira, então comandante do Exército ***“por terem em Alegrete, cometido à noite à casa do honrado preto forro Manoel Lopes, morador do Alegrete, o espancado e impudicamente insultado a sua família”.***⁸

A elevação de Canabarro teve lugar cerca de 4 meses antes de Bento Gonçalves abdicar da Presidência em favor de Gomes Jardim e transmitir-lhe o Comando-Chefe do Exército.

É possível que o tenente-coronel Rocha, então Delegado Geral de Polícia em Canguçu, tenha-se envolvido no incidente ao tentar evitar que o coronel Agostinho Mello cometesse mal maior. Pois era dado a se “*espiritualizar*” ou seja, a abusar da bebida, segundo depoimento do cronista farrapo tenente Caldeira. Não se tem notícias de desfecho do processo. Walter Spalding em *Epopéia Farrapa*, Rio, Bibliex, 1963, não transmite boa imagem sobre o comportamento do tenente-coronel Rochá. E um ponto a ser precisado, à luz de novos elementos. Mas Spalding não apresentou prova histórica.

Tenente-coronel Rocha — Chefe Geral de Polícia em Canguçu

Em 15 de julho de 1841, quando Chico Pedro lutava com os republicanos em torno de São Gabriel, D. Clara Maria da Rocha, esposa do tenente-coronel Rocha, recebeu da Coletoria de Canguçu 50\$000 à conta dos vencimentos de seu esposo. Existe uma hipótese a confirmar, que dessa união tenha surgido a família Brochado da Rocha. E uma pista a explorar.⁹

Quando do incidente citado em Alegrete o tenente-coronel Rocha vinha exercendo as funções de Chefe Geral de Polícia de Canguçu. Nesta condição recebeu votos a Assembléia Constituinte, votação insignificante, por sinal, por volta de agosto de 1842. Seu último ato relacionado com suas funções de Chefe de Polícia de Canguçu data de 4 de junho de 1843. Portanto teria ficado em Canguçu por quase um ano como homem de confiança de Bento Gonçalves, segundo concluiu dos *Anais do Arquivo Histórico do RGS (AAHRGS)*.

Confirmada a elevação de Canabarro em 1º de abril de 1843, o ato teria sido praticado pelo também Delegado Geral de Polícia de Canguçu.

Em 14 de maio de 1843, o tenente-coronel Rocha recebeu ordem de levantar toda a cavahada da margem direita do Camaquã, retirando-a para local que facilite ser incorporada à Divisão estacionada em Porongos. Neste dia Gomes Portinho batia Chico Pedro no Rincão do Inferno e dois dias depois tinha lugar o combate de Ponche Verde.

Em 17 de maio de 1843, dia seguinte, ao combate de Ponche Verde, recebeu 400 patações para comprar cavalos mansos, novos, gordos e por preços equitativos.

Em 24 de maio de 1843, recebeu ordem de apoiar o coronel Joaquim Pedro Soares encarregado da segurança da Comarca de Piratini e para manter em observação os passos do Camaquã, do passo dos Ferreiros para cima.

Em 30 de maio de 1843, recebeu ordem para cortar em Canguçu 400 cabos de lanças para serem enviados ao Exército e mandar os ferreiros de Canguçu fabricarem o maior número de lanças possíveis. Isto ocorreu um mês antes de Piratini ser reocupada pelos farrapos.

Em 2 de junho de 1843, deu conta dos cavalos comprados e recebeu ordem de só comprar cavalos gordos com pronta indenização.

Em 4 de junho de 1843, foi louvado por haver providenciado, em Canguçu, as lanças e respectivos cabos solicitados pelo Governo, bem como o envio de cavalos que conseguiu comprar. Dois meses depois foi obrigado a deixar Canguçu, então ocupada por Chico Pedro como sua base de Operações, conforme estudamos em *Canguçu, reencontro com a História*.

Acreditamos que o baiano libertador de Bento Gonçalves e maior autoridade maçônica na Província permaneceu Chefe de Polícia de Canguçu até sua ocupação, agosto de 1843, como base da Ala Esquerda do Exército de Caxias, ao comando de Chico Pedro ou Moringue, portanto uma permanência estável de um ano em Canguçu.

Aí Bento Gonçalves permanecia com freqüência gozando a hospitalidade do seu primo tenente-coronel Florentino Souza Leite.¹⁰

É tradição local que o malhete maçônico existente em Canguçu fora trazido por Bento Gonçalves da Bahia de onde foi libertado pelo tenente-coronel Rocha, como vimos Chefe de Polícia de Canguçu.

A Maçonaria em Canguçu — 1842-43

Segundo Simões Lopes Netto durante a Revolução Farroupilha foi fundada em Canguçu a Loja Maçônica Fidelidade e Esperança que foi freqüentada por Bento Gonçalves.¹¹ E agora afirmamos, como novidade, foi freqüentada pelo seu libertador da prisão do Forte do Mar, na Bahia, como Chefe Geral de Polícia de Canguçu e no período anterior a Bento Gonçalves haver deixado a Presidência, quando, segundo Caxias, **“haver buscado proteção nos pedregosos serros de Canguçu”**, em suas **Ordens do Dia**.

Loja fundada pelo mineiro Francisco Ferreira de Freitas e integrada pelo Padre Hipólito Ribeiro, farrapo votado para a Assembléia Constituinte e pai do general Hipólito Pinto Ribeiro o vencedor de Inhanduf, em 1893.¹²

Pesquisando os **Anais do Arquivo Histórico do RGS**¹⁴ encontramos referencias ao fundador da Maçonaria em Canguçu — Francisco Ferreira de Freitas.

Delas concluo que poderia ser mineiro e não fluminense, por Domingos José de Almeida o haver apresentado as mais altas autoridades da República, pedindo que apoiassem **“seu patricio”** o que equivaleria a ser mineiro.

Conclui-se tratar-se de pessoa importante na Maçonaria por ter o citado Domingos José de Almeida o apresentado cerimoniosa e respeitosamente às altas autoridades da República e inclusive ao Padre Chagas, Vigário Apostólico e a mais alta autoridade da Igreja Católica na Revolução. Enfim são dados novos para novas e inéditas pesquisas.

Destino do tenente-coronel Rocha

Em 1860 o tenente coronel ainda vivia, segundo se conclui de carta que lhe dirigiu Domingos José de Almeida.

Nela Almeida agradeceu “gentileza recebida como o haver-lhe apresentado Dr. Melo Moraes” e pediu-lhe confirmar **“se Garibaldi disse que foi conosco que aprendera a Arte da Guerra e a ser brioso”**.¹⁴

A carta foi dirigida ao navio do tenente-coronel Rocha, em Rio Grande, e prestes a zarpar. Morava no Rio Grande ou estava em Trânsito?

Foi o tenente-coronel Francisco José da Rocha que assistiu Domingos José de Almeida dizer ao general David Canabarro que **“sobre ele pesava acusação grave de haver traído a Revolução em Porongos”**. Ao que Canabarro disse conhecer e mais:

“— *Que só esperava uma resposta do Sr. Caxias para publicar um manifesto justificando-se e que para a sua redação talvez o ocupasse*” (a Domingos de Almeida.¹⁵

Documentos esclarecerão a permanência, por tão longo tempo em Canguçu, do baiano que libertou o Presidente Bento Gonçalves do Forte do Mar e que por certo morou algum tempo no sobrado onde viveu outro baiano José Albano de Souza que casou na família Brochado, onde presumo ter casado o libertador de Bento Gonçalves¹⁶ e dado origem aos Brochado da Rocha. E uma hipótese de trabalho e não uma afirmação.

Nada existe no *Arquivo Histórico do Exército* sobre o tenente-coronel Rocha. Esperávamos ter mais sorte com os elementos solicitados ao confrade baiano Thales de Azevedo e Gabriel Calmon da Costa Pinto.¹⁷ Mas nada puderam obter.

Com a presente contribuição, ficamos convencidos que assim como as micro-histórias comunitárias são fundamentais para chegar-se a uma História do Brasil mais fiel, igualmente ficamos convictos à luz das obras do general Morivalde Calvet Fagundes. *A Maçonaria e as forças secretas da Revolução* (Rio, 1978) e *Revelações da História da Maçonaria no RGS* citada que não teremos uma História do Brasil fiel enquanto não for conhecida a *História da Maçonaria no Brasil no século XIX*, a explicar combinações secretas das quais resultarem no Brasil grandes avanços com a Independência, a Pacificação da Família Brasileira, em Ponche Verde, em 1º de março de 1845, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. República cujo berço foi seguramente o Combate do Seival, em Bagé atual, a mais brilhante e retumbante vitória farrapa. Feito memorável que criou condições para a Proclamação da República RioGrandense em Campo de Menezes, no dia seguinte sob a invocação do Supremo Arquiteto do Universo.

Tarefa a ser desenvolvida, à semelhança do que vem sendo feito, na Europa, por maçanólogos ou historiador especializados em Maçonaria e não necessariamente maçons.

NOTAS

1 — CALMON. Como Bento Gonçalves fugiu... *A Noite*. Rio, 3 de abril de 1937; 2 — FAGUNDES. *História Rev. Far.* p. 183; 3 — Idem, nota anterior; 4 — Idem, idem; 5 — Idem, idem; 6 — Idem, idem; 7 — IVO CAGGIANI, nos enviou cópia do documento que foi objeto de comunicação de Morivalde Calvet Fagundes, Presidente da Academia Brasileira Maçônica de Letras, em 1985 no IHGB sob o título *Revelações da História da Maçonaria Gaúcha*; 8 — *AAHRGS*, v. 4, p. 542 (indica 14 documentos que citam o tenente-coronel e no caso os de números 2610 e 2611); 9 — Idem, nota anterior v. 3 p. 741 (indicações 5 documentos citando o tenente-coronel Rocha). 10 Indicações nota anterior; 10 — Residia no local do sobrado, ao lado do antigo Sobrado Velho — atual Câmara de Vereadores. Casa dos Leite no meu tempo e atual propriedade de Lito Telesca. Ali Bento Gonçalves esteve várias vezes. Até 1930 existiu na casa velho piano dos tempos dos farrapos que foi aos pucos sendo tirada as teclas e cordas. Talvez Bento Gonçalves nele tivesse escutado músicas; 11 — Ver do autor, *Canguçu reencontro com a História*, Palegre, 1EL, 1984 (Parte relativa Revolução Farroupilha); 12 — Idem, nota anterior (biografia general Hipólito Ribeiro); 13 — Idem, nota 8 (volumes 3 e 4); 14 — Idem, nota 9 (indicações sobre o documento); 15 — Idem, nota anterior, documento muito esclarecedor; 16 — Cresci ouvindo Ester Brochado Albano, melhor amiga de minha mãe, filha do baiano José Albano de Souza e mãe do tenente-coronel Eng QEMA R/1 Fernando

Oscar Lopes referir que nos fundos de minha casa, além da rua e numa esquina os Brochados da Rocha tinham se originado. Daí a história do tenente-coronel Rocha haver casado nesta família. E uma pista a seguir; 17 — Thales de Azevedo e Gabriel do Arquivo Nacional e grande conhecedor das fontes históricas sobre Império, nada conseguiram resgatar.

MAJORES REPUBLICANOS

Major BERNARDO PIRES (1790-1851) — o simbolista farrapo —

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, como combatente nas campanhas de 1811-12 do Exército Pacificador da Banda Oriental; nas guerras contra Artigas 1816 e 1821; Cisplatina 1825-28, contra Oribe e Rosas 1851-52; na guerra contra Aguirre 1864 e, no início da guerra do Paraguai, já aos 77 anos, na condição de Voluntário da Pátria. Em síntese, tomou parte em 7 campanhas externas.

Durante a Revolução Farroupilha participou como combatente, até ser ferido no combate de Seival, passando a ser conhecido como o Mártir de Seival. Amigo de Bento Gonçalves, desempenhou por largo tempo as funções de Chefe Geral de Polícia da República, a convite do mesmo.

Ligou-se à idealização dos Símbolos da República Rio-Grandense (bandeira, hino, escudo e lenços), conforme tratamos em ensaio sob o título **— Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul — subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal**, em que o biografamos. (Obra hoje disponível em Livros e Plaquetasmno site da FAHIMTB).

Bernardo Pires foi o idealizador da criação do município de Canguçu em 1857, onde hoje possui descendentes das famílias Pires Moreira e Pires Terres. Segundo Morivalde Calvet Fagundez, Canguçu fora cogitado pelo general João Manoel de Lima e Silva, em novembro de 1836, para ser capital da República Rio-Grandense, no que foi vencido por Domingos José de Almeida que opinou por Piratini.²

Foi dos poucos a viver para ver concretizado o ideal de República, em 15 de novembro de 1889, para cuja conquista foi ferido no combate de Seiva¹, que criou condições para a proclamação da República RioGrandense. Viveu ainda para ver a bandeira da República Rio-Grandense, por ele desenhada, ser adotada, desde 1891, com a bandeira do Rio Grande do Sul. Foi deputado à Assembléia Constituinte em Alegrete em 1842.

Naturalidade, família, veterano de lutas no Sul

Bernardo Pires nasceu em 1790 no disputado território entre os rios Piratini e Jaguarão, somente incorporado a Portugal, pela força das armas, na guerra de 1801 que assistiu com 11 anos. Ele nasceu em terras hoje pertencentes ao município de Herval do Sul.

Seu pai formou entre os 800 bravos que tomaram parte da mencionada incorporação, em 1801.

Em 1811, com 21 anos, alistou-se voluntário em Cerrito (Jaguarão atual) e tomou parte da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, ao comando de D. Diogo de Souza. E participou também das guerras contra Artigas 1816 e 1821 e finalmente da Guerra Cisplatina 1825-28.

Em 21 de agosto de 1828 entrou com Exército do Sul, ao comando do general Carlos Frederico Lecor e Visconde de Laguna, em Piratini.

Com a desmobilização do Exército, em Piratini, então local bem desenvolvido pelos que o procuraram para proteção, na Guerra Cisplatina, Bernardo Pires, junto com outros combatentes, ali radicou-se.

E de sua lavra carta depondo sobre a chegada e desmobilização do Exército do Sul, em Piratini³ enviada ao historiador Manoel Gomes de Freitas, filho de Canguçu.⁴ (E hoje patrono de cadeira da ACANDHIS)

Em 1830, quando da instalação da Vila de Piratini, vamos encontra-lo como fiscal da Câmara de Vereadores.

Em 8 de outubro de 1835, integrando forças de Lucas de Oliveira, José Oliveira Nico e Domingos Souza Netto, ajudou a firmar a vitória da revolução em Piratini.

“Mártir de Seival”

Participou do combate de Seival em 10 de setembro de 1836, onde foi ferido a bala, duas vezes. Um ferimento o invalidou para o combate por longo tempo.

Quando depois de proclamada a República no Campo do Menezes⁵ os republicanos entraram em Piratini, Bernardo Pires foi festejado como “**O mártir de Seival**”.

Chefe Geral de Polícia da República

Depois de proclamada a República, Bernardo Pires foi recebido em Piratini como herói. Durante a convalescença desenhou o pavilhão tricolor adotado pela República. Pavilhão que apareceu pela primeira vez, em 6 de novembro de 1836, no cortejo para um **Te Deum** na igreja transportado pelo major de lanceiros, Joaquim Teixeira Nunes⁶ e adotada de direito, em 12 de novembro de 1836, por Decreto do mineiro de Diamantina, Domingos José de Almeida.⁷ Bandeira conservando as cores verde e amarelo do Brasil, da Casa de Bragança.

Quando Bento Gonçalves retornou da Bahia, depois de sua fuga espetacular, ao chegar a Piratini convidou Bernardo Pires para a Chefia Geral de Polícia da República, cargo cujo desempenho pode ser apreciado no jornal **O Povo** e **Anais do Arquivo Histórico do RGS**.

Autor da bandeira adotada pelo Rio Grande do Sul

A bandeira atual do Rio Grande do Sul é a antiga bandeira da República Rio-Grandense, cuja história, segundo Bernardo Pires, em entrevista lúcida e precisa ao **Diário Popular** de Pelotas, de 24 de julho de 1891 e aos 101 anos:

“Esta bandeira tem uma história que me orgulha. O plano pertence a Mariano José de Mattos, meu velho amigo, mas o desenho e todo o trabalho de arte é meu. Nunca estudei desenho, como não estudei coisa alguma, mas esta obra que aí vêem é minha. Os amores-perfeitos que circulam as armas, foram desenhados por mim. Simbolizam estas palavras memoráveis — Firmeza e Doçura. Esta bandeira foi organizada no ano em que se imprimiu em Piratini a moeda papel da República... Sei que minha bandeira foi adotada pelo governo republicano, o que é uma grande honra para mim.”

Bernardo Pires foi o idealizador dos célebres lenços de pescoço, confeccionados no exterior, contendo o escudo da República, vitórias republicanas, etc. Lenços que foram os catalisadores dos ideais republicanos dos rio-grandenses de 1845-89. Lenços que chegaram a ser usados pregados nas bandeiras dos clubes republicanos do Rio Grande do Sul, na campanha pela República, até a sua proclamação, no Brasil, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Final do veterano de oito campanhas

Bernardo Pires, o veterano de oito campanhas, inclusive, a revolução, faleceu em Pelotas, em 9 de novembro de 1891, com 101 anos, pouco depois de prestar história e lúcida entrevista publicada no ***Diário Popular***.

Morreu no dia coincidente com a queda do **“Governicho”** a que se opunha, razão de não lhe prestarem honras militares no seu sepultamento feito às expensas do município de Pelotas, onde deixou descendentes. 8

Os amores-perfeitos que desenhou na bandeira, tinham o seguinte sentido filosófico para o gaúcho brasileiro histórico de que muitos dos líderes militares farrapos foram grandes expressões: **FIRMEZA** — No combate ou nas lutas da vida, lutar com firmeza, garra, determinação, tenacidade e lealdade, visando à vitória. **DOÇURA** — Depois da vitória, traduzida por respeito como religião, à vida, à família, à honra, à dignidade e à família do vencido.

Foi grande a influência dessa filosofia no comportamento dos gaúchos autênticos, desde então.

Constatar isto é obra de simples verificação, particularmente na Revolução de 1923, batizada por Arthur Ferreira Filho de **“Revolução de Cavalheiros”**⁹ em contradição à de 93 em que houve excessos que contrariaram a tradição gaúcha de **FIRMEZA E DOÇURA**.

Bernardo Pires foi deputado à Assembléia Legislativa e Constituinte da República Rio-Grandense, onde em respeito à Constituição votou com a oposição contra a admissão do Sr. Sá Brito, por haver vagado uma cadeira, para ser Ministro.¹⁰

NOTAS

1— Recife. **UFRPE**, 1971; 2 — FAGUNDES, ***História da Revolução Farrroupilha***. Palegre, Martins Livreiro, 1984, p. 188; 3 — Publicado na **RIHGB**, nº 266, ano 1965, por Walter Spalding 4—BENTO. ***Canguçu reencontro com a História***. Palegre, IEL, 1984; 5—Campo do Menezes ficaria na altura da Estação Santa Rosa, da Ferrovia Pelotas —

Bagé, segundo Morivalde Calvet Fagúndez; 6— CALDEIRA. *Apontamentos para a Rev. Far. RIHGRGS*, n.º 27, 1927; 7 — BENTO. **O Mineiro que foi o cérebro e o estadista da Revolução Farroupilha**. Itajubá, EFEI, 1982. (Discurso de posse no IHGMG — Correspondente); 8 — É seu bisneto o major Angelo Pires Moreira, tradicionalista, escritor e historiador, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas; 9 — FERREIRA FILHO, Arthur **Revolução de 1923** (Porto Alegre), 1975; 10 — AAHRGS, v. 4, p. 194, nota ao pé do Manifesto da Minoria da Assembléia Constituinte e Legislativa da Referência Rio-Grandense. Alegrete, 18 de fevereiro de 1843 (Importante documento que revela a apreciável cultura de seus redatores. E documento cheio de lições. Fala na existência de uma Constituição).

Esta disponível e Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br o citado trabalho sobre Domingos José de Almeida.

Major BELCHIOR FRANCISCO DE BEM

Segundo Caldeira, o major Belchior **“era irmão e comandado de Baltazar. Teve destacado papel no combate de Taquari, no comando de uma ala do 3º Batalhão de Caçadores. Travou violento tiroteio com a Infantaria Imperial, que cobria a passagem do Exército Imperial”**. Segundo Caldeira, Belchior **“era muito fogoso no combate. Como oficial de Infantaria era muito arrojado e violento e de caráter muito distinto”**.¹

Eram filhos de Caçapava do Sul.²

NOTAS

1 — CALDEIRA. *Apontamentos Rev. Far. RIHGRGS*, n.º 27, 1927, p.. 412; 2 — CASSOL e ABRAO. **Caçapava capital farroupilha**, p. 155.

Major AUGUSTO PEREIRA SIQUEIRA

Segundo Caldeira, “o major Augusto comandava um Corpo de 1ª Linha. Como valente nenhum mais do que ele. Foi tão conhecido como tal que o Governo Brasileiro ofereceu-lhe o mesmo comando de Corpo se ele entrasse para o Exército Brasileiro. Esta proposta lhe fizeram na ocasião que se fez a paz e ele não a aceitou”.

Na paz abdicou do título militar.¹

A ele dirigiu-se Domingos José de Almeida -em 22 de novembro de 1860 solicitando:² “me informe das ocorrências havidas do ataque de Taquari à pacificação. Não esqueça do incidente que motivou sua ida a Bagé, qual o desfecho do encontro de Santa Maria Chica e do sucedido em Porongos. O major Augusto pertencia à Divisão da Direita do general João Antônio da Silveira.

NOTAS

1 — CALDEIRA. *Apontamentos Re. Far.* pág. 201; 2 — AAHRGS, v. 3, pág. 203.

Tenente MANOEL ALVES DA SILVA CALDEIRA (1815-1900)

— O cronista farrapo —

Significação histórica

Participou intensamente e de maneira romanesca dos dez anos de Revolução Farroupilha, de soldado a tenente do célebre 1º Corpo de Lanceiros da 1ª Linha do Exército da República Rio-Grandense. Privou ou conviveu com a maior parte das lideranças militares, entre elas Bento Gonçalves. Ferido em combate gravemente, sobreviveu.

Graças ao que viu, participou e sentiu, captou e memorizou sobre o Decênio Heróico, veio tornar-se, segundo interpreto, o seu maior cronista e preservador da memória da Revolução e particularmente do perfil guerreiro que muito bem captou de seus maiores campeões. E greio pode hoje ser considerado o seu grande e primeiro historiador em cujos depoimentos buscaram apoio os historiadores da Revolução. Confirmar é obra de simples análise de sua contribuição em especial o seus apontamentos publicados na RIHGRGS nº 27 de 1927. Do ponto de vista da História Militar são sensacionais os traçados do perfil dos chefes farrapos.

Isto por prestar de 1888 a 1898 lúcidos, honestos e detalhados depoimentos escritos, em sua maior parte redigidos em Canguçu, e, em atendimento a solicitações dos historiadores, Alcides Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinho de Almeida. O último, filho de Domingos José de Almeida, o mineiro de Diamantina que foi o cérebro civil e o maior estadista da República Rio-Grandense.²

Depoimentos que foram incorporados significativamente pelos historiadores pioneiros da revolução, os mestres Alcides Mendonça Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues em seu célebre *Almanaque Literário e Estatístico do RGS (1889-1917)* e Alfredo Varela em sua monumental *História da Grande Revolução*. Depoimentos fundamentais a todos os historiadores do assunto, desde então, sem esquecer Othelo Rosa em *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Mas em que pese a sua grande projeção histórica como preservador da memória da maior e mais longa guerra civil sul-americana, Caldeira até hoje tem permanecido em posição obscura que não lhe fazia justiça a sua imensa contribuição à memória Militar da Revolução.

Depois de um longo período de obscuridade, ele ressurgiu como fundador e Presidente do 1º Clube Republicano de Canguçu, organizado no 2º Distrito (região de Florida, em 1882), no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. Em 1893-94 é o comandante da Guarda Nacional, encarregado da proteção do Município de Canguçu, ao qual, em 1896, aos 81 anos, foi lançado como um dos candidatos a Intendente. Logo a seguir irá prestar ainda de Canguçu, seu torrão natal, os famosos depoimentos sobre a Revolução Farroupilha. Depoimentos que a cada dia terão maior valor e os estudiosos aos poucos o elevarão ao local justo que ele deve ocupar de — o cronista da Epopéia Farrapa.

Naturalidade, descendência

O tenente farrapo Caldeira nasceu na região de Cerro Pelado, que passou a integrar, a partir de 1857, o município de Canguçu. Ali ele e seu irmão José Joaquim Caldeira (Juca Caldeira), possuíam propriedade em 1841. Segundo Frei Cristóvão de Vacaria e J. Simões Lopes Netto,⁶ os Caldeiras e os Bentos, junto com outras famílias

foram os fundadores do povoado Estação Cerrito, que pertenceu ao município de Canguçu, até formar, com Olimpo, a cidade de Pedro Osório.

Em 1841, Manoel era tenente farrapo e seu irmão, coletor da República. 7

Os últimos anos de Caldeira ligam-se ao 2º Distrito de Canguçu (Iguatimi, Florida, Posto Branco), onde presumo, tinha residido e deixado descendência.

Contribuições à História da Revolução Farroupilha

Caldeira enviou carta a Alcides Lima de Quaró-Chico, em 21 de novembro de 1888 e três cartas de Canguçu a Alfredo Ferreira Rodrigues, datadas de 25 de janeiro, 20 de setembro e 20 de outubro de 1898, sendo que as duas últimas do 2º Distrito (Florida, Iguatimi). Estas cartas foram publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, nº 27, em 1927, em cerca de 100 páginas.

Ao Dr. Alfredo Varela ele enviou cartas de Canguçu, em 13 de setembro de 1894 e em 5 de maio de 1895, durante a Revolução de 93 e em 1º de dezembro de 1898. Indiretamente chegou às mãos de Varela seus escritos em Pelotas, em 20 de agosto de 1896 e dirigidos ao Dr. Piratinino de Almeida. Todos estes depoimentos, reproduzidos de memória, foram publicados no volume 5 dos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, 1981, em 70 páginas. Portanto, foram 170 páginas que o velho farrapo escreveu de depoimento que merecem ser lidas pelos estudiosos, que neles sempre encontrarão novas inspirações.

Alfredo Ferreira Rodrigues teve conhecimento da existência em Canguçu, do velho farrapo, através de seu colega no Colégio Sul Americano em Pelotas — Genes Gentil Bento, filho de Canguçu e mais tarde seu intendente de 1905/1916. 8

Para mim a grande contribuição de Caldeira, foi captar de maneira precisa e feliz e preservar para a posteridade os perfis militares dos principais líderes farrapos, nos quais baseamos nossos estudos sobre o assunto. Eles são fundamentais para compor o perfil do combatente brasileiro no Sul,⁹ assunto de interesse das pesquisas históricas do Estado-Maior do Exército. Não fora Caldeira a posteridade não teria conhecido o perfil dos campeões farrapos.

Candidato a Intendente de Canguçu

Através de reportagem no jornal **Opinião Pública** de Pelotas, de 28 de maio de 1896, conhecemos mais sobre o maior cronista da república. Dessa reportagem sintetizamos o seguinte:¹⁰

“O partido republicano, guarda avançada da República em Canguçu, reuniu-se ali em 3 de maio de 1896, elegendo sua comissão executiva. Em eleição prévia escolheu para candidato à Intendência de Canguçu, o venerando ancião e velho farrapo, tenente-coronel Manoel Alves da Silva Caldeira, valente soldado de 35... Trata-se de republicano convicto, companheiro inseparável de Bento Gonçalves e Garibaldi. Ele arrostou corajosamente o decênio da memorável cruzada de 35, cujo atestado traz patente na funda cicatriz que lhe atravessa a fonte... Apesar de contar 81 anos, ainda é varonil. Dotado de esclarecida inteligência, honesto e probo, desafiando neste particular a quem quer que seja.

Na Revolução de 93, estando no comando dos patriotas que guarneciam a vila de Canguçu, estava sempre toda a noite e constantemente no quartel com seus camaradas, dormitando sobre dura tarimba, sem pensar nas comodidades da vida.¹¹

O artigo assinado por Juvenal concluiu com este estímulo a Caldeira:

“Avante! Grande patriota e velho farrapo!”

Mas o candidato escolhido em seu lugar pela Comissão Executiva foi Leão dos Santos Terres. Integravam esta comissão, Carlos Norberto e Franklin Moreira, filhos do 1ºEscriturário do Ministério do Interior e Justiça da República Rio-Grandense, em 1838, em Piratini —José Ignacio Gonçalves Moreira.

José Ignacio seria em 1857 o primeiro serventuário de Justiça de Canguçu. Era irmão de Serafim e Antonio, que, em 1838, foram escriturários do Ministério da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense e ao que consta seriam sobrinhos de Domingos Moreira, Presidente da Câmara de Jaguarão, a primeira a aderir à República Rio-Grandense. O Grupo republicano em Canguçu, em 1889, possuía raízes na República Rio-Grandense. Foi denominado Grupo dos 27.¹²

Participação resumida

Caldeira em seus apontamentos conta sua participação na revolução, desde os 20 anos, quando foi preso no sítio de Porto Alegre e enviado ao Rio, onde foi obrigado a sentar praça na Artilharia da Marinha, na ilha das Cobras. Ali participou da fuga de Fortaleza de Santa Cruz, dos coronéis Onofre Pires e Corte Real, em companhia dos quais retornou ao Rio Grande. De retorno ingressou como sargento-ajudante no célebre Corpo de Lanceiros Negros, ao comando de seu conterrâneo, o coronel Joaquim Teixeira Nunes. No memorável combate de Rio Pardo, ele foi o porta-estandarte do Corpo e cumpriu religiosamente esta ordem de Teixeira Nunes — ***“Onde eu for o estandarte me segue e onde for o estandarte todo o Corpo deve segui-lo”***.

Em 3 de janeiro de 1839, Caldeira foi ferido gravemente numa escaramuça. Seu cavalo foi atingido a bala, no peito, e ele no pé e no queixo que foi quase esfacelado e a língua teve o freio cortado. Mas sobreviveu, apesar de lhe darem dois dias de vida. Foi tratado pelo Dr. José Carlos Pinto, Cirurgião-Mor do Exército, em Viamão.

Noutra ocasião foi ferido a espada na frente.

A abordagem do velho farrapo canguçuense como o primeiro cronista militar da Revolução Farroupilha o da Epopéia farrapa não se esgota aqui. Acreditamos que muito se falará da sua obra, à semelhança do tenente argentino Candido Lopes que fixou em pintura primitivista toda a Guerra do Paraguai até a batalha de Curupaiti, onde foi ferido e teve de amputar a mão. Quanto iríamos imaginar que o cenário de minha infância e meninice em Canguar 1931-44 já havia sido percorrido 50 anos antes pelo velho farrapo — o maior cronista da Revolução Farroupilha.

No Congresso Republicano em Porto Alegre Caldeira representou Canguçu,

Creio que muito ainda se falará de Caldeira, como se passou a falar de João Simões Lopes Netto depois de sua morte e hoje cada vez mais. E creio que ambos se relacionavam muito bem

NOTAS

1. BENTO, *O Negro e descendentes na Sociedade do RGS*, Palegre, IEL, 1965; 2. BENTO, *O Mineiro de Diamantina que foi o cérebro e o maior estadista da República Rio-Grandense*. *RIHGB*, nº 338, 1983; *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1981; *Diário Legislativo de Minas Gerais*, 17 de novembro de 1981 e *O Sul de Minas*, Itajubá, 19 de setembro de 1981; 3. BENTO, *Canguçu reencontro com a História*, Palegre, IEL, 1984; 4. LOPES NETO, Simões, *Revista do Centenário de Pelotas em 1912*, nº4 (Dedicada a Canguçu); 5. *AAHRGS*, v. 5 (Ver correspondência José Joaquim Caldeira); 6. *Rebelião das Águas* (focaliza enchente do rio Piratini em Pedro Osório atual, 1959) e nota 4; 7. Idem, nota 5, v. 6, p. 192 (em 5 de setembro de 1844 ainda era tenente); 8. Idem, nota 3 e *Correio Mercantil*, 4 de janeiro de 1885; 9. Estudo que o Estado-Maior tem enfatizado em pesquisas feitas pelas AMAN e ECEME, 10. O autor usa o pseudônimo de Juvenal; 11. Este quartel foi na antiga casa na rua Osório, que pertenceu a Badica Viana, mãe e de Agostinho Viana, meu cunhado que captou esta informação; 12. Idem, nota 3.

QUINTA PARTE

DOCTRINA DO EXÉRCITO DA REPÚBLICA RIO.GRANDENSE

O título do presente estudo refere-se, em linguagem militar, às maneiras de como o Exército Rio-Grandense foi organizado, equipado, instruído, motivado à luta e empregado nesta.

A organização refere-se aos homens que o integraram e às respectivas funções nas diversas unidades de combate que caracterizam também a organização usada então.

O equipamento refere-se às armas, munições, enfim a outros meios colocados à disposição dos homens para combater, entre os quais, no caso, sobressaiu o cavalo.

A instrução refere-se à combinação dos homens e equipamentos, visando a treiná-los para a luta ou combate.

A motivação refere-se aos estímulos aos homens de um exército, de modo que eles encontrem, no fundo de sua alma, razões para lutar e morrer, se preciso for, pela causa que abraçaram e defendem.

O emprego refere-se ao uso dos homens e equipamentos em combate, segundo táticas e estratégicas inspiradas na Arte da Guerra ou do Soldado e apoiados, visando à duração na ação, pela Logística ou Apoio Administrativo. Apoio este traduzido por suprimentos diversos, visando a restaurar os desgastes sofridos pelo Exército considerado, em ação, e no caso de homens — recompletamentos de faltas ou baixas em ação.

O presente estudo, feito pela primeira vez sob este enfoque, com apoio em alentada bibliografia e em parâmetros doutrinários atuais, além de homenagem aos bravos integrantes do Exército Rio-Grandense, a maioria oficiais do Exército que souberam lutar e morrer por suas verdades, elevando bem alto o nome e o valor do homem brasileiro como guerreiro, espero se torne um bom exercício didático aos profissionais militares do Brasil, além de fonte de inspirações, para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, com progressivos índices de nacionalização, apoiado em experiências vividas.

Aos civis interessados na História da Revolução esperamos agradável lazer, ao tratarmos do assunto, em linguagem acessível e compreensível aos não profissionais das armas. Concluiremos logo que o Exército da República Rio-Grandense não foi uma improvisação, mas que atendeu, na medida do possível exigências do estágio da Arte e Ciência da Guerra da época.

E mais, que sua doutrina foi orientada por experientados profissionais do Exército Imperial — o general João Manoel de Lima e Silva e o coronel José Mariano de Mattos, os únicos com curso na Academia Real Militar do Rio de Janeiro e mais os coronéis José da Silva Brandão e Joaquim Pedro Soares, também experientados profissionais no Exército Imperial, além de outros campeões farrapos, formados na Academia Militar da Coxilhas do Rio Grande do Sul, “**vendo, tratando e pelejando**”, segundo Camões.

ORGANIZAÇÃO

Com a queda de Porto Alegre aos imperiais, em 15 de junho de 1836, seguida: do abandono da idéia de conquistar Rio Grande; da proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na ilha do Fanfa com a conseqüente liberação de Bento Manuel para atuar contra Pelotas, concentração farrapa ao comando do major João Manoel de Lima e Silva, este foi obrigado a movimentar-se para local seguro.

A primeira idéia foi concentrar a tropa em Canguçu, no orográfico, sob a proteção da Serra dos Tapes que já fora usada como base de guerrilhas por Rafael Pinto Bandeira, de 1767-77. Dissuadido por Domingos José de Almeida, Lima e Silva resolveu concentrar sua tropa em Piratini. Ali, em 1º de novembro de 1836, foi confirmado Comandante-em-Chefe interino do Exército, cargo que pertencia a Bento Gonçalves. Este foi eleito, 5 dias depois, por ocasião da instalação do Governo da República, Presidente da mesma e Comandante-em-Chefe do Exército Republicano, embora preso no Rio.

Por Decreto de 8 de novembro de 1836, foi organizado o Exército da República Rio-Grandense, segundo inspirações dos majores da 1ª Linha do Exército Imperial, João Manoel, Comandante-em-Chefe interino como infante e José Mariano de Mattos, artilheiro e Ministro da Guerra, ambos amigos e contemporâneos na Academia Real Militar, do Largo do São Francisco, no Rio de Janeiro e veteranos como Caxias da Guerra da Independência na Bahia em 1824.

Organização do Exército Farrapo — 1836

Com os elementos disponíveis, João Manoel e Mariano de Mattos deram a seguinte organização ao Exército pelo decreto citado:1

1. **1ª Brigada** — *Comandante: Coronel Antônio de Souza Neto.*

— 1º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Piratini (Piratini, Pinheiro Machado, Bagé até o Pirai).

Comandante: Tenente-coronel Manoel Lucas de Oliveira.

— 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Piratini (Canguçu e Serrito) (Pedro Osório ao norte do Piratini — Serrito — Vila Freire atual).

Comandante: Tenente-coronel Florentino Souza Leite.

Esta brigada havia vencido Silva Tavares, em Seiva¹, criando condições para a proclamação da República, em 11 de setembro de 1836.

Seu nome inicial foi Brigada Liberal. Nas guerras de 1851-52 e 1864 e 1865-66, ele se fez presente à custa de seus integrantes piratinenses, canguçuenses e pelotenses, ao comando de Neto e Lucas de Oliveira, em defesa da Integridade e Soberania do Brasil, mas sem abdicar o ideal republicano.

2. **2ª Brigada.** *Comandante: Coronel Jogo Antônio Silveira.*

— 3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Pardo.

Comandante: Tenente-coronel Jacinto Guedes da Luz.

— 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional das Missões.

Comandante: Tenente-coronel David Canabarro.

3. **3ª Brigada.** *Comandante: Major José Mariano de Mattos (cumula tivamente com a de Ministro da Guerra e interino da Marinha).*

— 1º Corpo de Artilharia a Cavalos — 1ª Linha.

Comandante: Coronel José Mariano de Mattos.

1º Corpo de Lanceiros Negros — 1ª Linha. ²

Comandante: Tenente-coronel Joaquim Pedro Soares. (Tropa organizada pelo português João Manoel e comando do Cel Joaquim Pedro Soares, ex-integrante do Exército).

— 1º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha.

Esta brigada foi o embrião da 1ª Linha do Exército Republicano.

4. **4ª Brigada.** *Comandante: Coronel Domingos Crescêncio de Carvalho (Provinha da 1ª Linha do Exército Imperial).*

— 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional (Pelotas). Comandante: Tenente-coronel José Alves de Moraes.

— 6º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional (Triunfo, Guaíba e outros contingentes da Guarda Nacional).

Comandante: Tenente-coronel Antônio Gonçalves da Silva.

Apoio logístico e administrativo

— **Ajudante Geral:** Coronel Joaquim Pedro Soares (Fora Capitão do Exército Imperial)

— **Secretário Militar:** Coronel José Pinheiro de Ulhoa Cintra (cumulativamente com o ministro da Justiça e Exterior (Fora Alferes do Exército Imperial).

— **Inspetor Geral dos Departamentos de Fronteira:** Coronel Antonio José Nico, um dos líderes da revolução em Piratini.

— **Quartel Mestre Geral:** Coronel da Guarda Nacional, Domingos José de Almeida. Acumulativamente com o Ministério da Fazenda e Interior. Teve a seu cargo o apoio logístico do Exército que estruturou de forma admirável. Trouxe o Trem de Guerra do Arsenal que montara em sua charqueada em Pelotas, à margem do rio de mesmo nome.

— **Comissário de Saúde:** Tenente-coronel José Carlos Pinto. Esta organização flexível, prestou serviços na fase marcada mente de guerrilhas em que a República (Governo e Exército) foi obrigada a internar-se no Uruguai até que Bento Manuel a ela aderiu pela 2ª vez, de 23 de março de 1837 a 11 de julho de 1839 e depois ficasse neutro até 19 de novembro de 1842.

A 1ª Brigada ao comando de Neto passou a atuar no Centro, a partir do vale do rio Jacuí-Guaíba, para o Norte, abrangendo o litoral, desde São José do Norte até Torres. Mais tarde irá dar lugar à Divisão do Centro encarregada de sitiá-lo Porto Alegre.

A 2ª Brigada, cobrindo a fronteira no Quaraí e Uruguai e centrada ao longo do eixo São Gabriel—Caçapava. Mais tarde dará origem à Divisão da Direita.

A 4ª Brigada do Cel Domingos Crescêncio atuará desde o rio Jaguarão até Pelotas, abrangendo jurisdição sobre a Serra dos Tapes, onde se situam Piratini e Canguçu.

Reorganização de 23 de outubro de 1839

O Exército da República foi evoluindo aos poucos. Em 23 de outubro de 1839, decorridos três anos de sua organização inicial, voltada mais para guerrilhas, ele passou a ter a seguinte estrutura — decorridos dois anos e meio da instalação da República em Piratini, depois de reconquistada, em 25 de maio de 1837, pelo Presidente Gomes Jardim:

1) **Efetivo:** O efetivo previsto para Exército era de 9.372 homens, sendo:

1ª linha.....	2.247— Cavalaria
	1.827— Infantaria
	222— Artilharia
Total.....	4.296
Guarda Nacional.....	5.076— Cavalaria
Resumo:	Cavalaria— 6.903
	Infantaria — 2.247
	Artilharia— 222

Havia uma proporção de três cavalarianos para um infante, fato agravado na prática.

2) **Organização da 1 Linha:**

— 1º Corpo de Cavalaria: 8 Companhias	— Efetivo — 426 homens
— 2º Corpo de Cavalaria: 8 Companhias	— Efetivo — 426 homens
— 1º Corpo de Lanceiros: 8 Companhias	— Efetivo — 426 homens
— Esquadrão de S.Leopoldo: 2 Companhias	— Efetivo — <u>123</u> homens
Total	1.827 homens

Cada Corpo acima possuía 29 Oficiais.

1° Batalhão de Caçadores:	8	Companhias	—	749	homens
2° Batalhão de Caçadores:	8	Companhias	—	749	homens
3° Batalhão de Caçadores:	8	Companhias	—	749	homens

Total Infantes 2.247 homens

Cada Batalhão possuía 29 Oficiais.

1° Corpo de Artilharia:	4	Baterias	—	222	homens
-------------------------	---	----------	---	-----	--------

Este Corpo possuía 18 Oficiais.

3) Organização da Guarda Nacional

- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de TRIUNFO: 11 oficiais, oito Companhias — 403 homens.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de CACHOEIRA: Idem anterior (Cias e efetivo).
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de RIO PARDO: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de SANTO ANTONIO: idem, idem (Refere-se a Santo Antônio da Patrulha).
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de SETEMBRINA: Idem, idem (Refere-se a Viamão atual).
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de PIRATINI: 11 Oficiais, seis Companhias — 305 homens.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de PIRATINI: Idem anterior. Piratini possuía 2 Corpos.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de PELOTAS: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de CAÇAPAVA: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de ALEGRETE: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de SAO BORJA: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de CRUZ ALTA. O 2° Corpo de Piratini pertencia aos distritos de CANGUÇU e CERRITO (Vila Freire).
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de JAGUARAO: 11 Oficiais, 3 Companhias — 207 homens.

- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de ENCRUZI LHADA Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de DORES: Idem, idem. (Refere-se a distrito de Vasconcelos em Tapes atual).
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de S. JOAO: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do ESTREITO: Idem, idem.
- Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de VACARIA. Cada Corpo recebeu uma numeração.

Por ocasião do início da Revolução Farroupilha, o então coronel Bento Gonçalves da Silva, era Comandante Superior da Guarda Nacional na Província do Rio Grande e o

seu amigo, o então capitão Antônio de Souza Netto, era o Comandante do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, formado por tropas dos atuais municípios de Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval e Bagé até o Piraí. O referido Corpo foi o que bateu Silva Tavares, em Seival, e que veio dar origem Brigada Liberal e depois 1ª Brigada ao comando de Antonio Netto e depois de Manoel Lucas Oliveira.

Brigada espiritualmente mobilizada na Guerra do Paraguai ao comando de Lucas de Oliveira e formada por pessoal de Canguçu, Piratini e Pelotas, para lutar no Paraguai.

4) **Corpo de Engenheiros:** Ao acompanhar-se as fontes da Revolução Farroupilha consta-se a intenção de estabelecer-se um Corpo de Engenheiros, que não foi implementado, embora os farroupilhas tenham construído suas fortificações, em Caçapava, na foz do Rio Pelotas, junto ao Canal São Gonçalo, em Viamão (Setembrina) e melhorado os fortes de Itapuan, ilha do Junco e outro em Torres — junto ao mar.

Comando, Tropa, Divisão do Teatro de Operações e Apoios

O Exército da República Rio-Grandense possuía de um modo geral, a seguinte estrutura:

1 — **Comando Superior:** Exercido pelo Presidente da República assessorado pelos:

a. **Comando-em-Chefe do Exército.** Função exercida durante a Revolução pelos seguintes Oficiais:

- General João Manoel Lima e Silva
- General Bento Gonçalves da Silva (por longo tempo) cumulativamente com a Presidência da República
- General Antonio Souza Netto
- General João Antônio da Silveira
- General David Canabarro, na fase final da Revolução

b. **Ministério do Exército e da Marinha**

Possuía missões ligadas aos apoios Logísticos e Administrativo do Exército, em Campanha. Era elo na cadeia logística e administrativa, mas não no tocante ao emprego operacional, decidido entre o Presidente da República, o comandante-em-chefe e comandante de Divisão. Ou por outro lado, possuía responsabilidade na Organização, Equipamento e Instrução do Exército, mas não no seu Emprego.

Ocuparam o Ministério da Guerra e Marinha, os seguintes:

- Coronel José Mariano de Mattos — duas vezes (Era egresso do Exército Imperial. Foi mais tarde Ministro da Guerra do Brasil).
- Coronel José da Silva Brandão (Era egresso do Exército Imperial) Ministro no período áureo da República 1837-39, em Piratini e Caçapava. Sua obra está focalizada nos **AAHRGS** v. 5.
- Tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre
- Coronel Manoel Lucas de Oliveira. Foi Ministro na fase final e mais difícil da Revolução, coincidente com o comando de Caxias e foi substituto do coronel José de Oliveira Ortiz
- O Tenente-coronel Manel Antunes da Porciúncula foi ministro por curto período.

2 — Tropa

a. **Divisão de Esquerda**, com jurisdição territorial entre os rios Jaguarão e Camaquã e Serra dos Tapes, extensa região onde ficavam Jaguarão, Herval, Pinheiro Machado (atual), Piratini, Canguçu, Pedro Osório e Arroio Grande (atuais), Pelotas e São Lourenço (Boqueirão). Na área existiam Serrito do Jaguarão (atual Jaguarão) e Serrito do Piratini (Vila Freire). Era comandada pelo coronel Domingos Crescêncio de Carvalho que comandava a 4 Brigada e veio falecer depois da expedição imperial ao comando do general Labatut, em Cima da Serra.

b. **Divisão da Direita**. Com jurisdição territorial sobre as fronteiras dos rios Quaraí, Uruguai e Serra do Herval, incluindo em sua jurisdição, Bagé, São Gabriel, Caçapava, Encruzilhada, São Borga, Santana, Cruz Alta e outros surgidos depois (São Sepé, D. Pedrito, Rosário, Quaraí, Alegrete, Uruguaiana, etc.). Era comandado pelo coronel e depois general João Antonio da Silveira, tendo a auxiliá-lo, entre outros, David Canabarro e Jacinto Guedes da Luz.

c. **Divisão do Centro**. Com jurisdição ao Norte do Jacuí e Guaíba e litoral, de Estreito a Torres. Esteve sob sua jurisdição, Rio Pardo, Taquari, Triunfo, Viamão, Gravataí (atual Torres), Osório (atual), Santo Antônio da Patrulha. Comandante: general Antônio de Souza Netto. Sua missão principal foi sustentar o sítio de Porto Alegre, por cerca de três anos (1837-1840).

3 Estrutura de Apoio Logístico e Administrativo.

Basicamente toda a estrutura do governo farrapo voltava-se para sustentar a guerra. havia inicialmente três ministros, o da Guerra e Marinha, o da Fazenda e o do Interior e Justiça. O primeiro trabalhava para organizar, equipar e instruir o Exército. O segundo em gerar recursos materiais e financeiros, para sustentar o Exército, e o último, em realizar o ordenamento jurídico capaz de assegurar principalmente, o recrutamento, a remonta e a mobilização nas horas críticas.

Os ministérios tinham os seguintes braços nos municípios: O da Guerra, o comandante da Guarnição; o da Fazenda, o Coletor e o do Interior e Justiça, o Delegado de Polícia e o Juiz de Paz.

Uma tropa em trânsito recebia dessa estrutura de apoio Logístico e Administrativo, um bom e muito flexível apoio na fase áurea da Revolução.

a. **Apoio na capital da República (Piratini e Caçapava)**

— **Arsenal de Guerra** — Fornecimento de fardamento, arreios, consertos de armas e de arreios, alfaiataria, laboratório e fábrica de cartuchos.

— **Fábrica de Pólvora**.

— **Hospital Geral do Exército** com botica (farmácia) e 3 enfermarias.

— **Comissariado de Víveres e Transportes** — Com suprimentos diversos alimentação e, como dependência, o Açougue Nacional, couros para consumo e capacidade de ealizar transportes em carretas.

— **Secretaria do Ministério da Guerra** (Burocracia).

Da necessidade, inclusive, de exportar gado para gerar recursos para importar itens essenciais à continuação da Revolução, foi criado o Ministério do Exterior. O Uruguai passou a ser a fonte de recursos importados para a guerra, em troca de gado *vacum*. E, segundo Mariano de Mattos, os comerciantes lucraram e abusaram dos apertos dos revolucionários.

Na parte de **Emprego do Exército** será focalizado com mais detalhes, o apoio logístico e administrativo.

Na organização do Exército Republicano concorreram os seguintes oficiais que haviam pertencido ao Exército Imperial.

Majores João Manoel Lima e Silva e José Mariano de Mattos, ambos egressos da Academia Real Militar, e os coronéis republicanos José da Silva Brandão, Joaquim Pedro Soares e Domingos Crescêncio de Carvalho.

As conclusões sobre Organização foram retiradas do estudo do Jornal **O Povo** e da coleção dos **Anais do Arquivo Histórico do RGS** 8 v.

Recrutamento para o Exército Republicano

Na fase inicial da revolução o recrutamento do Exército Republicano foi feito em expressiva parte da Guarda Nacional, da qual Bento Gonçalves era o comandante superior na Província.

A ela aderiu expressiva parcela da tropa do Exército Imperial, articulada em Jaguarão, Bagé, São Gabriel e Alegrete (4º RC), em São Borja (1º BC — Infantaria) e Rio Pardo (1º Corpo de Artilharia a Cavalos). Era a maior guarnição imperial do Brasil. Nos corpos da Guarda Nacional entraram liderados dos oficiais e, inclusive, muitos veteranos das guerras 1801-1825.

Com a proclamação da República Rio-Grandense foi estabelecido o Exército composto de:

**—Guarda Nacional
— Exército de 1º Linha.**

O efetivo de 1ª Linha em 1840 sofreu redução sensível a 1/3, situação grave no tocante aos efetivos de Infantaria, lacuna responsável por muitos insucessos farrapos.

Recrutamento da Guarda Nacional

Inicialmente foi adotado o sistema em vigor no Império (Lei de 18 de agosto de 1831 e Decreto de 25 de outubro de 1832).

Isto é, a incorporação de cidadão entre 18 e 60 anos e com renda líquida anual inferior a 100 mil réis. E a seleção dos oficiais era por eleição. Assim ao poder econômico vinha associar-se ao poder político e o militar.

A revolução suspendeu a eleição em 16 de abril de 1838 em razão da guerra. O alistamento passou a ser feito pelos Ministério do Interior e da Justiça, através de seus braços, os delegados de Política e os juizes de Paz, que podiam recorrer, em dificuldades, ao apoio militar.

O critério de alistamento, por instruções específicas de 4 de outubro de 1837, eram cidadãos de boa conduta, robustez, patriotismo e adesão à causa republicana. O recrutado para a Guarda Nacional podia eximir-se do Serviço Militar, desde que em seu lugar oferecesse um escravo alforriado. Enquanto o escravo liberto estivesse em serviço, seu antigo dono estava isento.

Estavam isentos, inicialmente, o órfão e arrimo de irmãos menores, filho arrimo de viúva, um único filho de lavrador de sua escolha, os capatazes de estâncias com mais de 1.000 cabeças, os administradores de plantações ou de olarias com mais de 6 escravos, os tropeiros a caminho das charqueadas, os mestres de ofícios (pedreiros, carpinteiros, canteiros, etc.) com lojas em funcionamento, os industriários de bom comportamento, com indústrias em funcionamento, como os pescadores fabricantes de redes e espinhéis, os tripulantes de embarcações matriculados, os estudantes com aproveitamento certificado, um guarda-livro e dois caixeiros escolhidos por lojas grandes, um guarda-livro e um caixeiro para as médias e um só empregado para as menores.

A pecuária que era a base de sustentação econômica da guerra era contemplada com as seguintes isenções, conforme o número de reses por fazendas ou estâncias:

De 1.000 a 3.000 reses	—	De 1 a 4 peões	(empregado rural)
De 3.000 a 5.000 reses	—	De 4 a 6 peões	
De 5.000 a 8.000 reses	—	De 6 a 7 peões	
De 8.000 a 20.000 reses	—	De 7 a 12 peões	

Não podiam ser escravos e nem homens livres.

Em casos de emergência e , as isenções eram suspensas, como aconteceu diversas vezes.

Os recrutas, até onde foi possível, eram enviados para um Depósito de Recrutas em Piratini, o que será abordado em **Instrução**.

O pessoal encarregado do Correio era isento do Serviço Militar.

Os claros de oficiais existentes eram preenchidos pelos critérios de valentia, patriotismo, merecimento e bons costumes, prevalecendo a antigüidade em caso de empate na prova de títulos. Foi extinto o posto de alferes e criado o de 2º tenente.

Mais tarde, pelo Regulamento de Ensino de 1905 do Exército, o alferes foi substituído pelo posto de aspirante-a-oficial que perdura até hoje.

Existia preconceito da Guarda Nacional com a 1ª Linha. Ao ser criado o 2º Corpo de Lanceiros com os oficiais e praças da Guarda Nacional, integrantes da Divisão Direita do então coronel João Antônio da Silveira, este encaminhou ao Governo, em dezembro de 1838, uma relação enorme de oficiais pedindo demissão, o que resultaria na inviabilização de uma unidade da Guarda Nacional e outra de 1ª Linha. Face a este argumento o Governo teve de ceder.⁵ Mas depois foi implantado e comandado por Jacinto Guedes.

Houve vários abusos e desvios na finalidade da Guarda Nacional, como o de reterem como seus ordenanças ou peões, escravos pertencentes a dissidentes ou inimigos da República, sem os encaminharem à 1ª Linha. ⁶

Em Decreto de 15 de dezembro de 1839, o limite de idade de recrutamento para o Exército baixou de 18 para 14 anos **“uma vez que tenham a necessária robustez e capacidade para o serviço”**.

Houve abusos nas escolas, cuja reunião foi aproveitada, em alguns casos, para o recrutamento, para a 1ª Linha, fato coibido em Circular de 17 de julho de 1839.⁸

Recrutamento de 1ª Linha

Havia um preconceito com a 1ª Linha. Quando foi necessário organizar-se o 2º Corpo de Lanceiros Negros repetimos houve reação entre os oficiais da Guarda Nacional para enquadrá-lo.

De fato, a 1ª Linha era reservada a solteiros entre 18 e 35 anos, brancos, mulatos, cafusos, caboclos, índios e negros libertos.

Para a 1ª Linha eram recrutados os vadios ou gaudérios, sem endereço certo, os maus elementos necessitando corretivos e os insubmissos ao serviço militar e os desertores depois de punidos.

Uma fonte de recrutamento para a 1ª Linha foram os índios missioneiros, na jurisdição de Bento Manuel Ribeiro. E este os usava muito como Infantaria, na hora do combate, embora os transportasse a cavalo.

Outra fonte para a 1ª Linha foram os escravos de dissidentes (imperiais), compulsoriamente, ou de republicanos, voluntariamente, ou como instrumento de isenção do serviço militar de seus donos.

Os criados em estâncias e campeiros e domadores exímios que tanta admiração causaram a Garibaldi constituíram principalmente o 1º Corpo de Lanceiros Negros dos farrapos do coronel Teixeira Nunes, considerado por Tasso Fragoso **“a maior lança farrapa”** e por Assis Brasil **“como o maior herói do século”** e por Schultz Filho **“O primeiro entre os primeiros na missão mais arriscada”**.

Corpo de Lanceiros Negros sobre os quais escrevemos⁹ e que infra- estruturou os maiores feitos de Canabarro na expedição a Laguna, no combate ao general Labatut e que salvaram a causa da República, em Porongos, por se envolverem em luta desigual, para evitarem o desastre total.

Os negros recrutados nas charqueadas e que as operavam, eram destinados à Infantaria de 1ª Linha.

No Prata, este artifício deu muitos bons resultados. Em Passo do Rosário, em 10 de fevereiro de 1827, a Divisão do general argentino Soler, no centro do dispositivo, era constituída de negros que haviam feito campanha da Independência, com San Martin. Sobre este assunto produzimos a obra **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul, Palegre**, IEL, 1975.

Circular de 28 de fevereiro de 1838, procurou coibir abusos de retirada de escravos de cidadãos pacíficos, de parte de republicanos, contrariando os decretos de recrutamento de 11 de novembro de 1836, e de 25 de agosto de 1837 e instruções de Recrutamento de 4 de outubro de 1837.¹⁰

Antes, por circular de 23 de dezembro de 1837, foi tentado coibir abusos de republicanos que retiravam escravos de dissidentes para uso próprio, desviando-os do serviço na 1ª Linha, ao troco de liberdade.

Em 3 de abril de 1838, o Ministro da Guerra ordenou ao Chefe de Polícia de Piratini:

“Tomará V. Excia. conhecimento de todos os vagabundos que sem domicílio certo andam de distrito em distrito, cometendo toda a sorte de atentados, sem prestarem serviço algum à Pátria, os quais deverá perseguir com todo o rigor, até

prendê-los e os remeterá logo seguros ao Exm.º General-em-Chefe, recrutados para a 1ª Linha, não consentindo que nenhum individuo transite sem portaria do respectivo juiz de paz.”

Esta era outra fonte de soldados da 1ª Linha.

Em 5 de novembro de 1840, ao final de um ano difícil para a revolução, dos 4 batalhões de Caçadores de 1ª Linha, o efetivo estava reduzido a 1/3, ou em torno de 700 homens. Este fato influirá de modo negativo, segundo Morivalde de Calvet Fagundes, nas dificuldades e reveses das massas de Cavalaria dos republicanos, contra os imperiais, nos combates de Taquari, 3 de março de 1840, de São José do Norte e banhado Inhantium.

Em 1841, na Assembléia Constituinte, o coronel José Mariano de Manos apresentou projeto abolicionista visando, inclusive, com isto, engrossar a Infantaria de 1ª Linha, à semelhança do que era feito no Uruguai e Argentina, limítrofes. Mas teve rejeitada sua proposta.

Operações republicanas próximas ao Rio Grande e Porto Alegre eram inviabilizadas pela falta de Infantaria, problema que a Revolução Farroupilha não conseguiu resolver, inclusive por ser uma barreira sociológica.

No citado ***O Negro e descendentes...*** abordo o problema da contribuição militar do negro à revolução e às medidas do Império para neutralizar essa contribuição. O Império adotou as seguintes punições:12

“ Os negros farrapos presos com armas levarão de 200 a 1.000 açoites. Depois serão entregues aos seus senhores com condição de saírem do Rio Grande até o fim da luta. — Os negros farrapos que desertarem serão alforriados e transportados para fora do Rio Grande.”

EQUIPAMENTO

Neste campo trata-se das armas de fogo, brancas e de arremesso usadas pelos republicanos, bem como material de Artilharia, dos fardamentos, arreiaamentos, carretas para transportes, material de acampamento e principalmente o cavalo.

Armamento individual

Armas de fogo: A Infantaria usava carabina modelo 1822, de carregar pela boca, 18mm de calibre e 1.032mm de comprimento, descontada a baioneta usada em ações de choque, principalmente quando assediada nos quadrados por ela formados, pela Cavalaria ou contra a Infantaria Imperial.

Seu acionamento era consequência do impacto do cão de sílex (pedra de fogo) contra uma peça de ferro (caçoleta). Disto resultava uma faísca que incendiava a pólvora colocada numa concha externa (fogão) o que comunicava a pólvora (do ouvido) do orifício que se comunicava por sua vez com a câmara de detonação. A pólvora era acondicionada em cartuchos para facilitar o carregamento e proteger a pólvora da umidade. O projétil era esférico de chumbo moldado, inclusive em campanha. A Cavalaria usava clavina modelo 1822 do mesmo sistema que a carabina citada e principalmente pistoleões do mesmo sistema. Esta arma era usada pelos chefes ao lado da espada.

O alcance da carabina e da clavina era de 250 a 300 metros. O pistolão era para o tiro à queima roupa. Todos os três tinham baixa velocidade de tiro.

O carregamento das três era feito da seguinte forma: O cartucho com pólvora e projétil era aberto com os dentes. Parte da pólvora era colocada no fogão e coberto com a caçoleta. A sobra do cartucho era colocada no cano com o cartucho rompido para baixo, com auxílio da vareta o cartucho (pólvora e projétil) era comprimido. Este cartucho inventado pelo rei Gustavo Adolfo, da Suécia, foi um marco na evolução da Ciência de Guerra.

O pistolão salvou a vida do alferes Manoel Luiz Osório ao atingir seu perseguidor, a cavalo, quando fugia ao cerco no combate de Sarandi, em 1825.

O vento, a chuva e a humidade tornava um problema o uso dessas armas.

Este armamento não era padronizado e sim variado e de diversas origens lembrando as guerras anteriores 1754-1756; 1763-1777; 1801; 1811-1812; 1816 e 1821; 1822-1824; 1825-1828, no Rio Grande do Sul.

Moro Mariante identificou como armas da Infantaria farrapa em **Farrapos guerra à gaúcha** as espingardas **Tower** e **Brown Bless**, sistema Minié, processo de percussão por pederneira. O calibre variava de 15 a 19mm. A Cavalaria usava mosquetões **Tower** e **Brown Bless** com cano mais curto do que a carabina.

Armas brancas: Era feito largo uso de espadas retas ou curvas e de diversas origens. Ela era portada, em princípio, pelos oficiais de Infantaria e Cavalaria e graduados de Cavalaria. Havia preferência por espadas retas.

Bento Gonçalves feriu de morte, em duelo a Onofre Pires, com uma espada "**albana**", que recebeu este nome por haver sido adquirida pelo coronel legalista Albano, que antes da Revolução fora amigo e companheiro de Bento Gonçalves, nas guerras contra Artigas 1816 e 1821.

A espada serviu em algumas ocasiões, enterradas em solos fofos, para amarrar cavalos, com as rédeas atadas aos copos.

Em Seival, Neto ordenou ataque a espada e a lança. Era, forma usual de ataques de Cavalaria. O coronel Amaral que bateu Chico Pedro em Candiota só usava atacar com espada.

A lança foi muito usual e era de fácil confecção e aquisição. Podia ser fabricada em qualquer ferraria das localidades do Rio Grande do Sul. Se tornou famoso no uso de lança, combate, o coronel Joaquim Teixeira Nunes que comandou o célebre Corpo de Lanceiros Negros da República, constituído de ex-escravos campeiros e domadores. Joaquim Teixeira Nunes, foi considerado "**a maior lança farrapa**" pelo general Tasso Fragoso.

Segundo ainda Moro Mariante *op. cit* havia vários modelos de lanças, sendo os mais comuns a lança punhal, modelo brasileiro e a lança de **choupa losangular**. Uma e outra em **cruzeta rouca, triangular**, ou em formá de **meia lua**. A última era preferida dos gaúchos. Uma lança regulamentar media 2,50m. Mas havia outras de todos os tipos e improvisadas com facas, tesouras domésticas e de tosquiar. Elas eram fabricadas em ferrarias. O tenente-coronel Francisco José da Rocha, que libertou Bento Gonçalves do Forte do Mar, na Bahia, quando Delegado de Polícia de Canguçu recebeu ordem, em 30

de março de 1843, de mandar cortar 400 cabos de lança e confeccionar com os ferreiros locais o maior número de lâminas de lanças (**AAHRGS**, v. 3, p. 741). Relatos dão conta de improvisação generalizada “ **e que até espadas foram improvisadas de costelas de vaca**”.

Armas de arremesso: Tanto os imperiais como os republicanos fizeram largo uso das boleadeiras (**três marias**) como arma. O alferes Manoel Luiz Osório ao romper o cerco no combate de Sarandi, escapou por um triz de ser atingido e derrubado do cavalo por um “**tiro**”, de boleadeiras. Teixeira Nunes, antes de ser morto, teve seu cavalo boleado, caindo em conseqüência e sendo alcançado pelos imperiais e morto a tiro de pistola.

Jacinto Guedes da Luz, num dos primeiros combates que tomou parte, recebeu em cheio pelas costas um impacto de boleadeiras, que lhe fez brotar o sangue pela boca, por uns dias, além de desmontá-lo.

As tropas imperiais e republicanas acostumadas ao tipo de guerra das coxilhas do Rio Grande sabiam tirar bom rendimento dessa arma eficiente de fácil confecção e de origem indígena.

As crônicas de guerras e revolução na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul estão cheias de histórias sobre o uso militar de boleadeiras.

Armamento de Artilharia

Os republicanos usaram peças de Artilharia tomadas aos imperiais em algumas ocasiões. Pouco usadas elas foram. Oscilaram entre 2 a 5 peças Caxias em Ponche Verde recebeu dos republicanos as duas últimas remanescentes, sob a qual fala Vicente da Fontoura em seu **Diário**.

Fardamentos

Não houve a rigor na República Rio-Grandense o uso de uniformes padrão. Basicamente ele era constituído dos trajes típicos dos rio-grandenses republicanos. E isto se repetiu na participação dos rio-grandenses nas guerras contra Oribe e Rosas 1851-52 e do Paraguai 1865-70.

Segundo Caldeira, antes do combate do Rio Pardo, de 30 de abril de 1838, “**foram distribuídas mais de 3.700 divisas de morim bem branco. Todos tínhamos uma amarrada no braço direito, que era para não haver engano entre companheiros**”.¹³

É ainda o ilustre e consagrado historiador Helio Moro Mariante que nos revela *op. cit.* que os uniformes dos Lanceiros Negros Farroupilhas, tropa de choque farrapa era: Os oficiais usavam gorro de pano encarnado com borla dourada, fardeta encarnada apertada na cintura por um talim cartucheira e as calças eram de pano azul com listra encarnada. As divisas dos postos figuravam nos punhos e nas pontas das golas. O gorro era do clássico tipo Papai Noel, já reproduzido por pintores como Watsh Rodrigues. Os soldados Lanceiros Negros usavam gorro vermelho idêntico ao dos oficiais, com borla de lã vermelha. A calça era inteiramente azul. Os oficiais em princípio usavam espada e pistola.

Os farrapos vestiam-se com as seguintes fazendas: pano azul fino, baeta, belbutina, algodão, riscado, chita para calça, chitão, morim e brim.

A Infantaria usava túnicas verdes, a Cavalaria azuis e os Lanceiros fardas carmenzins.

O jornal **O Povo** de 11 de março de 1839 assim descreveu a vestimenta de um escravo que fugiu: **“Calça de pano mescla, chiripá de baeta azul, camisa de algodão, jaqueta de pano azul, ponche azul e chapéu preto.”** Dados interessantes para um pintor reproduzir um traje do tempo da Revolução Farroupilha, que seria talvez uma espécie de uniforme, a julgar pela crítica feita ao general Netto pelo coronel Serafim Joaquim Alencastre de aquele **“usar ponches de toalha e chapéus de abas largas em campanha”**.

Ao ser presa certa feita a bagagem do general Netto, foi encontrada nela **“uma farda de pano azul fino, bordada de ouro como general e chefe dos rebeldes, uma divisa asseada de chapéu feita de pano fino escarlata, bordada a ouro com a legenda: Exército Republicano Rio-Grandense.** Çreio que o general Netto possuía a farda certa para o momento certo. As vezes a liderança se impõe pela identificação do chefe com as dificuldades dos liderados.

No Recife ao pesquisarmos para escrever o livro **As Batalhas do Guararapes** deparamos que em certo momento os soldados se mostraram constrangidos por terem de andar de pes no chão e os oficiais calçados. A solução encontrada pelos últimos foi a de se igualarem aos soldados e andarem também de pés no chão, o que pôs fim ao constrangimento. A partir daí ficaram todos mais nivelados e integrados.

A República através do decreto de 20 de fevereiro de 1839 adotou como distintivo o Laço Nacional: **“Todos os cidadãos e súditos da República, com exclusão dos escravos, serão obrigados a trazer em seus chapéus o Laço Nacional consagrado pelo Decreto de 12 de novembro de 1836.”**

Os reincidentes no não uso do distintivo estavam sujeitos a 15 dias de prisão além de multa. **“O Laço Nacional pelo decreto citado seria formado de três círculos: O externo verde, o do meio escarlata e o central ou núcleo, ouro.”**¹⁵

O fardamento basicamente consistia em comprar trajes típicos para a tropa, com a ajuda de subscrições populares. A oportunidade indicada era antes do inverno. A peça de uniforme mais usual, quando possível, era a túnica. O restante era o traje típico gaúcho. Bento Gonçalves a ser ferido na ilha do Fanfa em 04 de outubro de 1836 usava sua túnica militar **“de pano verde-escuro”**. Túnica marcada por dois furos de bala, sendo um consequência de ferimento recebido em Viamão, pouco antes.¹⁶

O renovar do vesturário dos republicanos foi uma preocupação logística permanente da República, particularmente no inverno sulino. Houve momentos críticos de vestuário que tornavam a tropa uma ameaça ao pudor das famílias.

O rio-grandense com seu vestuário típico, faca, boleadeiras, pistolões, arriamento e cavalo era uma guerreiro em potencial. Para mantê-lo em combate era alimentá-lo, basicamente com carne *vacum*, fornecer-lhe erva- mate, substituir ou recuperar seu equipamento.

O fumo e a aguardente em suprimento regular completavam sua vida. Segundo Arthur Ferreira Filho, houve ocasião em que os republicanos tiveram que cobrir sua nudez com roupa à base de pelegos de ovelhas)⁷

Os lombilhos e seus complementos xergão, carona, xincha, pelegos etc., eram essenciais para montar-se a cavalo.

Todo o rio-grandense possuía, em princípio, o de seu uso. Na época já possuíam fama os fabricados em São Leopoldo que passaram a ser conhecidos como serigotes, corruptela das palavras alemãs **sehr gut** ou muito bom. Segundo a tradição, um correio alemão mostrou, em São Leopoldo, um lombilho por ele fabricado a um gaúcho de passagem, dizendo-lhe em alemão — **Das ist sehr gut** ou, **“isto é muito bom”**. A partir daí, aos poucos, o lombilho passou a chamar-se **“serigote”**, ou lombilho feito na colônia alemã.

Durante a revolução tinha São Leopoldo permanecido imperial e os republicanos tiveram cortado o acesso aos serigotes. Tendo este artigo se tornado crítico à República, criou na Picada dos Quevedos, na divisa dos atuais municípios Canguçu e São Lourenço do Sul a Fábrica Nacional de Curtume e Lombilhos⁸ da qual foi encarregado o capitão Pedro Rodrigues Quevedo. Este assunto é abordado nos **AAHRGS.19**

A República sempre que pôde comprou estoques disponíveis no comércio local e no Uruguai. Mas o andar em pelo ou com pelego, à guisa de arreios, era fato comum. Ou à moda índia e sem estribos.

Os republicanos se distinguiam dos imperiais pelo Tope Nacional, um círculo com três cores: Centro amarelo, lista circular central vermelha e a lista circular externa verde. Seu uso era obrigatório para todos os cidadãos da República Rio-Grandense, com exclusão dos escravos. Era uma medida de controle de pessoas e cuja fiscalização era atribuição geral. Era uma medida de contra-espionagem (Vide **O Povo**, 16 de março de 1839). Os republicanos identificavam os imperiais pelos grandes bigodes que usavam, prática condenável e não usual na República, a concluir-se de **O Povo** (17 de julho de 1839).

Carretas

A carreta era a base dos transportes. Dela era feito largo uso para o apoio logístico do Exército e particularmente nas exportações de couro e importações de material bélico, roupas, alimentos e para a movimentação em geral. Eram fabricáveis em qualquer local. Mas assim mesmo foi estabelecida, em Rio Pardo, a **Fábrica Nacional de Carretame**.²⁰

Elas eram uma presença constante em todos os caminhos do Rio Grande e continuaram a se-lo por mais um século, levando produtos rurais para a cidade e transportando para as casas de comércio do interior as mercadorias necessárias. Ainda nos anos 40 testemunhei carretas enormes atravessando minha cidade natal, Canguçu, rumo a Pelotas, ou de lá retornando. Era o transporte usado pelas famílias. Carretas com familiares dos republicanos atrasaram a marcha conseqüente do levantamento do s'tio de Porto Alegre, em 1836. Mas solidário e generoso Bento Gonçalves não as abandonou à própria sorte o que contribuiu para a sua prisão na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836.

No início da revolução, carretas carregadas de trigo sustentaram a 1ª Brigada de Netto, em Pelotas e a partir de Canguçu. O trigo era moído em Pelotas, no moinho da Brizolara.²¹ As carretas necessitavam de bois carreiros que não eram de fácil treinamento.

Material de acampamento

Este item não foi muito usado na Revolução. Havia muitas improvisações, a base de ramadas ou abrigos, com ramos de árvores e muitos sumários. As crônicas pouco falam em barracas, estas privilégios dos chefes.

Os arreiaamentos e o vestuário supriam a cama, ao ar livre, do soldado republicanos muito rústico e acostumado aquela situação, mesmo na paz.

Dá uma idéia do desconforto a barraca de campanha de Antônio Vicente da Fontoura, Ministro da República, acumulando várias pastas. A ela referiu em carta à esposa **“Eu disse que estava na minha barraquinha, porque a outra se rompeu. Da baeta e duas varas de algodão eu a fiz. Ela só chega para mim comodamente e para escrever só meio recostado. Ela foi feita por mim. Fiquei com o dedo todo pinicado da agulha. Está bem feitinha, mas mal cosida”**.²² Se um civil e poderoso superministro viveu esta situação o que dizer da tropa republicana. Outros detalhes de acampamentos ele fornece em seu **Diário**.

O material de rancho era simples. O necessário para improvisar um churrasco ou esquentar água para o chimarrão. Portanto muito sumário e digno de espartanos.

Cavalos ou Cavalhadas

Constituiu-se em item fundamental no equipamento do Exército Republicano organizado à base de Cavalaria. Isto exigiu um grande e continuado esforço de remontar, em razão da inutilização temporária ou definitiva das cavalhadas. Inutilização decorrente da estratégia farrapa, baseada na mobilidade.

A grande duração da Revolução Farroupilha pode ser explicada pela grande mobilidade do Exército Republicano, assegurada por possuir grandes cavalhadas e possibilidade de remontar o Exército com recursos obtidos na campanha rio-grandense ou, através de cavalhadas importadas através das fronteiras do Uruguai e da Argentina.

Esta faculdade de remontar era negada ao Exército Imperial, confinado nos grandes centros ou posições estratégicas e com as fronteiras com o Uruguai e Argentina fechadas à importação de cavalos, pelos republicanos.

Foi este o problema que Caxias resolveu para vencer a Revolução Farroupilha e revelar mais uma vez a sua grande visão estratégica, que será reafirmada na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 e guerra do Paraguai 1866-70.

Caxias em seus **Ofícios 1842-45**, dirigido a diversas autoridades, revela uma espécie de fixação, no afã de obter cavalos para sair da situação em que encontrou o Exército **“de estar a pé”** ou, de aumentar sua mobilidade ou capacidade de manobrar.

Assim com obsessão procurou, por diversos meios, remontar o seu Exército, o que conseguiu de maneira notável. Por outro lado, procurou também por todos os meios dificultar a remonta do Exército Republicano, o que conseguiu de modo admirável, ao conduzir a guerra mesmo no inverno, contrariando uma tradição, pois era o período em que as cavalhadas republicanas se recuperavam nas invernações.

Apesar da abundância inicial de cavalos de que dispôs a Revolução Farroupilha, de propriedade dos revolucionários ou requisitados dos **“dissidentes”**, imperiais contrários à Revolução, a República teve que regular a remonta.

Isto em razão do desgaste das cavalhadas em longas e freqüentes marchas empreendidas pelos republicanos.

Foram comuns movimentos montados com este, no início da Revolução: Camaquã, Porto Alegre, Rio Pardo, Encruzilhada, Passo da Armada (rio Camaquã), Canguçu, Pedro Osório, Pelotas e Rio Grande.

Movimentos amplos, rápidos, características das táticas republicanas baseadas nos princípios de guerra da manobra, surpresa, segurança (pelo dispositivo, movimento e informações).

Princípios atendidos graças às patas dos cavalos e mulas usadas em grandes quantidades, até para transportar a Infantaria.

O próprio sistema de Correios e Comunicações era baseado nas patas dos cavalos capazes, selecionados e intercambiáveis para outras missões nos diversos postos de correio ou paradores instituídos pela República.

Em 17 de março de 1838, Circular do Ministro da Guerra dirigida aos Chefes de Polícias, após considerar “**que achavam-se aniquiladas as cavalhadas do Exército pelas marchas e operações que este acabava de executar no Rio Pardo e tornando-se de suma necessidade uma remonta de cavalos**” para operar contra o Rio Grande determinou:²³ Cada Delegado com o auxílio do Juiz de Paz deve prontificar o maior número de cavalos para aquele fim.

Antes, em Circular de 23 de dezembro de 1837, foi determinado dos juizes de paz que reunissem os cavalos e mulas que andassem dispersos no respectivo distrito e conservá-los em bom estado, em depósitos a cargo de pessoas capazes.

O Exército deveria conhecer o número disponível em cada depósito, de onde só sairão através de ordem dada pelo Ajudante-General do Exército.

Assim passou o Exército a dispor de depósitos de cavalos em todo o território. De cavalos do Estado que se extraviaram ou foram abandonados nas operações. E o extravio ou abandono de cavalos cansados, em operações, foi uma constante.

Assim, em cada cidade, o Exército passou a dispor de uma capacidade limitada de remonta. Dispôs, também o Exército Rio-Grandense de diversas invernadas.

No comando de Caxias, a situação de cavalhada do Exército RioGrandense agravou-se.

Caxias que começara “**a pé**” acabou **bem montado**. E os republicanos que estavam bem montados terminaram quase a pé, e inclusive com a fronteira fechada à importação. Este assunto relevante Caxias aborda em seus **Ofícios 1842-1845**.²⁴

Uma cena comum nos deslocamentos dos republicanos era a doma de cavalos chucros.

Antonio Vicente da Fontoura amilhava o seu cavalo, cujo milho era transportado por uma mula, conforme escreveu em seu **Diário** citado.

As cavalhadas continuaram objetivos militares a conquistar. Pois elas asseguravam maior mobilidade a quem as possuísse e limitava a de quem as perdesse. Era uma

característica da **guerra à gaúcha**. O mesmo se podia dizer em relação ao gado vacum como alimentação básica e autotransportável. Enfim o cavalo e o boi representavam a mobilidade e a alimentação da tropa e terminavam por impor regras à guerra, as quais Caxias logo captou e aplicou como vimos em sua ação de comando. Assim sendo, as posições ocupadas por uma força em campanha no Sul eram condicionadas aos rincões, onde o gado vacum e cavalari puderam ser alimentado, contido e defendido. O rincão era um espaço compreendido entre dois arroios ou cursos d'água confluente. E o rincão e o passo a vau nos rios foi uma constante na Geografia Militar do Rio Grande do Sul, a condicionar operações militares, segundo Paula Cidade em Dois ensaios de História (Bibliex, 1966) onde ensaia o grande guerrilheiro e mais tarde Marechal José de Abreu.

INSTRUÇÃO

Não havia tempo para a instrução. O aprendizado ia se dando na forma definida por Camões **“vendo, tratando e pelejando”**. E, assim, vários ascenderam de soldados bisonhos a intrépidos e valorosos chefes, como Manduca Carvalho, Amaral e Gomes Portinho.

Estava presente a **Lei de Amálgama (ou Mistura)**, de veteranos com recrutas, introduzida pela Revolução Francesa 1793. Assim, os recrutas aprenderam vendo os veteranos ou procurando informar-se com eles.

Mas, registrei no início da Revolução a designação de um instrutor de Lanceiros.

Na fase áurea da República, em Piratini, foi baixado Decreto de 20 de abril de 1838 que criou o Depósito Geral do Recrutamento.²⁵

Sua finalidade era recrutar soldados e formá-los em Escola de Recrutas de Cavalaria, Infantaria e Artilharia. Depósito comandado por um oficial superior de 1ª Linha, secundado por subcomandante, mais moderno e oficial superior da 1ª Linha.

Tinha 6 (seis) instrutores capitães ou tenentes, sendo 2 (dois) por Arma (Cavalaria, Infantaria e Artilharia).

Cada Arma dispunha de um sargento, um furriel e três cabos na respectiva Escola de Recrutas.

O artigo 6º do citado decreto estabeleceu ao comandante:

“Tratará de inspirar os recrutas, por todos os meios ao seu alcance, o amor e adesão à causa sagrada da Independência e Liberdade de sua Pátria.”

Os oficiais subalternos e inferiores e, principalmente, estes últimos, que vivem em contato com os recrutas, aproveitarão todas as ocasiões para inspirar-lhes estes heróicos sentimentos, louvando e engrandecendo, em sua presença, aqueles de nossos guerreiros que mais se distinguiram nestas virtudes.

Era inculcada a educação religiosa aos recrutas, segundo diretrizes do artigo 7º.

A Educação Física era prevista no Artigo 15, através do **“jogo da pela, o da bola, o de espada e o do terçado, o jogo da barra, a carreira e a luta e, finalmente o nado três vezes por semana, sempre que o permitirem a estação e a proximidade de nossas linhas d'água”**.

Como diversões só eram permitidos **“damas e xadrez para convalescentes”**.

O decreto regulava tudo em minúcias. Previa inclusive duas lavadeiras de apoio. Nas funções do comandante do Depósito o Artigo 4º estipulava:

“Protetor imediato e verdadeiro pai do recruta, far-lhe-á esquecer, por modos e maneiras suaves e brandas, a ausência do bom agasalho, e do abrigo e doçura que perdera com a casa dos seus pais. Não lhe está mal, conciliando a autoridade com brandura, informar-lhe carinhosamente, da sua atual situação e necessidades: dar-lhe consolação apropriadas e prometer-lhe sua imediata proteção, em qualquer tempo, quando se conduza como homem de valor e probidade. Deve aproveitar este ensejo para inculcar-lhe desde logo os princípios de virtudes cívicas e militares, sem as quais é impossível existir um bom soldado. Deve encher-lhe o peito de esperanças, mostrando-lhe, com exemplos retirados da nossa História e das estranhas; que na estrada da honra e da glória achará ele o meio único de fazer uma brilhante fortuna ou de obter um honesto e vantajoso retorno ao teto paternaL A História do Rio Grande está cheia desses prodígios que lhe podem ser utilmente lembrados.” (O grifo é nosso.)

O destino dos recrutas formados eram os seguintes:

Aos voluntários era assegurado servir no Corpo que desejassem.

Aos recrutas o destino era dado conforme os parágrafos 2º e 3º do Artigo 28:

2º — Fará dentre os recrutados, apurada escolha dos indivíduos da melhor classe, educação, bens e agilidade para o serviço de Cavalaria e Artilharia de Linha, preferindo para esta os que soubessem ler e escrever

3º — Fará igual escolha dentre os índios e pretos libertos, fazendo seleção dos mais ágeis e capazes para o Corpo de Lanceiros de 1ª Linha, destinado os outros para os Corpos de Infantaria e Caçadores.

Esta discriminação resultou em fraqueza da Infantaria farrapa, que fez sensível falta em momentos críticos da Revolução.

O Depósito dispunha de uma peça de Artilharia para a instrução específica. Em que pese haver decorridos quase 150 anos, este Decreto em seus artigos filosóficos, conserva grande atualidade e pode ainda inspirar instrutores de recrutas e Doutrina Militar Terrestres Brasileira, específica.

Caldeira em seus **“Apontamentos”** registra o esforço do tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes em empenhar o Corpo de Lanceiros Negros em exercícios, duros, o que motivou estranheza de seus comandados, ao ponto de ter sido afastado do comando, injustamente.²⁶

Quando da retirada estratégica do Exército da República Rio-Grandense, recém-organizado de Piratini para Candiota, ao comando do general João Manoel de Lima e Silva este tentou realizar alguns exercícios.

Mas a reação da tropa foi grande à instrução naquelas circunstâncias. Seu irmão nos **Anais do Exército** focalizando a guerra Cisplatina 1825-28 registrou reação idêntica do Exército do Sul, ao comando de Barbacena, a tentativa do general Henrique Brown, recém-chegado chefe de Estado-Maior de fazer exercícios em conjunto, com o Exército.

O coronel farrapo Ulhoa Cintra, em 5 de novembro de 1838, teceu críticas à inação do Exército Farrapo em Piratini durante seis meses, depois da vitória do Rio Pardo e cometeu outros pecados de julgamento militar. Recebeu de pronto esta resposta pelo jornal **O Povo** (nº 52, 27 de março de 1839):

“Quem é o sr. Ulhoa Cintra para decidir ex-catedra, tão melindrosa questão militar? Onde aprendeu o sr. Cintra esta difícil e profundíssima Ciência Militar? Quantos anos ele levou a queimar pestanas em aprendê-la e meditá-la? Que livros tem aberto que dela tratem?”

E o signatário, provavelmente o Ministro da Guerra e mineiro de Ouro Preto coronel José da Silva Brandão, responde a seu co-provinciano de São João del Rei:

“Como quer o sr. Cintra combater tropas disciplinadas sem opor-lhes outras igualmente amestradas, na difícil e delicada perícia e instrução militar? Como pretende organizar tropas sem o competente Estado-Maior e o respectivo Corpo de Oficiais?”

Como nos ensinará o sr. Ulhoa Cintra a por um sítio, construir e cobrir trincheiras, armar e guarnecer baterias, conduzir ataques a viva força, repelir surtidas, atacar brechas e reduzir os pontos fortificados pelo inimigo, sem dispor de oficiais e tropas disciplinadas?”

Deste modo o Governo justificava a inação aparente, por estar adestrando o Exército em Piratini.

O Ministro da Guerra coronel José da Silva Brandão foi demitido 2 meses após, pelo mineiro de Diamantina — Domingos José de Almeida. Era veterano das guerras Cispatinas e ligado ao general Bento Manuel.

MOTIVAÇÃO

Para motivar o combatente republicano Rio-Grandense a lutar e morrer se preciso fosse em defesa da causa da República Rio-Grandense eram utilizadas diversas motivações com raízes nas causas remotas e imediatas da Revolução. As principais estão embutidas no seguinte juramento do soldado Rio-Grandense, baixado por Aviso do Ministro do Interior, de 15 de novembro de 1839:

“Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, à Independência, à Integridade e à Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense, observar e fazer observar as mesmas Leis da República e provisoriamente a Constituição e Leis do Brasil, em tudo que for compatível com as atuais circunstâncias da Nação e sua Independência, e de cumprir as ordens do Governo.”

O jornal **O Povo**, de 25 de setembro de 1839, estampa o juramento do 3º Corpo de Guardas Nacionais de Alegrete, ao comando do tenente-coronel Jacinto Guedes da Luz, na presença de juizes de paz, povo em geral, com ata de juramento lavrada.²⁷ Jacinto Guedes para motivar mais sua tropa ao combate, fez com que todos portassem no chapéu a seguinte divisa:

“SOU DO GUEDES — MORRO SECO E NÃO ME ENTREGO!”

Foi despertado na tropa o sentimento nacionalista contra a influência portuguesa no Governo Central.

A legalidade era traduzida e popularmente pela “expressão” **GALEGALIDADE!** Ou seja, a legalidade dos portugueses (ou galegos).

Caso curioso para motivar para o combate foi o usado pelo coronel Teixeira Nunes, no combate do Rio Pardo, de 30 de abril de 1838. Antes do combate ele determinou ao Corpo de Lanceiros Negros ao colocar-se no centro da linha:

“O lugar do comandante é aqui no centro da linha onde estou. O ataque amanhã será em linha. O comandante ataca na frente. O Estandarte da República segue o comandante e o Corpo segue Estandarte.”

O porta estandarte era o sargento Caldeira, autor em Canguçu dos **“Apontamentos para a História da Revolução”**,²⁸ que aqui é estudado pela primeira vez como cronista da Revolução.

No depósito de Recrutas do Exército Farrapo em Piratini, procuravase motivá-los à luta com apoio nas lições e exemplos da História Militar e diziam **“de que a História do Rio Grande está cheia desses prodígios que podem ser utilmente lembrados aos recrutas”**.

E isto na prática ocorreu. Os exemplos heróicos dos chefes farrapos assinalados se propagavam pelos acampamentos e localidades e inspiravam os mais jovens e imitá-los. A bravura, valentia e competência em combate eram valores que davam grande prestígio a quem os possuísse. E conquistá-lo era o ideal dos recrutas ou a motivação para lutar e morrer se preciso fosse.

EMPREGO

Este campo tratará das atividades de apoio administrativo, estratégias e táticas do Exército da República Rio-Grandense.

Influencias culturais militares recebidas

Convém salientar que, no emprego do Exército Rio-Grandense aparece uma forma clássica de influencia européia e codificada através de **Ordenanças** e uma forma própria ou nativa não codificada, com uma marca de guerrilha e que começou a desenvolver-se a partir de 1754, por ocasião da guerra Guaranítica (1754-56) com companhias de **Aventureiros Paulistas** e que caracteriza o que tenho chamado **Arte Militar dos Pampas**.

O último tipo de guerra predominou no final da revolução Farroupilha, tanto que para combaê-la no campo tático, Caxias usou dois expoentes na mesma, o general Bento Manuel Ribeiro e o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre “Moringue” e mais tarde Barão do Jacuí.

Os organizadores do Exército Rio-Grandense, em novembro de 1836, os majores de Infantaria e Artilharia do Exército Imperial, João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos eram únicos revolucionários egressos da Academia Real Militar do Largo de São Francisco no Rio de Janeiro. Dela levaram os ensinamentos de serviços em

Campanha e de Tática e Estratégia da Revolução Francesa, codificados pelo Conde de Cessac, um dos organizadores do Exército Frances na Revolução Francesa.

João Manoel levava, além, parte da enorme bagagem cultural militar dos Lima e Silva, que abordamos em “Fontes da Cultura do Duque de Caxias em Arte Militar **Revista da Academia Rio-Grandense de Letras — 1980**). (**Hoje disponível e Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br**)

De 1816-20, depois das lutas para expulsar Napoleão da Península Ibérica, o Exército de Portugal foi chefiado pelo inglês marechal Guilherme Carr. Beresford e Duque de Elvas. Ele baixou **Ordenanças de Infantaria e Cavalaria**. Elas substituíram as baixadas pelo Conde de Lippe, desde 1762 e que foram responsáveis pela expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul, em 1775-76, ao comando do tenente-general Henrique Bohn, discípulo dileto de Lippe e cujo Ajudante-de-Ordem foi o capitão Manuel Marques de Souza, avô do Conde de Porto Alegre. hoje denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas , por nossa indicação.).

Chefiou o Estado-Maior do Exército do Sul, em Passo do Rosário, em 1827, o general Brown, veterano das lutas para a expulsão de Napoleão da Península Ibérica, onde aprendera a doutrina de Beresford.

Esta doutrina perdurou até a guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, quando foi ainda adotada oficialmente, por Caxias. Somente antes da Guerra do Paraguai em 1864, é que Caxias vai substituí-la pelas *Ordenanças do Exército de Portugal*, com alterações que introduziu. E era a Doutrina Beresford que os profissionais militares clássicos seguiam de ambos os lados na Revolução Farroupilha e que fora trazida de Portugal, inclusive pela Divisão de Voluntários Reais, em 18171, na qual vieram alguns generais que combatiram a Revolução (Cezário, Manoel Jorge e Conde do Rio Pardo).

Bento Gonçalves da Silva, formado na guerra de guerrilhas, aos poucos, por estudos de História Militar Romana e Francesa e dos grandes generais, absorveu muito de guerra clássica. E neste contexto lutou em Passo do Rosário. Era polivalente como ele, o coronel Domingos Crescêncio, cavalariano da 1ª Linha e depois revolucionário guerrilheiro.

Exerceram grande influência em guerra clássica no Exército da República, os coronéis José da Silva Brandão e Joaquim Pedro Soares particularmente no tocante ao apoio administrativo e logístico. Ambos foram do Exército Imperial. O primeiro foi Ministro da Guerra no período áureo da República 1837-1839 e o outro Ajudante-Geral e organizador e primeiro comandante do Corpo de Lanceiros Negros.

Bento Manuel, David Canabarro, Netto e José Antonio da Silveira eram especialistas na guerra de guerrilhas nas coxilhas.

Foi comum a combinação da guerra clássica, no campo estratégico, com a guerra típica do Rio Grande, no campo tático.

Foi de um conflito em momento crítico, entre a guerra clássica defendida pelo general João Manoel Lima e Silva e a guerra típica do Rio Grande, defendida por Antonio Netto, que João Manoel deixou o comando-em-chefe interino do Exército Rio-Grandense e o passou a Netto, indo para o Uruguai, tratar-se de ferimentos recebidos em combate, em Pelotas. Isto por ser o estágio citado, típico de guerrilhas e o líder imperial, Bento Manuel Ribeiro, ser o maior especialista neste tipo de guerra.

Atividades de Apoio Administrativo

O apoio administrativo ao Exército da República Rio-Grandense se processou da forma a seguir, recorrendo-se, para comparação, sem rigor com fins didáticos, ao **Manual C 100-10 — Apoio Administrativo do Exército Brasileiro**. Acrescemos a atividade logística de Remonta, fundamental àquela época.

1. Atividades no campo do pessoal

a) **Efetivos:** Os efetivos sofriam bastantes flutuações. Segundo Morivalde Calvet, os chefes de ambos os lados eram obrigados a licenciar seus soldados depois de cada combate, ou eles mesmos se dispersavam, reunindo-se mais tarde. **“Entre os imperiais ficavam as tropas de linha e entre os republicanos a Infantaria, composta de escravos arrebatados dos imperiais para a guerra.”**²⁹

Esta situação agravava-se na estação invernososa, na qual não se combatia, tradição quebrada por Caxias, com grande dividendos táticos, estratégicos e logísticos para a sua missão.

A situação de efetivos agravou-se a partir de 1840, ano extremamente adverso à causa republicana. A arma mais atingida foi a Infantaria, cujo efetivo ficou reduzido a 1/3 do previsto.³⁰

Para minorar este mal, o major José Mariano de Mattos apresentou projeto, recusado na Assembléia Constituinte em 1842, em Alegreta, no sentido de abolir a escravidão na República Rio-Grandense, o que daria à Infantaria cerca de 10.000 soldados.³¹

De 1840-45 o recompletamento de efetivos foi improvisado. Recorreu-se muito à mobilização de escravos de charqueadas e ao aproveitamento de desertores imperiais, antes do comando de Caxias. Foi costume recorrer-se e engajar na Infantaria prisioneiros comuns.

Bento Gonçalves, embora sabendo da importância de maior efetivo de Infantaria, não conseguiu alterar o quadro adverso neste particular.

Caxias, em sua ação pacificadora, insistiu junto aos superiores em dois pontos: Aumento dos cavalos de sua tropa para superar os republicanos, em mobilidade, e aumento do número de infantes para com eles ocupar as povoações da campanha, dominadas até então pelos republicanos.

Foi dentro desse contexto que após a Paz de Ponche Verde, o capitão Antonio de Sampaio, atual Patrono da Infantaria do Exército, e como garantia da Paz na Serra dos Tapes, ocupou Canguçu, por algum tempo, no comando de uma Cia de Infantaria.³²

Havia uma estrutura de promoções, movimentações e comissionamento de que o jornal *O Povo* é rico em exemplos.³³

Decreto de 5 de novembro de 1840 autorizou a Bento Gonçalves demitir os indignos e reformar os incapacitados, em combate ou no Serviço da República.

A administração de efetivos era bem realizada pelo Ajudante Geral e Ministro da Guerra.

- b) **Auxiliares Cívís:** Existiam auxiliares civis burocratas. Era primeiro escriturário do Ministério da Guerra o jovem Serafim Gonçalves Moreira, irmão do primeiro escriturário do Ministério do Interior e Justiça, José Ignácio Gonçalves Moreira Filho, nosso bisavô e primeiro serventuário da Justiça em Canguçu, em 1857, ao ser instalado o município.³⁴ Ambos foram presos em Pelotas, num golpe de mão imperial, conforme noticiou **O Povo** de 6 de março de 1839 editado em Caçapava (p. 3, cap. 189 da Coleção).

Havia auxiliares civis em transportes, fazendas, fábricas etc.

- c) **Moral:** O moral era estimulado através do que classificamos campo MOTIVAÇÃO, DA DOCTRINA MILITAR e incluía a previsão de pensões para viúvas e alimentação dos familiares do soldado em campanha.
- d) **Assistência ao pessoal:** Era muito liberal o costume de licenças no Exército e muito democrático. Ficava muito na consciência de quem a necessitasse. Era comum, depois de um evento bélico, esvaziarem-se as fileiras republicanas, com licenças.

Mas para controlar deserções, vadiagem e outros males afins, o soldado em licença era obrigado a exibí-la às autoridades municipais competentes — no caso o Delegado de Polícia.

Além dos militares, todas as pessoas eram obrigadas a se apresentarem ao Delegado de Polícia com documento hábil, portaria ou mesmo passaporte. Este estabelecido por Decreto de 12 de dezembro de 1839. Assim o Delegado coibia deserções, vadiagem, espionagem e outros males e podia melhor atender à mobilização do pessoal em licença.

Havia Assistência Religiosa à tropa. A República atribuía grande importância à Religião Católica, cujo compromisso de defendê-la consava do juramento do soldado republicano.

A autoridade máxima era o **Vigário Apostólico do Estado** que recebia, oficialmente, por escrito e verbalmente, o tratamento de Exelência Reverendíssima.³⁶

Ao Capelão do **Depósito Geral de Recrutamento** em Piratini competia pelo Artigo 24:

“Oficiará todos os dias santos de guarda, na capela do Depósito, administrando os Sacramentos aos Recrutados, quando as circunstâncias o exigirem e dentro dos limites da jurisdição que tiver... visitará, uma vez cada dia, os enfermos do Depósito, existente no Hospital.”

- e) **Sepultamento:** Como em todas as guerras anteriores é um assunto que não fica muito claro o processo usado.

O caso mais comentado foi o sepultamento do general João Manoel de Lima e Silva, em Caçapava, após haver sido exumado de cemitério, em São Borja, onde fora barbaramente assassinado inermemente.

Seu sepultamento foi solene e mereceu quase que a edição de **O Povo**, de 19 de outubro de 1839, que publicou, alusiva ao ato, a única iconografia de sua coleção, na página 465.

Foi noticiado também, o sepultamento solene, em São Gabriel, do coronel Domingos Crescêncio de Carvalho. Não havia preocupação de balizar o túmulo dos mortos. Assim, tem sido difícil, hoje, localizar o sítio onde foi sepultado o coronel Joaquim Teixeira Nunes, **“a maior lança farrapa”** segundo Tasso Fragoso e **“o maior herói do Decênio”** segundo Assis Brasil, como é o desejo de seus conterrâneos canguçuenses.

- f) **Disciplina:** O Exército da República Rio-Grandense foi organizado à base da Hierarquia e da Disciplina.

Em Ofício de 23 de outubro de 1839, o Ministro da Guerra José Mariano de Mattos, em nome do general Antonio Netto — Comandante-em-Chefe — faz a seguinte recomendação ao Exército:³⁸

— **“Condenar o abusivo costume de oficiais e praças se dirigirem direto ao Governo, pela suas danosas consequências e se constituir completo garrote da disciplina militar, que no começo da República cumpre escrupulosamente zelar e manter.**

— **Ordenar que quaisquer requerimentos dirigidos ao Governo passem pelos canais competentes do Exército.**

— **Permitir que se dirijam diretamente ao Governo para participações, requisições, petições etc. o Exmo. Sr. general Bento Manuel Ribeiro, bem como os comandantes de Divisões e de Fronteiras em que não se achar o Comandante-em-Chefe.**

— **Que não serão tomadas em consideração, solicitações que tramitem fora do canal.”**

- g) **Justiça Militar** :Segundo se conclui 90 do que será exposto não havia uma estrutura de Justiça Militar.

Ao responder Conselho de Guerra, Caldeira recusou-se a ouvir a leitura dos Artigos de Guerra do Conde de Lippe, sob o argumento de que não servia a um governo despótico e sim a um exército da liberdade o Exército Republicano, no qual não era observada a disciplina do Conde Lippe.³

O processo não produziu efeitos e Caldeira acabou recebendo-o de volta para ser queimado.⁴⁰

Em cada município existiam cadeias públicas e o respectivo Delegado de Polícia com muita força para prevenir e reprimir os crimes.

Uma forma de punição em campanha era o dobrar serviços de guarda. Consultado o Ministro da Guerra Mariano de Mattos, sobre Conselho de Guerra ele respondeu a Domingos José de Almeida:⁴¹

“O Conselho de Investigação deve ser nomeado pelo Comandante de Divisão. E composto de um Presidente de patente superior ao réu e de um Secretário ou Auditor e mais outro, ambos de mesma patente que o réu.

O Conselho de Investigação é o corpo de delito e do Conselho de Guerra ou a formação da culpa. Este só é aberto se achar-se criminalidade no acusado, ou culpa.”

Não sei como se há de dar instruções a quem nenhuma idéia tem de processos militares. Se houvesse no acampamento as “Instruções de Sampaio” talvez ainda alguma coisa fizessem, aliás só se eu der o formulário ao que for nomeado Presidente”.

h) **Prisioneiros de Guerra**

Foi muito usual colocar em liberdade, sob condição de não mais pegarem em armas contra a República os prisioneiros imperiais.

Assim, em 22 de setembro de 1838 Portaria do Ministério da Guerra determinou a libertação dos prisioneiros imperiais feitos no combate de Rio Pardo, em nome dos princípios filantrópicos que a República adotou.⁴²

Como ocorreram numerosos casos de prisioneiros libertados pegarem em armas foi baixado o seguinte decreto em 5 de fevereiro de 1839 por Bento Gonçalves:

“Artigo único — Ficam autorizados os generais e oficiais superiores do Exército Republicano, em cujas mãos qualquer oficial legalista que tenha sido libertado sob juramento de não mais pegar em armas contra a República, a fazê-los passar imediatamente pelas armas, provando-se, primeiro de ter sido este oficial solto de nossas prisões de guerra, depois de ter dado a sua palavra de honra de não empunhar as armas contra a República até a conclusão da presente luta e de se haver novamente se incorporado às fileiras legalistas.”

Não tenho notícias de nenhuma execução em função deste decreto.

Decreto anterior de 2 de fevereiro de 1839 determinava que todos os prisioneiros de guerra imperiais e os que viessem a sê-lo seriam conservados como reféns para serem sujeitos a pena de represálias. Ou seja para 24 horas depois que fosse denunciado ao Governo da República o assassinio de qualquer republicano por qualquer autoridade civil ou militar do Império, seria sorteado o oficial imperial para ser passado pelas armas. E terminava a **Lei de Talião**, “olho por olho, dedo por dedo” em sua versão rio-grandense: **“Serão sacrificados tantos oficiais prisioneiros inimigos, quantos tiverem sido os republicanos assassinados por ordem das autoridades do Império ‘hum por hum, cabeça por cabeça’.**”

Desconhecemos execução conseqüente dessa “Lei de Talião” Rio Grandense.

Certa época os imperiais ameaçaram os negros libertos que combatiam pela República, com a seguinte represália quando caíssem prisioneiros: aplicação de 200 a 1.000 açoites, com retirada da Província.

A República, por Decreto de 11 de março de 1839, em seu Artigo Unico, estipulou:

“Desde o momento em que houver notícia certa de ter sido açoitado um homem livre de cor a soldo da República, pelo Governo do Brasil, o general Comandante do Exército ou o comandante de qualquer Divisão tirará a sorte entre os oficiais imperiais de qualquer patente, nossos prisioneiros, e fara passar pelas armas aquele que a sorte designar.”⁴³

Não tenho conhecimento de nenhum caso de aplicação deste decreto.

Houve mais respeito aos prisioneiros do que derrespeitos que se constituíram execuções e difíceis de controlar numa situação de guerra.

Mas a tradição foi a de respeitar a honra a dignidade, e a vida dos prisioneiros. E quem assim procedia era o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu o temível Moringue que estudamos pela primeira vez em **Porto Alegre — Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias** (Brasília, EGGCF, 1989). Isto foi reconhecido publicamente após a Revolução pelo mineiro Domingos José de Almeida.

Bento Gonçalves depois do combate de São José do Norte, do qual retirou-se por ser o preço da vitória a perda de vidas de inocentes moradores do local, recebeu medicamentos do defensor da praça ,o coronel Soares de Paiva para minorar as dores de seus feridos

Emocionado pelo cavalheirismo do chefe imperial deu liberdade aos prisioneiros que fizera. Era incomum o reter-se prisioneiros. Depois do combate de Rio Pardo os farrapos libertam os prisioneiros paulistas que lutavam com os imperiais e criaram-lhes condições para retornarem a São Paulo. O coronel Joaquim Teixeira Nunes, depois da vitória de passo Santa Vitória, no corte do rio Pelotas, em Vacaria, libertou os prisioneiros feitos com a condição que fossem cuidar das respectivas famílias.

Vicente da Fontoura em seu **Diário** registrou a seguinte troca de prisioneiros em 28 de abril de 1844, quando acampado no Cerro do Baú, em Herval do Sul atual:

“Soltou o general David Canabarro todos os oficiais imperiais que foram presos na derrota de Francisco Pedro (Moringue) em Cerro da Palma. Mandou-os por um oficial nosso ao QG do Barão de Caxias, para serem trocados por outros tantos oficiais nossos que se acham presos no Rio de Janeiro.”

Francisco Pedro de Abreu quando baseou a Ala Esquerda do Exército ao comando de Caxias em Canguçu, a partir de agosto de 1843, mandou construir uma cadeia e propalar ironicamente aos republicanos **“que preparara para eles um quarto de hospedes”**, conforme captou J. Simões Lopes na **Revista do Centenário de Pelotas 1912 n.º 4**. Esta instalação foi usada depois da Revolução Farroupilha pelo então capitão Antônio de Sampaio como Posto de Comando de sua companhia, encarregada ali de assegurar a paz. Esta cadeia alcançou os anos 40 deste século e eu a conheci como cadeia pública. Por ela passaram muitos farrapos inclusive os ministros Domingos José de Almeida e o Cel José Mariano de Mattos.

2. Atividades no Campo da Logística

- a) **Saúde:** Desde o início da República, foi estabelecido um **Hospital Geral Militar**. Inicialmente em Piratini, depois em Caçapava, Bagé e Alegrete. O equipamento mais sofisticado do mesmo, foi uma **Caixa de Amputação incompleta**.

Portaria de 21 de novembro de 1838, atendendo à falta de médicos nos corpos e brigadas estabeleceu a seguinte Junta Médica e Cirúrgica para examinar os candidatos às faltas citadas:⁴⁵

- Dr. Bocquin de Hilaire — 1º Médico do Exército.
- José Carlos Pinto — Cirurgião-Mor do Exército.
- Antonio José Caetano da Silva — Cirurgião-Mor de Brigada e encarregado do Hospital Geral Militar, em Piratini.

Os aprovados deviam, como praticantes, estudar Anatomia e Patologia externa e receberem, três vezes por semana, aulas da matéria ministrada pelos cirurgiões-mores, encarregados dos hospitais militares.

Antônio José Caetano, em 3 de dezembro de 1838 tinha honras e vencimentos de major, sendo promovido a cirurgião-mor de Divisão, continuando na direção do Hospital Geral em Piratini.⁴⁶

Decorridos cerca de 4 meses de prática, são formados e designados “os cirurgiões militares hábeis para o curativo de enfermos”, em realidade, enfermeiros.

Atendendo indicação do cirurgião-mor José Carlos Pinto, foi empregado o seguinte pessoal de saúde:

1 — João Moreira dos Santos e Silva (cirurgião-mor do 2º Corpo de Cavalaria — 1ª Linha)

2 — Marcos Cristino

3 — Joaquim José da Silva

4 — Joaquim Coelho da Silva

5 — Antonio Carneiro da Fontoura

(Aos corpos que o Comandante-em-Chefe designar como cirurgiões-mores).

6 — Joaquim Flavio Baptista da Nóbrega
(Ajudante de Cirurgia do 1º Corpo de Lanceiros).

7 — Argenírio dos S. da Costa Andrade
(Praticante de Cirurgia do 2º Btl de Caçadores — 1ª Linha).

8 — João Cristiano
(Praticante de Cirurgia do 3º Btl de Caçadores — 1ª Linha)

O citado 1º Médico do Exército, Dr. Bocquin e o boticário (farmacêutico), tiveram a incumbência de suprir de medicamentos, as divisões e forças destacadas.⁴⁷

Em 30 de março de 1840, em Caçapava, para onde transferiu-se o Hospital Geral do Exército, seu encarregado inventariou as faltas de roupas e utensílios, dos quais destaque: 3 guardanapos; 8 bicharás (ponches de lã); 2 chergas; 4 bacias de folha para curativos; 2 castiçais de folha e 4 urinóis de pó de pedra.⁴⁸

O Hospital Militar Alegrete foi criado em 5 de agosto de 1840.

O Dr. Bocquin, 1º Médico do Exército, recebeu de indenização, por serviços médicos prestados e remédios fornecidos ao Exército, 4.500 réis.⁴⁹

Em 17 de junho de 1841, o Hospital começou a marchar e instalar-se sob a forma de Enfermaria, no cerro do Caverá.⁵⁰ Em 25 de junho de 1841, existia perspectiva do Hospital Geral do Exército instalar-se em Alegrete.⁵¹

Na fase do comando de Caxias, o Exército Republicano foi obrigado a deslocar-se continuamente e com ele o Serviço de Saúde, sem uma cidade para instalar o Hospital. Pois estas foram aos poucos sendo ocupadas pela Infantaria de Caxias.

Foi comum o usar-se casas particulares para o tratamento de doentes.

Quando Onofre Pires foi ferido mortalmente em duelo, por Bento Gonçalves, não existia no Exército um médico para socorrê-lo.

b) *Suprimentos*: Por analogia, com o **Manual C 100-10 Apoio Administrativo no Exército Brasileiro**, enquadramos os diversos suprimentos do Exército Rio-Grandense, sem rigor nas classes a seguir, previstas pelo citado manual, com fins didáticos.

a) **Classe 1** — Alimentos humanos. A base da alimentação era a carne bovina assada, ou churrasco, complementada pelo chimarrão feito de erva-mate. Os outros alimentos eram eventuais.

Pelo Regulamento para a **Administração Geral do Comissariado de Víveres e de Transportes do Exército Republicano Rio-Grandense**, baixado por Decreto do Ministério da Guerra, em 21 de maio de 1838, estabelecia no Capítulo 2º **“Da forma de fornecer carne ao Exército”**.

Art. 1º — Ao Comissário Geral compete proporcionar os meios de fornecer carne ao Exército. E para este fim, o general-em-Chefe ordenará aos comandantes de Divisões ou ao Quartel-Mestre-General do Exército, que mande ao dito Comissário Geral, um extrato da força do mesmo Exército, por onde possa calcular o número de reses precisas para 15 ou 30 dias; e detalhadamente pedirá aos respectivos juizes de paz ou comandante de policia, o numero que cada um deve aprontar nos seus respectivos distritos, que sera conduzido por gente conchavada pelo mesmo Comissário para este fim, regulando e providenciando de tal forma, que antes de finalizar a primeira data (fornecimento) chegue a outra, para que nunca falte este principal alimento.

Os delegados e os juizes eram chaves nesta cadeia logística. Competia-lhes alimentar as tropas em transito por seus distritos e mais a policia, pobres dependentes de combatentes ou mortos em ação, conforme aviso de 2 de setembro de 1837.

Por circular de 27 de julho de 1838, do Ministério da Guerra,⁵³ o gado a abater seria obtido da seguinte forma:

“Manda portanto que das estâncias dos inimigos reconhecidos da causa da República..., deverá VS. pedir o gado que for preciso para tais fornecimentos. Na falta destes, pedirá, por detalhe, nas estâncias dos patriotas mais abundantes de

gados de seu distrito, na conformidade do decreto de 9 de abril de 1838... preferindo, quanto seja possível, sempre as estâncias dos ditos inimigos, e poupando, quanto seja possível, aqueles moradores que só tenham alguma ponta de gado manso.”

Dava autorização para nos distritos onde não houvessem fazendas de gado, os juizes ou delegados, para que o gado fosse requisitado dos distritos imediatos que possuíssem fazendas.

O Comissariado Geral do Exército não aprovou na prática, em 9 meses. Foi substituído pelo Arsenal de Guerra que passou a suprir o Exército e a guarnição da capital Caçapava.

Passou a dirigir o Arsenal de Guerra, o capitão Felisberto Fagundes de Souza. O Arsenal possuía atribuições que hoje cabem aos batalhões logísticos e equivalentes. As instruções que substituíram o Comissariado Geral previram em seu artigo 8º quanto à carne.⁵⁴

“O gado para fornecimento do Exército ou forças deles destacadas serão prontificados (providenciados) pelos respectivos Chefes de Polícia ou juizes de Paz. Este gado deverá ser mandado conduzir por estas autoridades, até onde se encontrasse o Exército. A alimentação da guarnição militar e Hospital Militar, na capital Caçapava, pode ser deduzida de um edital do Arsenal de Guerra de 15 de julho de 1839, visando a contratar o fornecimento dos seguintes gêneros alimentícios: ‘carne fresca, carne seca, feijão, farinha de mandioca, graxa bovina e milho’, além de velas de sebo e sabão.”⁵⁵

As pessoas que comiam carne, além dos militares, foi crescendo de modo abusivo ao ponto de provocar uma circular em 8 de agosto de 1838, para recensear os assistidos da Circular de 2 de setembro de 1837 e Decreto de 14 de agosto de 1838.⁵⁶

A farinha de mandioca era muito usada e produzida em diversos locais. A erva-mate era abundante. Em Cruz Alta, era fabricada erva mais fina, na **Fábrica Nacional de Erva-Mate**, bem como em fábrica idêntica em Rio Pardo.⁵⁷

Foram muito aproveitados os ervais existentes nas serras do Herval e Tapes (Herval de Canguçu). A serra do Herval tem este nome, por ali ter o Povo de São Borja explorado erva-mate antes de 1754.

Havia outros ervais nativos que estudo no mapa — **“Missões, estâncias e ervais jesuítas no RGS”⁵⁸** na *Revista Militar Brasileira*.

Os ervais de Canguçu produziram muita erva-mate para a Guerra do Paraguai. Canguçu ofereceu à Brigada de Antonio Netto de setembro a outubro de 1836, em Pelotas, 403 alqueires de trigo e 59 de milho, que foram moídos no moinho de Pedro Brizolara. ⁵⁹

A erva era importada através do Uruguai. Os principais fornecedores em geral eram os uruguaios Juan José Victórica e Juan Pedro Ramirez, que recebiam em pagamento, gados e couros.

A partir de 1840, o Exército se axauriu logisticamente. Não possuía dinheiro e esgotou o crédito.⁶¹ Mas não faltou- lhe o principal combustível das guerras. Era a carne e o mate. Este pagava imposto de exportação para ajudar a luta.⁶²

Nas contas pessoais de Domingos José de Almeida, aparecem os seguintes artigos: açúcar, café, sal, vinagre.

- b) **Classe II.** Armas de fogo, espadas, lanças, fardas, lombilhos, equipamento individual, material de rancho, material de alojamento.

Armas de fogo foram tomadas aos imperiais em diversas ocasiões. Primeiro ao conquistarem o Arsenal de Guerra, em Porto Alegre. Em várias ocasiões outras, surgiram e principalmente depois nas vitórias de Caçapava e Rio Pardo.

Os suprimentos restantes vinham através do Uruguai e particularmente, clavinhas e pistoletes.⁶³ Foi fornecedor Afonso Sarrasin.

As espadas também eram importadas, via Uruguai. As lanças eram fabricadas no Arsenal de Guerra ou Trem de Guerra, ou nas ferrarias a mando dos juizes de paz ou chefes de policia, com base em ferro, aço e limas importados. ⁶⁴

O fardar o Exército era realizado com base em importações do Uruguai ou aquisições de comerciantes locais.

Os lombilhos eram importados e fabricados no Arsenal de Guerra, em Piratini e depois Caçapava e na Fábrica Nacional de Lombilhos em Caçapava e São Lourenço — Canguçu.

O material de alojamento e de acampamento, era pouco expressivo.

c) **Classe III.** Seria o combustível do meio de transporte, o cavalo, o mulo e o bovino. Isto é, o capim abundante na região e mais o sebo utilizado para iluminação sob a forma de velas. O milho, suponho, era usado para arrastar os cavalos dos generais, como Antonio Netto, que nem na guerra deixou de tratar seus cavalos de corrida (ou parelhados). E foi com cavalos tratados a milho, que seus liderados conseguiram bom desempenho em Tuiuti, na contenção de um ataque de flanco da coluna Barrios. Vicente da Fontoura arrastava seu cavalo com milho como conta em seu *Diário*.

d) **Classe IV.** Material de Construção. Este foi usado para a construção de fortes, em Caçapava,⁶⁵ em Itapuã, Ilha do Junco, Torres e arroio Pelotas.

e) **Classe V.** Pólvora, projetis (balas), minas.

A pólvora foi muito importada, mas também fabricada, desde o Trem de Guerra, em Pelotas que se transferiu, sucessivamente, para Piratini e Caçapava. Ela foi produzida, em marcha, de Pelotas para Piratini.

Houve necessidade de criar-se uma Fábrica de Salitre no cerro Bati matéria-prima para a pólvora. Era material crítico, cercado de grande preocupação em manter-se estoques.⁶⁶

Ivo Caggiani registrou em **Santana do Livramento** (1983, p. 42) o drama ali do paulista Manoel Cavalheiro de Oliveira que fabricava pólvora para os farrapos e que descoberto foi assassinado por um escravo.

O Povo registra a compra de 240 mil réis de prata de pólvora a Luiz Scharf, importada de Montevidéu.

As granadas de Artilharia foram usinadas em Pelotas, em 1836, e continuaram a sê-lo no Arsenal de Guerra, em Piratini e Caçapava. Muitas granadas foram tomadas aos imperiais. 68

As balas das clavinhas e pistolões, eram modeladas com formas simples, a partir do chumbo importado, em barras.⁶⁹ Existiam baleiras simples e portáteis.

Minas ou barris de pólvora só foram usadas pelo major João Manoel, para obrigar o major Manuel Marques de Souza, futuro Barão de Porto Alegre, a render-se em Pelotas, em 1836, no edifício ainda existente, onde buscou proteção para si e seus soldados.

Num momento crítico de suprimento de chumbo, conta-se o caso de um general farrapo, que esvaziou de chumbo, os pesos de uma balança de uma venda.

A munição era o cartucho, papel de invólucro com pólvora e projétil (bala). Existia o **Laboratório do Cartuchame, no Arsenal de Guerra**, tendo sido encarregado do mesmo o tenente João Joaquim Tudge.⁷⁰ O cartucho necessitava de papel encerado e cordão especial que era importado.

f) **Classe VI.** Reembolsáveis. Neste título, enquadro o fumo e a cachaça (aguardente) dos quais, era feito largo uso e amenizavam a difícil vida do combatente. Era dada atenção muito especial ao fumo de rolo. A produção era no Rio Grande.

O Governo da República taxava o fumo e a cachaça, respectivamente, a 10% e 20% do valor de cada. Eram largamente disponíveis no comércio. O imposto sobre a cachaça era o maior, conforme se conclui do **Regulamento das Coletorias do Estado Rio-Grandense**.⁷¹

Havia uma preocupação grande, em fornecer fumo aos doentes no Hospital Geral.

g) **Classe VI.** Produtos acabados de grande vulto. Aqui enquadram-se as carretas, para cuja demanda foi estabelecida, em Rio Pardo, a **Fábrica Nacional de Carretas**.⁷² Mas eram feitas em qualquer local.

Outros produtos acabados de grande vulto foram os lanchões “**Seival**” e “**Farroupilha**”, construídos no rio Camacua para a expedição a Laguna-Santa Catarina.⁷³ Réplica do “**Seival**” e da carreta que o transportou figuraram no Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, inaugurado em 1970 e por nos focalizado em A Grande Festa dos Lanceiros.

Os reparos das peças de artilharia, se constituíram em obra de grande vulto para a estrutura logística existente.

h) **Classe VIII.** Material de Saúde. O mais sofisticado foi uma máquina de amputar, recebida com faltas de instrumentos. Havia uma preocupação do Trem de Guerra, em adquirir o material de saúde, armazená-los em sua farmácia (botica) e distribuí-los em boticas divisionárias e de corpos, etc. Recorria-se a compras em farmácias

civis. Era feito largo uso de ervas medicinais. As aquisições de remédios -eram feitas pelo 1º médico do Exército e o único formado, o Dr. Bocquim. (Ver atividades de Saúde.)

i) **Classe IX.** Aqui enquadraríamos reparos das peças de Artilharia, que variaram em número de até 9.

j) **Classe X.** Aqui citaríamos vidraças. O mineiro Domingos José de Almeida, ao alugar uma casa, se dava ao luxo de colocar vidraças, artigo de alto luxo que levava de uma casa alugada para outra. Precisava de clareza para redigir seus trabalhos.

Como artigos regulados, teríamos, a carne e como artigos controlados, munição (pólvora, balas e cartuchos).

Os suprimentos, eram obtidos no comércio interno e externo (Uruguai) e complementados por fabricados no Trem de Guerra e fábricas de lombilhos, de curtume, de salitre, de carretas e de erva-mate.

O sal, era produto largamente usado nas charqueadas existentes na República.

c) **Manutenção:** Havia uma estrutura de Manutenção no Trem de Guerra, constituída por “ferreiros, serralheiros, espingardeiros, ourives, instrumentistas, corrieiros, funileiros, latoeiros, torneiros, tanoeiros, alfaiates, sapateiros e lombilheiros”.

Eles integravam a **Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra**, com um efetivo de 100 homens.

Era mestre da oficina de Armeiros, o 1º tenente Jerônimo Antonio Diniz.

Em 1841, foi enviado um armeiro a Vacacué, para reparar o armamento de uma tropa.⁷⁴

De 1840, até o final da Revolução, a estrutura de apoio logístico, em Manutenção, foi improvisada.

Ao final da Revolução, segundo Arthur Ferreira Filho, **“a situação material dos farroupilhas era precaríssima. Estavam desarmados e desnudos. O pouco armamento e munição, que ainda conseguiam dos argentinos e uruguaios, custavam ingentes sacrifícios”**.⁷⁵

d) **Construções:** As necessidades militares de construções se projetaram nas fortificações que os republicanos construíram ou restauraram.

Foram construídos dois redutos em ambas as margens do rio Pelotas, na foz de São Gonçalo e delineados em 1835, pelo major José Mariano de Mattos, mais tarde Ministro da Guerra do Império.

Foram reforçados os fortes da ilha de Junco e da ponta do Itapoan, sob a direção do citado major Mattos, bem como, construído uma fortificação em Viamão, no contexto de manter sob sítio, por água e por terra, Porto Alegre.

Dentro deste contexto, os republicanos também melhoraram o forte em Torres, já assinalado por Saint Hilaire, em 1821, quando de sua passagem pelo local.

Talvez o que exigiu mais recurso, foi o forte de Caçapava, mandado construir quando o Governo da República para lá transferiu-se. Ele desempenhou importante papel, quando Caçapava foi atacada pelo brigadeiro Izaias Bonifácio Calderon e coronel Manoel Loureiro, em 21-22 de abril de 1840, ocasião em que foi profanado o túmulo do general João Manoel Lima e Silva e espalhados seus restos mortais pelo campo.

O forte resistiu bem e protegeu os que nele buscaram abrigo.

O brigadeiro Calderon, cerca de 5 dias depois, faleceu de um ataque de apoplexia, quando a cavalo, próximo ao passo do Pesqueiro, no rio Jacuí.

e) **Transportes:** Houve uma bem montada estrutura de transportes, à base do cavalo, do mular e da carreta com tração bovina.

O transporte fluvial e lacustre foi pouco usado, pois, cedo o Império dominou, com o concurso da Marinha, toda a navegação interior do Rio Grande, exceto no rio Uruguai, onde operava um barco farrapo.

Sob o subtítulo:

“Título V — Das carretas, boiada e cavahada para o transporte do Exército.” Os transportes tiveram sua doutrina fixada em 8 artigos do **Regulamento do Comissariado de Víveres e Transportes do Exército Republicano** baixado pelo Ministro da Guerra, coronel José da Silva Brandão, em 21 de maio de 1838.⁷⁶

Entre outras coisas, estabelecia que todos os cavalos, mulas, bois, carretas, carros e cangas ou jugos, deveriam levar a marca da República e Divisão a que pertencerem. Incluía-se neste rol, padiolas e carros para o transporte de feridos.

O transporte comercial foi regulado em Decreto de 14 de agosto de 1838.

3. Atividades no Campo de Assuntos Cívicos

Embora todo o esforço da República fosse voltado à guerra, existia uma estrutura de governo para cuidar de Assuntos Cívicos.

a) **Governo:** O governo civil, era exercido pelos juizes de Paz que integravam a estrutura do Ministério da Justiça.

b) **Economia:** Subordinada ao Ministério da Fazenda. Existia uma rede de coletorias com instruções específicas.

c) **Polícia:** Subordinada ao Ministério do Interior. Existiam os delegados de Polícia nos municípios.

d) **Atividades especiais:** Digna de nota, era a estrutura de Correio, admirável e eficaz em sua época, e que apoiava a um tempo só, as necessidades cívicas e militares.

Esta estrutura foi estabelecida pelo Ministério da Guerra, em 26 de julho de 1838, como: **Regulamento dos paradeiros estabelecidos nas direções dos principais pontos do Estado, por onde devem seguir os ofícios do Serviço da República.**⁷⁸

Era um serviço eficiente e rápido, inspirado no Correio do mongol de Gengis Kan, no território da Rússia atual e foram cercados seus encarregados (de paradeiros ou postos) dos seguintes privilégios e deveres:

- **Dispensa de qualquer outro serviço.**
- **Proibido de ser distraído por qualquer autoridade do serviço de correio.**
- **Conservar 12 cavalos, em bom estado, que serão reservados para o serviço de correio, sem que qualquer autoridade possa usá-los fora da finalidade.**
- **Dispensados de fornecer cavalos, bois, carretas, para transportes do Exército, bem como gado para sua alimentação.**
- **Os paradeiros ficavam sob inspeção mensal dos delegados de Polícia.**

Aconteceram abusos de encarregados que desfrutaram de privilégios e não cumpriram deveres.⁷⁹

Em 19 de fevereiro de 1839, houve reorganização dos paradeiros, em função de imposições táticas e estratégicas.⁸⁰

Registra-se, como curiosidade, a existência de **Cifra Secreta** nas comunicações de governo, conforme exemplo registrado entre os ministros do Exterior e da Guerra.⁸¹

O Povo de 30 de março de 1839, mandou pôr em funcionamento os correios de Bagé, Piratini, Cachoeira, Rio Pardo, São Gabriel e Alegrete. Determinava indicação de administradores para os de Hervai, Jaguarão, Canguçu e Pelotas, agências filiais à de Piratini; para 5. João, Dores, Santa Maria, filiais da de Cachoeira, para Cruz Alta, São Francisco de Paula, Santo Antonio da Patrulha, Santo Amaro, Novo e Velho Triunfo, Colônia de São Leopoldo, Aldeia dos Anjos (Gravataí), Setembrina (Viamão), Exército (Sítio de Porto Alegre) e Mostardas, filiais da Administração de Rio Pardo e para Itaqui, São Borja, Santa Anna do Uruguai (Uruguai — Anna) e Santa Anna do Livramento, filiais de Alegrete.⁸²

4. Organização Territorial

O Teatro de Operações (TO) do Rio Grande do Sul era dividido entre três Divisões que eram elo na cadeia logística.

5. Organização para o Apoio Administrativo

O apoio administrativo era prestado ao Exército em todo o território, pelos juízes de Paz, delegados de Polícia, colêtores e encarregados de Correios e pelo Ministério do Exército, em casos específicos, através do Arsenal de Guerra.

O Comandante-em-Chefe do Exército tinha uma missão mais de emprego operacional do Exército. O Apoio Administrativo ficava a cargo do Ministério da Guerra e comandantes de Divisões.

Por se tratar de um estudo específico do Exército Rio-Grandense é omitida a parte da Marinha Rio-Grandense, assunto que abordei nos trabalhos ***A Grande Festa dos Lanceiros e Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*** (Almimrante Greenfel).⁸³ Para a Marinha recorrer a estudos dos almirantes Lucas Boiteux, Perry de Almeida e João do Prado Maia.

Estratégias

As estratégias mudaram ao longo dos 10 anos de Revolução, em função de circunstâncias.

A estratégia da Revolução foi conquistar Porto Alegre, os principais centros do Rio Grande e dominar todo o Rio Grande do Sul, dele expulsando os líderes militares da resistência e o Presidente deposto.

Foi conseguido integralmente, depois de vencidas resistências em São Gabriel, Rio Pardo e Rio Grande. Esta caiu em função de uma manobra de pinça ao final.

Quando Araujo Ribeiro assumiu a Presidência do Rio Grande na cidade do Rio Grande, contando com o apoio das forças de Silva Tavares e Bento Manuel no interior da Província, o objetivo farrapo foi reconquistar a cidade de Rio Grande por seu alto sentido estratégico, cuja perda, por uma hábil manobra política de Araujo Ribeiro, selou o destino da República Rio-Grandense de não poder sustentar-se sem um porto de mar.

Bento Gonçalves, líder político militar, defendeu a seguinte estratégia, então, segundo Canabarro Reichardt:⁸⁴

Fixar com o mínimo de forças possíveis Porto Alegre, Rio Grande e a força de Silva Tavares. Concentrar o grosso das forças e bater primeiro Bento Manuel, fraco antes de unir-se com Silva Tavares e outras resistências no interior. Batido Bento Manuel, neutralizar Silva Tavares e investir a cidade de Rio Grande, com todas as forças disponíveis e assim manter o controle sobre todo o Rio Grande, que cairia de novo em mãos dos revolucionários.

João Manoel Lima e Silva, comandante revolucionário das Armas da Província defendeu a seguinte estratégia junto a Bento Gonçalves, segundo ainda o historiador citado:

Avançar ao mesmo tempo contra Bento Manuel e a cidade de Rio Grande. Fixar Silva Tavares para impedir-lhe de atuar na sua retaguarda, em Pelotas. Deixar Porto Alegre com o mínimo de defesa.

O ponto de vista de João Manoel teria predominado como comandante das Armas. E o resultado foi o seguinte:

Porto Alegre desprotegida pelos farrapos, foi reconquistada pelos imperiais. Foi socorrida então por Bento Gonçalves que estabeleceu o sítio em seu redor. Bento Manuel obrigou Bento Gonçalves a levantar o sítio de Porto Alegre. Ao retirar-se lentamente, foi batido e preso na ilha do Fanfa. Bento Manuel com liberdade de manobra foi socorrer a cidade de Rio Grande.

Em consequência, João Manoel desistiu de atacar Rio Grande e buscou proteção na Serra dos Tapes, única alternativa que lhe restou para lá ajudar a instalar a República Rio-Grandense, proclamada por Antonio Netto, depois do combate de Seival.

Parece-nos que a estratégia de Bento Gonçalves tinha a possibilidade de bater por partes o adversário. Mas o que aconteceu foi o contrário. Os farrapos é que logo depois foram batidos por partes.

O Exército da República pressionado por Bento Manuel foi obrigado a internar-se no Uruguai. De lá retornou quando Bento Manuel aderiu a 2ª vez à República Rio-Grandense.

Outras estratégias usadas por ambos contendores foram abordadas no desenvolvimento estratégico da Revolução, no início.

Abordamos muitas delas relacionadas com a disputa pela posse de Porto Alegre na seguinte obra:

BENTO, Cláudio Moreira, coronel **Porto Alegre — Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília, EGGCF, 1989.

NOTAS ORGANIZAÇÃO

1 — FAGUNDES. *Hist. Rev. Far.*; 2 — BENTO, **O Negro e descendentes na Sociedade do RGS**; 3 — **O Povo**, p. 421-422; 4 - **AAHRGS**, v. 5, pág. 62-65; 5 — Idem, p. 133-135; 6 - Idem, v. 3, p. 534; 7 - Idem, nota 3, p. 159; 8 - Idem, p. 368; 9 — Idem, nota 2 (O Negro na Revolução Farroupilha); 10 — Idem, nota 4, p. 29; 11 — Idem, p. 33; 12 — Idem, nota 2 (Decreto 15 de novembro de 1839).

EQUIPAMENTO

13 - CALDEIRA. "Apontamentos Rev. Far." **RIHRGS**, nº 27, 1927, p. 364; 14 - Idem, nota 3, p. 200; 15 — Idem, p. 207; 16 — Idem, nota 1 e detalhes em FONTOURA, **Diário**; 17 - FERREIRA FILHO. **História Geral RGS**; 18 - Idem, nota 3, p. 124, 175, 176; 19 - Idem, nota 4, v. 3, p. 522, 525 e v. 5, p. 84, 119, 121 e 122; 20 — Idem, p. 320; 21 — BENTO. **Canguçu reencontro com a História**, p. 711ed e **AAHRGS**, v. 1; 22 — Idem, nota 1, 402 e detalhes em FONTOURA, **Diário**. Martins Livreiro, 1984; 23 - Idem, nota 4, v. 5, p. 46; 24 - CAXIAS, **Ofícios 1942-45**.

I INSTRUÇÃO

25 — Idem, nota 4, p. 51-61; 26 — Idem, nota 13 (Combate do Rio Pardo).

MOTIVAÇÃO

27 — Idem, nota 3, p. 436; 28 — Idem, nota 13, p. 24.

EMPREGO

29 - Idem, nota 1; 30 - Idem.; 31 - Idem e FONTOURA. **Diário**, detalhe a recusa da proposição; 32 - Idem, nota 21, p. 71; 33 — Idem, nota 3, p. 17, 18, 96, 105, 109, 127, 133, 149, 153, 149, 153, 248, 249, 251, 282, 293, 294, 297, 471, 479, 480; 34 — Idem, p. 34 e 37 e **O Povo**; 35 — Idem, nota 3, p. 425-432 e 616 e 617; 36 — Idem, p. 256; 37 — Idem, nota 4, v. 3, p. 58; 38 - Idem, nota 3, p. 439 (29 de outubro de 1839); 39 - Idem, nota 13, p. 370-373; 40 - Idem, p. 373; 41 - Idem, nota 4, v. 3, p. 599; 42 - Idem, nota 3, p. 30; 43 — Idem, p. 157 e nota 2, p. 159; 44 — Idem, p. 10; 45 — Idem, pág. 113; 46 - Idem, p. 117; 47 — Idem, p. 372; 48 — Idem, p. 664; 49 — Idem, nota 4, v. 3, p. 443; 50 — Idem, p. 448; 51 - Idem, pág. 493; 52 - Idem, v. 5, pág. 71; 53 - Idem, p. 77; 54 - Idem, p. 158 e nota 3 ps. 201-204; 55 - Idem, nota 3, p. 371; 56 - Idem, p. 381; 57 - Idem, nota 4, v. 3, p. 320-322; 58 — **Revista Militar Brasileira** jul/dez 1973, p. 79; 59 — Idem, nota 21, p. 75; 60 — Idem, nota 4, v. 3, p. 632; 61 — Idem, p. 589; 62 — Idem, nota 3, p. 206-208 (Dec20 de março de 1839); 63 - Idem, nota 4, p. 180; 64 - Idem, p. 532; 65 - Idem, p. 309 e 313; 66 - Idem, ps. 275-289, 311, 608 e 609; 67 — Idem, nota 4, v. 3, p. 595; 68 - Idem, p. 273, 311, 517, 608, 609 e 636; 69 - Idem, nota 3, p. 114; 70 - Idem, nota 4, v. 5, p. 85-106; 71 — Idem, v. 5, p. 320; 72 — BENTO, **A grande festa dos lanceiros**. Recife, UFPE, 1971; 73 — Idem, nota 4, v. 3, p. 478; 74 — Idem, nota 17, 5ª ed. p. 110; 75 — Idem, nota 4, v. 5, p. 66-76; 76 — Idem, nota 3, p. 234; 77 — Idem, nota 4, v. 5, p. 79-84 e 127; 78 - Idem, p. 147; 79 - Idem, pág. 147; 80 - Idem, p. 171; 81 - Idem, nota 3, p. 215; 82 — idem, nota 73 (Estudamos expedição naval e Laguna e atuação de Greenfell); 83 - REICHARDT. **Bento Gonçalves**. Palegre, Globo, 1933.

DOIS EXEMPLOS DE EMPREGO DO EXÉRCITO FARRAPO - OS COMBATES DO SEIVAL E O DO RIO PARDO

O COMBATE DO SEIVAL DE 10 DE SETEMBRO DE 1836

Em 10 de setembro de 1836 transcorreu o Sesquicentenário da mais importante vitória farrapilha, no combate do Seival. Vitória obtida por forças ao comando do coronel da Guarda Nacional Antônio Netto, contra forças imperiais ao comando do tenente-coronel João da Silva Tavares, então o maior esteio do Império e a única reação armada significativa à Revolução, em 20 de setembro de 1835.

O combate tomou este nome por ter sido travado na coxilha do Seival, junto às pontas do arroio de mesmo nome, afluente do arroio Candiota, no atual município de Bagé.

A vitória do Seival, que considero o mais brilhante feito das armas farrapas durante o Decênio Histórico, teve lugar num dos momentos mais críticos da Revolução Farrapilha.

Ou seja, depois de Porto Alegre haver retornado ao Império, em 15 de junho de 1836, com a prisão do Governo Revolucionário da Província, que foi enviado preso para o Rio e, do levantamento do bloqueio naval farrapo de Porto Alegre, em 23 de agosto de 1836, que havia sido, estabelecido na entrada do rio Guaibá.

Completo a criticidade do momento, a derrota da Divisão do Centro, ao comando de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, do que decorreu sua prisão e envio preso para o Rio de Janeiro e depois Bahia.

Reveses estes que obrigaram pelas manobras do coronel Bento Manuel Ribeiro, a serviço do Império, a ser levantada toda a concentração farrapa em Pelotas, ao comando do Major João Manoel Lima e Silva, Comandante-das-Armas da Revolução, depois de uma tentativa repelida, em 22 de julho de 1836, de conquistar a cidade do Rio Grande, então sede do Governo Provincial exercido por Delegado do Império, o rio-grandense Dr. Araújo Ribeiro.

Assim, neste quadro extremamente adverso, Seival foi providencial por sua retumbância, para alimentar as esperanças combatidas dos revolucionários e provocar apreensões ao Império. Seival criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense pelo coronel Antônio Netto, na madrugada do dia seguinte, no campo do coronel Joaquim Menezes, junto ao passo das Pedras, à margem esquerda do Jaguarão, em Bagé.

Proclamação da República que por sua vez animou a luta até a paz honrosa de Ponche Verde, em 1º de março de 1845. Esta obra de rara sensibilidade e engenharia político-militar que consagrou, aquele tempo, o nosso Duque de Caxias, com o honroso título de Pacificador, além de transformar antigos revolucionários em seus dedicados e valorosos colaboradores nas guerras externas, **onde "republicanos e imperiais marcharam lado a lado, ombro a ombro contra o inimigo"**. Então amorteceu temporariamente nos corações de ex-farrapilhas o ideal republicano. Ideal adiado em nome de valores mais altos sob ameaça — a Integridade e a Soberania do Brasil.

Foi ainda durante a Revolução que o lanchão **Seival**, em homenagem ao mais brilhante feito das armas farrapas, levou até Santa Catarina o ideal de República. Isto ao ajudar, depois de um feito épico de transposição da Lagoa dos Patos para o Oceano, a conquistar o porto de Laguna, em Santa Catarina, quando foi proclamada a efêmera República Juliana. Lanchão introduzido na forma de réplica em 1970 no Parque Marechal Osório no RGS.

Foi buscando inspiração na República Rio-Grandense, proclamada em decorrência da vitória do Seival, que estudantes gaúchos, em São Paulo, particularmente da Escola de Direito do Largo do São Francisco, fundaram, em 20 de setembro de 1881, o Clube 20 de Setembro que se inseriu na campanha republicana que culminou com a Proclamação da República, hoje (2016) centenária em que vivemos. Clube 20 de Setembro, criado 7 anos depois do Clube Republicano da Escola Militar da Praia Vermelha onde pontificou o aluno, gaúcho de São Gabriel, Hermes da Fonseca entre outros republicanos históricos no Exército.

Grupo 20 de Setembro citado no qual atuaram, como primeiros historiadores rio-grandenses da Revolução, Alcides Mendonça Lima e Assis Brasil e mais, dentre muitos, Júlio Prates de Castilhos e Borges de Medeiros, que, junto com outros constituintes de 1891, adotaram como símbolos do Rio Grande do Sul os da República Rio-Grandense.

Em que pese a importância da projeção histórica do combate do Seival, até na República Brasileira, fundada em 1889 pelo primeiro Presidente do Clube Militar — o Marechal Deodoro da Fonseca, e ser Seival, a maior, mais brilhante e retumbante vitória farroupilha, sua abordagem detalhada não tem merecido a atenção dos historiadores nos últimos 150 anos, a exceção de Alfredo Varela em sua monumental ***História da Revolução Farroupilha***.

Abordar com o máximo de detalhes e pela primeira descrevê-lo e analisá-lo militarmente, à luz de fundamentos da Arte e Ciência Militar, integrando os trabalhos citados e mais outros detalhes esparsos obtidos é o objetivo do presente estudo. Ele visa também evocar o combate e os seus protagonistas, dentro do espírito da Paz de Ponche Verde, exaltando o valor, a coragem e a fidelidade às verdades que cada um dos lados defendeu e pelas quais muitos lutaram até morrer.

É uma página imortal, cheia de ensinamentos da História Militar do Brasil, no Rio Grande do Sul, escrita a ferro e sangue. É um elogio à fibra, à garra, à coragem e ao valor de cada um dos cerca de 1.000 rio-grandenses que nele se bateram com honra e denodo.

SITUAÇÃO GERAL

(Para melhor entendimento sugiro aos leitores acompanhar pelos mapas da Primeira Parte.)

Em 20 de setembro de 1835, o coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, com apoio em parte expressiva da mesma, menos as de Herval do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Porto Alegre e mais o apoio de toda a Guarnição do Exército da Província, a mais forte do Brasil, conseguiu dominar em um mês toda a Província sulina e depor o seu Presidente — o Dr. Fernandes Braga e o marechal Sebastião Barreto, seu Comandante-das-Armas, substituindo-os pelo Dr. Marciano Ribeiro e coronel Bento Manuel Ribeiro, respectivamente.

O Império mandou como substituto do Dr. Fernandes Braga, outro rio-grandense — o Dr. Araújo Ribeiro, primo e amigo do coronel Bento Manuel Ribeiro. Face a problemas apresentados à posse de Araújo Ribeiro pela Assembleia Provincial, o coronel Bento Manuel decidiu apoiá-lo militarmente. Partiu para a campanha para liderar a reação. Aconselhou a Araújo Ribeiro que fizesse a sua parte, a partir de Rio Grande, onde assumiu o Governo da Província e reconquistou e consolidou, de modo incruento, aquela estratégica posição.

E teve lugar então uma disputa armada entre dois governos provinciais. O revolucionário instalado em Porto Alegre, sob liderança do Presidente Marciano Ribeiro, tendo como Comandante-das-Armas o major João Manoel de Lima e Silva. Este concentrou grandes forças em Pelotas para reconquistar Rio Grande e depor o Governo Imperial, ali instalado e, local aberto a recursos navais e terrestres de toda a ordem.

Governo tendo como Comandante-das-Armas, atuando no interior da Província, o citado coronel Bento Manuel, procurando socorrer o Presidente da Província, pressionado a partir de Pelotas.

Neste momento histórico, os revolucionários não perceberam a inteligente e incruenta manobra do Presidente Araújo Ribeiro de apossar--se de Rio Grande e consolidá-la, gradativamente, como base naval e terrestre inexpugnável da contra-revolução.

Os revolucionários para reconquistá-la teriam, segundo Canabarro Reichardt, incorrido em uma falsa avaliação estratégica. Ou seja, dividirem os esforços ofensivos a um tempo só, sobre o coronel Bento Manuel na Campanha, ao longo do vale Jacuí, sobre o Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande e, sobre o coronel Silva Tavares junto à Fronteira do Jaguarão.

Segundo ainda o autor citado, João Manoel, Comandante-das-Armas, teria sido favorável a atacar a um tempo só os três objetivos.

Bento Gonçalves, ao contrário, voto vencido, teria se manifestado favorável a bater por partes o adversário. Primeiro Bento Manuel na Campanha, antes de operar junção com Silva Tavares. Depois este e, finalmente, concentração geral pra investir Rio Grande, como fizera no plano vitorioso inicial da revolução de setembro de 1835.

Em 2 de junho de 1836, o major Lima e Silva conseguiu abrir o Passo dos Negros, do São Gonçalo, junto a Pelotas, fechado por Esquadilha ao comando do capitão Grenfell e defendido pelos coronéis imperiais Silva Tavares e Calderon.

Através do passo lançou tropas ao comando dos coronéis Antônio Netto e Domingos Crescêncio de Almeida.

Na perseguição de Silva Tavares e Calderon eles percorreram o atual município de Santa Vitória do Palmar até que os obrigaram a se internar no Uruguai, por São Miguel.

Neste ínterim Porto Alegre caiu em mãos imperiais por desguarnecida. Todo o Governo foi preso. Netto retornou da fronteira do Chuí e foi cobrir a fronteira do Jaguarão. Bento Gonçalves tentou reconquistar Porto Alegre, sem sucesso Pressionado foi obrigado a retirar-se para a Campanha e terminou por ser Ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com expressiva parcela de sua tropa, que compunha a Divisão do Centro. Enquanto isto Domingos Crescêncio que veio em seu socorro nada conseguiu fazer.

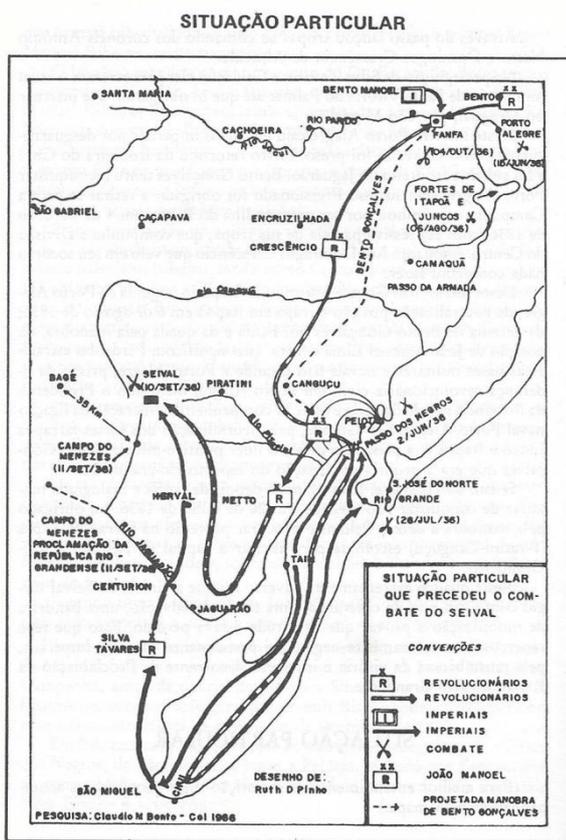
Deste modo, Rio Grande retornou ao Império, seguida de Porto Alegre; de neutralização posição farrapa em Itapoã em 6 de agosto de 1836; da derrota de Bento Gonçalves no, Fanfa e da queda pela manobra, da posição de João Manoel Lima e Silva. Isto significou: Perda das estratégicas bases militares e navais Rio Grande e Porto Alegre; prisão da liderança revolucionária civil, em Porto Alegre, incluindo o Presidente da Província revolucionária e mais 31 companheiros; liberação da ligação naval Porto Alegre, Rio Grande, pela neutralização dos fortes farrapos Junco e Itapoã e, a prisão do próprio líder político-militar Bento Gonçalves que era a própria encarnação do espírito rio-grandense.

Se isto não bastasse, João Manoel, depois de tardia e malograda tentativa de conquistar Rio Grande, em 26 de julho de 1836, foi obrigado pela manobra a deixar Pelotas e procurar proteção na Serra dos Tapes (Piratini-Canguçu) escolhida para abrigar a capital da República Rio-Grandense.

Neste quadro extremamente adverso foi que a vitória do Seival surgiu como um raio de esperança, uma tábua de salvação, uma bandeira de mobilização a provar que nem tudo estava perdido. Fato que teve repercussão extremamente negativa e preocupante entre os imperiais, pela retumbância da vitória e incerteza decorrente da Proclamação da República Rio-Grandense.

SITUAÇÃO PARTICULAR

(Para melhor entendimento da exposição sugiro aos leitores acompanharem pelo mapa.)



Ao conhecer a queda de Porto Alegre, em 15 de junho de 1836, mesmo com o rosto deformado, coberto de ataduras e ardendo em febre, o major João Manoel Lima e Silva levantou-se do leito para tomar uma série de medidas, visando a preservar a vantagem estratégica conseguida com a abertura do Passo dos Negros, bem como para cobrir Pelotas, último reduto farrapo, de um ataque de Bento Manuel.

Cobertura realizada num amplo semicírculo, cobrindo as principais direções estratégicas incidindo sobre Pelotas e particularmente em Canguçu.

Protegida sua base de partida, com a Divisão ao comando de Netto estacionada no Taim, decidiu Lima e Silva atacar Rio Grande, colocando-a sob sítio terrestre.

Nas noites de 19, 21 e 22 de julho João Manoel tentou, sem êxito, assaltar as trincheiras de Rio Grande. Suas massas de Cavalaria foram rechaçadas pela bem plantada tropa de Infantaria imperial.

Em 26 de julho de 1836, lançou o derradeiro ataque, partindo sua Divisão em três contingentes que constituíram as alas e o centro. As alas, com base em Cavalaria armada de lanças, simular ataques nos flancos para atraírem sobre si os defensores. A seguir, o Centro, mais numeroso e contando com um pelotão a pé, de pistolas e espadas, atacou na Vanguarda, seguido de uma massa de Cavalaria.

O ataque do Centro foi percebido e recebido sob intenso bombardeio da Artilharia de terra e mar, com tiros diretos e rasantes. Isto determinou a retirada imediata para Pelotas, onde João Manoel chegou em 11 de agosto e fortificou-se, instalando 5 canhões que levava na expedição. Com ele retornaram Antônio Netto e Domingos Crescêncio. No dia seguinte, 12 de agosto, criou o **Corpo de Lanceiros Negros**, entregando sua organização a Joaquim Pedro Soares segundo Wiedersphan.

Bento Gonçalves em dificuldades pediu que Domingos Crescêncio se dirigisse a Triunfo para acolhê-lo ao Sul do Jacuí. A Netto pediu que lhe conseguisse cavalos para remontar sua Divisão. Crescêncio se dirigiu a Triunfo e Netto para a fronteira do Jaguarão para arrumar cavalos e por saber que Silva Tavares e Calderon, que obrigara emigrar

para o Uruguai, depois da vitória de 2 de junho, já haviam retornado ao Brasil, no final de julho pelo passo Centurion (antigo N.S. de Conceição do Jaguarão).

Silva Tavares e Calderon tiveram de separar-se. Silva Tavares forte de 500 homens acampou num rincão, na foz do Seival, no arroio Candiota. Aí soube que o passo do Lageado, do rio Jaguarão, acampava uma tropa. Dia 10 de setembro Silva Tavares saiu em direção desta força, em reconhecimento, e a encontrou a uma légua de onde acamparal

Netto, ao divisar Silva Tavares nas pontas do Seival, partiu sobre ele. Silva Tavares galgou a coxilha do Seival e tomou a melhor posição em suas partes mais elevadas, onde dispôs suas tropas e aguardou o combate.

O COMBATE DO SEIVAL

Forças em presença

Imperiais: Brigada Provisória de Cavalaria da Comarca do Rio Grande, ao comando do coronel comandante Superior da Guarda Nacional da Província, João da Silva Tavares e reforçada por tropas do coronel Isaias Bonifácio Calderon, que incluía muitos orientais e no momento ausente, com pequena escolta, à procura de contato com o coronel José dos Santos Loureiro.

Seu efetivo numerava cerca de 500 homens, segundo o mais categorizado historiador da Revolução — Alfredo Varela.

Revolucionários: 1ª Brigada do Exército Liberal ao comando do coronel da Guarda Nacional Antônio Netto, reforçado pelo recém-criado e ainda em organização Corpo de Lanceiros Negros.

A 1ª Brigada de Netto originou-se da Legião de Guardas Nacionais do Termo de Piratini, criada em 14 de outubro de 1835, pelo Presidente José Mariano Ribeiro, colocado pela Revolução de 20 de setembro da Presidência da Província, em substituição a Fernandes Braga. Foi constituída de dois Esquadrões ou quatro Companhias. Uma Companhia recrutada em Piratini e as outras três, uma no distrito de Bagé, até o Pirai e as duas restantes uma em Canguçu atual e a outra em Pedro Osório atual, ao norte do rio Piratini.

Reforçada no Seival pelos Lanceiros Negros do tenente-coronel Joaquim Pedro Soares e major Joaquim Teixeira, Teixeira Nunes, a maior lança farrapa segundo Tasso Fragoso, atingiu um efetivo estimado em cerca de 430 homens.

Principais lideranças

(Experiência de combate anterior a Seival)

Imperiais: 1) Coronel João da Silva Tavares. Nascido em Herval. Era filho de um português. Possuía 46 anos no combate do Seival. Com 21 anos ingressou num Regimento de Milícias, na Fronteira do Rio Grande. Participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza 1811-1812. Integrou a vanguarda da Divisão de Voluntários Reais que em 1816, ao comando do general Lecor, penetrou no Uruguai pelo Chuí e terminou por entrar no Uruguai e participar da tomada de posse de Montevidéu.

Participou da 2. Guerra contra Artigas, cujo epílogo foi sua derrota em Taquembó, em 22 de janeiro de 1820, e da Guerra Cisplatina 1825-28, ao final da qual era Capitão.

Neste posto foi nomeado Comandante de Campanha e do Distrito Militar do Herval, prestando assinalados serviços na segurança da fronteira no rio Jaguarão.

Criada a Guarda Nacional em 1831, nela exerceu as funções de major e tenente-coronel até 1835.

A Revolução de 20 de setembro de 1835 encontrou nele a única reação militar efetiva, em todo o Rio Grande. Contou com apoio dos herve-lenses que tinham sobradas razões para apoiar o Império. Seu sogro Bonifácio Nunes, o Patriarca de Herval, havia sido um

dos colaboradores do legendário brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. E com Bonifácio, concluída a Guerra 1763-1776, na qual foi definido o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, muitos ex-colaboradores da primeira espada continentina se radicaram em Herval atual.

Revolucionários: 1) Coronel Antônio Netto. Nasceu em Povo Novo — Rio Grande, 1801 tendo por ocasião do combate do Seival 35 anos. Estreiou como capitão de Milícias na Guerra Cisplatina 1825-27, na cobertura da Fronteira, no corte do Jaguarão. Iniciando a Revolução Farroupilha como Capitão da Guarda Nacional, ascendeu durante a mesma, por seu valor, a coronel e logo a seguir a general. Lutou de 1835-45, sem descanso, até o último dia, tornando-se a segunda figura depois de Bento Gonçalves.

Foi o mais exímio cavaleiro farrapo. Sua liderança era incontestada sobre seus comandados. Até Seival era pouca a sua experiência militar. No curso da Revolução veio a tornar-se respeitado líder de combate de Cavalaria. Na Guerra do Paraguai coube-lhe fazer a vanguarda do Exército de Uruguaiana até Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, após a qual, acometido por febre, morreu e foi sepultado em Corrientes na Argentina. Desde 1966, centenário de sua morte, repousa em Bagé, próximo do túmulo de Silva Tavares, seu oponente no Seival. Unidos agora, na morte, como estiveram em muitos momentos em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil.

E completariamos, dos valorosos soldados do Brasil, no Rio Grande, que foram exemplares e coerentes na defesa de suas verdades na Revolução Farroupilha.

Assessoria militar clássica

Em Seival ambos contendores dispuseram de pelo menos um assessor militar com larga experiência no Exército Imperial. Senão vejamos:

Imperiais: Major João Frederico Caldwell. Nascido em Santarém-Portugal, em 1801. Era filho do tenente-general Frederico Caldwell, inglês a serviço de Portugal, com uma portuguesa. Cadete aos 9 anos, do atual Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília. Como Alferes, aos 16 anos, lutou contra a Revolução Pernambucana de 1817, em Pernambuco. Em 12 de outubro foi promovido a 1º tenente do citado Regimento, no qual serviu por cerca de 20 anos.

Durante a Guerra Cisplatina, 1825-28, foi designado Major-de-Brigada, da 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira ao comando do coronel Bento Gonçalves sob cujas ordens serviu de 15 de setembro de 1826 a 31 de outubro de 1827 (mais de um ano).

Sobre o seu desempenho na Guerra Cisplatina escreveu Bento Gonçalves:

"Este honrado militar, não só desempenhou as obrigações de seu cargo, como serviu de instrutor aos três corpos que compunham a brigada. Deixou-se quase em estado de primeira linha, tanto em manobras, quanto no espadão, apesar de andarem sempre em frente do inimigo. Tomou parte na Batalha de 20 de fevereiro de 1827 (Passo do Rosário), e em todos os encontros que teve a Brigada, em diversas ocasiões, neles mostrou presença de espírito, desempenhando tudo que lhe ordenei com atividade. E subordinado exemplar conduta, tanto militar como civil..."

Caldwell desligado do Exército, por sua condição de filho de inglês, embora anglo-lusitano, aderiu, em Jaguarão, à causa da legalidade.

No combate do Seival teve a mão direita amputada por um golpe de espada e ficou prisioneiro por 43 dias, até conseguir fugir.

Mais tarde veio a prestar relevantes serviços ao Brasil, na guerra e na paz. Comandou a 3ª Região Militar de 1848-1865, por cerca de seis vezes. Em 1870 foi Ministro da Guerra e logo a seguir Conselheiro de Guerra e, Ajudante-General do Exército até falecer, em 26 de fevereiro de 1873.

A sua influência doutrinária na Brigada de Silva Tavares é evidente.

Segundo depoimento de participantes do Combate do Seival, Caldwell ao ver o dispositivo avançando, da tropa de Netto, teria concluído, com conhecimento:

"Netto vem atacando para triunfar!"

Revolucionários: Tenente-coronel Joaquim Pedro Soares (1770-1850). Sobre a sua ação militar no Seival escreveu Caldeira — o cronista farrapo:

"Joaquim Pedro Soares tinha sido oficial de 1ª Linha do Exército Imperial, na Guerra Cisplatina 1825-28. Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução e prática de oficial de Secretária. Foi ele que organizou o casco do 1º Corpo de Lanceiros Negros de 1ª Linha. No ataque do Seival foi ele que dispôs a força de Netto para o ataque. Ele manteve um Esquadrão em proteção (em Reserva). Foi este Esquadrão ao comando do capitão Antônio Meireles Gonçalves que tomou conta do campo (de batalha) e obteve triunfo."

Aqui está uma realidade até então não explorada. Foi este esquadrão em Reserva que fez a penetração no centro do dispositivo imperial, no momento oportuno, dividindo em dois e tornando impossível o apoio mútuo entre as alas Direita e Esquerda.

O tenente-coronel Joaquim Pedro Soares, segundo estudos que acabamos de proceder, com apoio em documentos que encontramos no Arquivo Histórico do Exército e que aqui sintetizamos, nasceu em Campo Maior-Portugal, em 1780. Era filho de militar. Sentou praça com 10 anos. Em 1797 foi promovido a cabo de RI. Esteve prisioneiro dos franceses durante a invasão de Napoleão a Portugal. Em 1816 veio para o Brasil, como 2º sargento, integrando a Divisão de Voluntários Reais ao comando de Lecor. Fez as campanhas de 1816, 1820 e Guerra Cisplatina. Combateu em Passo do Rosário como tenente do 1º Esquadrão comandado pelo capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, mais tarde um dos esteios da Revolução. Esquadrão pertencente ao 4º Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguarão, que por ocasião da Revolução de 20 de setembro de 1835, era comandado pelo capitão Crescêncio que aderiu com o Regimento à Revolução, liderada por Bento Gonçalves, ex-comandante desta unidade. Joaquim Pedro havia se reformado em 4 de julho de 1831, sem vencimentos. Foi organizador e primeiro comandante dos Corpos de Lanceiros Negros e Ajudante Geral do Exército da República Rio-Grandense. Preso em Piratini junto com José Mariano de Mattos e recolhido a cadeia em Canguçu. foi enviado preso para o Rio. Se desconhece o seu destino após. Possui descendentes no Rio Pardo.

Seu ligeiro perfil mostra o seu valor militar e capacidade para dispor as forças revolucionárias para o combate.

Influiu junto com o coronel Lucas de Oliveira para que o coronel Netto proclamasse a República. Foi portanto assessor militar e político de Netto no Seival e no Campo de Menezes. A História da Revolução Farroupilha tem esquecido a projeção de sua atuação.

Descrição do combate do Seival

(Sugiro que o leitor acompanhe pelo mapa)

1ª FASE Tomada do dispositivo e início do combate a bala

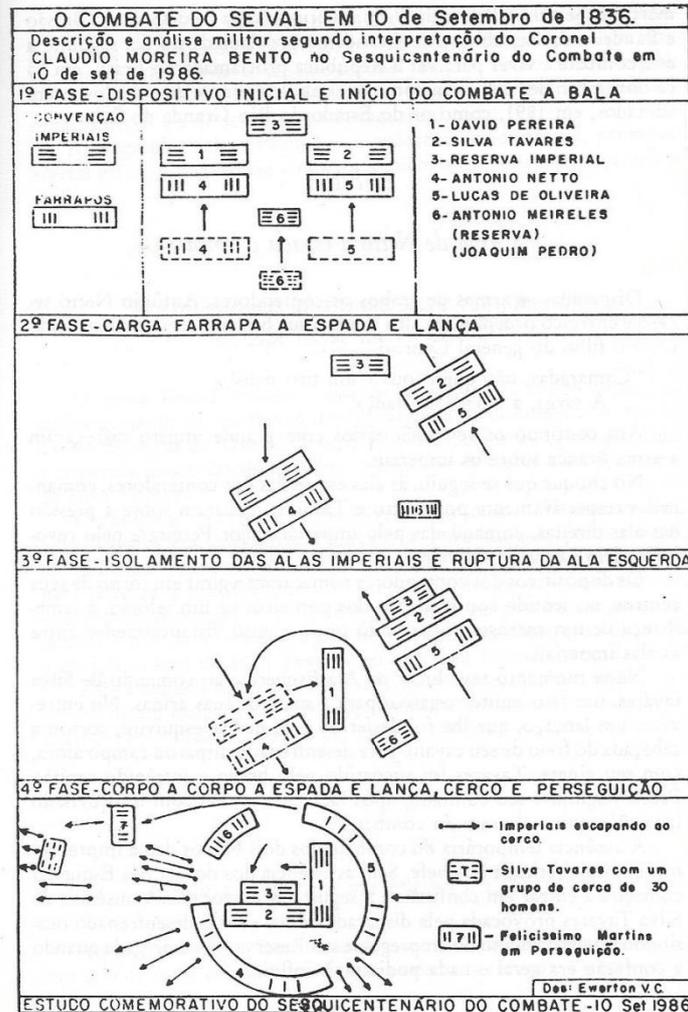
Os imperiais ao comando de Silva Tavares escolheram o terreno do combate. Ocuparam o alto da coxilha do Seival desdobrados em três grupamentos. A Ala Esquerda apoiada numa depressão e ao comando de Silva Tavares e a Ala da Direita ao comando do valente Major David Francisco Pereira. A Retaguarda das duas alas foi colocada a Reserva, forte de 2 esquadrões ou quatro companhias.

Os revolucionários ao comando de Netto, e sob a orientação tática do tenente-coronel Joaquim Pedro, tomaram o seguinte dispositivo na várzea, no sopé da coxilha do Seival:

A Ala Esquerda ao comando de Netto e a Ala Direita ao comando do tenente-coronel Vicente Lucas de Oliveira, e ambas formadas em Linha.

A retaguarda, como reserva, ao comando do bravo capitão Antônio Gonçalves Menezes Meireles, ficou um esquadrão, sob a supervisão, para fins de emprego, do tenente-coronel Joaquim Pedro, veterano das lutas contra Napoleão na Península,

reformado do Exército Imperial e com larga experiência militar de mais de 40 anos e, inclusive, em nossas lutas no Sul desde 1817, conforme registramos antes, pela primeira vez.



Dada a ordem por Netto para o ataque, os revolucionários, a trote largo e com suas armas de fogo carregadas, partiram, coxilha do Seival acima, à procura dos imperiais postados em posição vantajosa, no alto da coxilha e previamente escolhida.

Ao se defrontarem descarregam reciprocamente suas armas de fogo. Neste momento foi atingido por dois disparos, sem ser desmontado, o major Bernardo Pires que mais tarde seria festejado, em Piratini, como mártir de Seival. A Bernardo Pires caberia a tarefa de desenhar o Brasão e Bandeira da República Rio-Grandense proclamada no dia seguinte a este combate e viver para ver a República proclamada no Brasil, em 15 de novembro de 1889, bem como os símbolos por ele desenhados serem adotados, em 1891, como os do Estado do Rio Grande do Sul.

2ª FASE Carga de Netto a espada e lança

Disparadas as armas de ambos os contendores, Antônio Netto severo e enérgico ordenou em alto brado a sua brigada, segundo Fernando Osório filho do general Osório:

"Camaradas, não quero ouvir um tiro mais! A carga, a espada e a lança!"

Ato contínuo os revolucionários com grande ímpeto carregaram a arma branca sobre os imperiais.

No choque que se seguiu, as alas esquerdas dos contendores, comandadas respectivamente por Netto e Tavares, recuaram sobre a pressão das alas direitas, comandadas pelo imperial major Pereira e pelo revolucionário Lucas de Oliveira.

Os dispositivos dos contendores começaram a girar em torno de seus centros, no sentido contrário aos dos ponteiros de um relógio, à semelhança de um carrossel, ocorrendo um perigoso distanciamento entre as alas imperiais.

Neste momento teve lugar na Ala Esquerda, ao comando de Silva Tavares, um fato muito negativo para a sorte de suas armas. No entrevero, um lançaço, que lhe foi desferido e de que se esquivou, cortou a cabeçada do freio de seu cavalo. Este desenfrenado disparou campo afora, com seu ginete. Tavares foi socorrido pelo bravo e intrépido capitão Pedro Fagundes seu cunhado, após lançar seu cavalo com improvisado laço. A seguir voltaram ao combate.

A ausência temporária do combate dos dois bravos deu a impressão que era uma retirada do chefe. Sem assistência dos dois, a Ala Esquerda começou a entrar em confusão e a seguir em derrocada. A ausência de Silva Tavares provocada pela disparada de seu cavalo desenfrenado ocasionou o retardamento do emprego de sua Reserva, só empregada quando a confusão era geral e nada podia mais influir.

Na Ala Direita o major imperial David Pereira levava a melhor sobre Netto. Percebendo a confusão na Ala Esquerda imperial e seu afastamento da Ala Direita. O tenente-coronel Joaquim Pedro lançou naquele intervalo a Reserva revolucionária. Esta procurou desbordar a Ala Direita imperial e cair sobre a sua Retaguarda.

Aí, segundo Calvet Fagundes, o valoroso major David, pensando acertar erro, o que trouxe sérias conseqüências para a derrota que iriam sofrer.

3º FASE Isolamento das alas imperiais e rompimento da Ala Esquerda — Vitória!

O major David levando a melhor sobre Netto, vendo ameaça de desbordamento de seu flanco direito, seguida de isolamento de sua ala da Ala Esquerda de Silva Tavares, onde se estabelecera a confusão, desde a disparada de seu cavalo, decidiu desenganjar de Netto e ir em socorro de Silva Tavares.

O caminho que teve que percorrer até o local onde pensava estar Silva Tavares era impróprio à Cavalaria. Para atingi-lo perdeu muito tempo, que foi aproveitado por Netto, então transformado em Reserva, para reforçar a sua Ala Direita. O major foi ferido e desmontado e a sua tropa não encontrou a Ala Esquerda que, no giro do carrossel, foi ocupar a posição que ele ocupara no início do combate e, a sua tropa, a posição inicial de Silva Tavares, só que com frentes invertidas.

Taticamente o combate estava vencido pelos revolucionários. Os imperiais foram isolados em três grupamentos e cercados pelos revolucionários. Foi grande o número de mortos, feridos e prisioneiros.

4.ª FASE Corpo a corpo a arma branca e Perseguição

As tropas de Silva Tavares ao término do combate de Seival ficaram em grande parte cercadas, sem chances de uma retirada. Dentre os que conseguiram romper o dispositivo, registre-se o próprio coronel Silva Tavares, em companhia de cerca de 30 companheiros que procuraram atingir o rio Camaquã.

Em perseguição aos imperiais que conseguiram escapar do local de combate, foi destacada da Ala Direita revolucionária, uma fração, tendo como guia Felicíssimo Martins, com ordens de não ultrapassar o arroio Velhaco, afluente do Camaquã.

Os remanescentes revolucionários se retiraram em direção do Camaquã. Não foram aprisionados em maior número, em razão da tropa de perseguição haver sido incumbida de um reconhecimento que atrasou e a perseguição ser limitada ao arroio Velhaco.

Netto montava neste dia um cavalo **tordilho negro** que ele mesmo havia domado antes da guerra e Silva Tavares um **baio sebruno**.

Baixas no combate do Seival

Segundo Tristão Araripe foi o seguinte o total de baixas imperiais:356/560 combatentes Baixas assim distribuídas:118 mortos 60 feridos,116 prisioneiros

E assinala: "**Seival foi considerado na rebeldia como um dos seus mais gloriosos feitos.**"

Silva Tavares perdeu aí os seus mais destacados líderes de combate: David José Pereira e Pedro Canga, seus colaboradores desde a primeira hora. Seu filho Joca Tavares, com 18 anos, preso em combate, foi remetido para o Uruguai por Netto, aos cuidados do coronel Calengo Saenz muito ligado por amizade à família Tavares, mas oriental e revolucionário.

Joca Tavares mais tarde se destacaria na Guerra do Paraguai e na Revolução de 93.

O coronel Silva Tavares apesar dos percalços que passou em combate foi dos poucos a conseguir escapar do local da luta.

Decorridos 50 dias do combate do Seival, o coronel Silva Tavares foi preso por David Canabarro, na casa do sogro Bonifácio Nunes, em Herval. Foi em 17 de dezembro de 1836. Permaneceu preso até 5 de fevereiro de 1837, quando conseguiu fugir com o concurso de um sargento de Pernambuco de nome Segimundo, depois de 50 dias preso. Das 318 baixas/500 imperiais e contra 36 baixas/430 revolucionários, verifica-se que o combate de Seival assumiu características de combate de aniquilamento ou de destruição do adversário.

Por isto Seival foi a maior vitória obtida pela Revolução Farroupilha e não tem exagerado categorizados historiadores que a tem adjetivado de "**retumbante**", "**brilhante**" e "**absoluta**" e outros termos equivalentes. O número de baixas reflete a bravura inaudita dos imperiais que foram dobrados em decorrência de imponderáveis, como o corte da cabeça do cavalo do coronel Silva Tavares, e de um erro tático do major David.

Com esta impressão ela espalhou-se pelo Rio Grande e pelo Império. Seja pela retumbante vitória militar, seja pela sua conseqüência, a Proclamação da República Rio-Grandense. Ela teve grande repercussão negativa no Império e muito positiva entre os agora republicanos.

Nestes últimos cento e cinquenta anos foi-se perdendo a noção da significação histórica do Seival e de sua projeção na quase centenária República que vivemos.

As fontes sobre o combate são falhas acerca de seus quase 1.000 participantes.

Os autores que escreveram sobre a Revolução Farroupilha, sistematicamente têm citado o texto da Proclamação e que foi assinada por 52 oficiais e sargentos da Divisão Liberal. A procura de seus nomes recorreremos, sem êxito, aos Arquivos Nacional, do Exército, do Itamarati, do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional, Histórico do RGS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Câmara de Piratini e Museu da Revolução Farroupilha, também em Piratini.

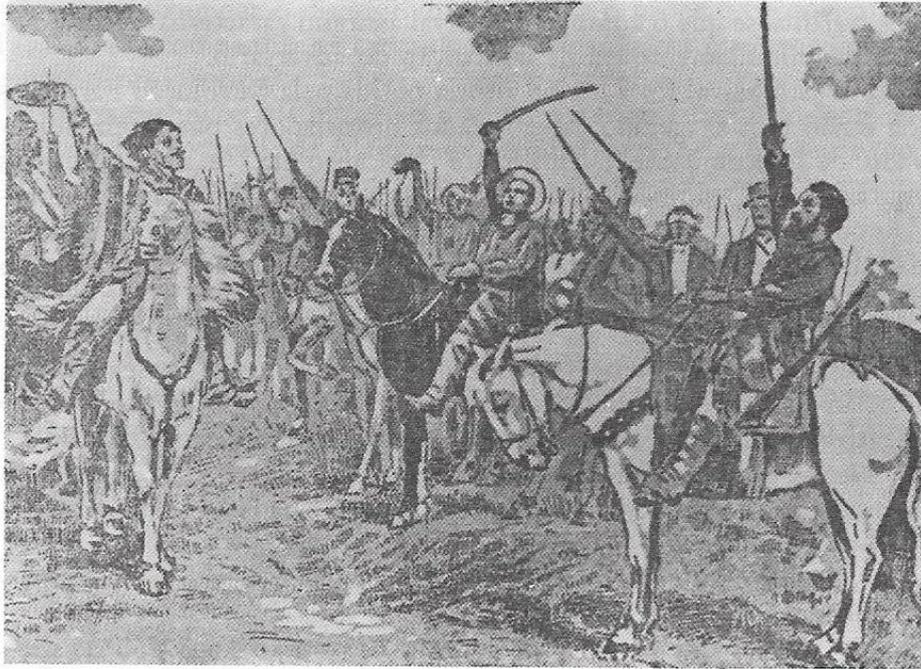
Recorreremos a competentes pesquisadores. A descoberta dos 52 seria reveladora. Aqui deixamos um desafio aos pesquisadores do assunto. Continuaremos na busca. Talvez a resposta se encontrar no Uruguai. Só conseguimos 13 nomes.

Uma análise militar do combate, aqui omitida, evidencia que Seival se constitui numa Manobra Central de Penetração na qual os revolucionários observaram muito bem os princípios de Guerra, com ênfase nos da **Ofensiva, Manobra, Segurança Simplicidade.**

História Militar — o alimento do cérebro de um Exército na Paz

O estudo da História Militar tem sido exaltado pelos grandes capitães da História, como de grande valor na formação dos grandes generais.

Ao biografarmos Bento Gonçalves concluímos da sua grande dedicação à História Militar Romana. O estágio cultural militar que atingiu foi decorrência de sua vivência militar e de seu autodidatismo em História Militar.



Alegoria de Netto proclamando a República Rio Grandense em 11 setembro 1836 apoiado por sua Divisão Liberal do município de Piratini constituída de de filhos de Piratini e de seus distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé até o Pirai.. Fato relevante para o culto das Tradições dos hoje municípios de Bage, Piratini, Canguçu e Cerrito,

O marechal Ferdinand Foch, comandante dos aliados na vitória na 1ª Guerra Mundial e inclusive de alguns brasileiros enviados então à França para, combatendo, se atualizarem nas doutrinas vigentes, assim definiu a importância da História Militar:

"Para sustentar em tempo de Paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para a guerra não há livro mais fecundo em meditações do que o de História Militar."

Como cérebro, Foch referia-se aos chefes, planejadores, pensadores, instrutores e historiadores militares.

Napoleão já havia definido que ***"o conhecimento superior da Arte da Guerra se adquire pela experiência e pelo estudo da História Militar. Eis aí um meio de fazer um grande general aprender os segredos da Arte de Guerra"***.

Sob a influência de Foch, oficiais brasileiros que combateram ao lado da França na 1ª Guerra Mundial, e mais a Missão Militar Francesa 1920-1939, convenceram ao Exército Brasileiro a buscar na História Militar e Geografia Militar da América do Sul as bases de suas táticas e estratégias. Ou nas soluções táticas, estratégicas, logísticas e de engenharia humana isoladas nestes estudos.

Foi neste contexto que muitos oficiais do Exército, dos quais alguns sócios desta Casa (IHGB), se lançaram neste tipo de estudo, como por exemplo, o ilustre general Augusto Tasso Fragoso. Ele estudou a Batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827).

Enfim, todos procuraram inspirações na História Militar do Brasil para alimentar o cérebro do Exército na Paz e prepará-lo para a Guerra, com subsídios táticos, estratégicos e logísticos retirados da Arte Militar do Brasil, embutidos em quase 5 séculos de sua História Militar, assinalada por lutas internas e externas. Conjunto de experiências bélicas que constituem o Patrimônio Cultural Militar. Desse patrimônio Cultural o cérebro

do Exército, referido por Foch, teria de retirar elementos para a construção do Exército Brasileiro, grande nação ou potência, dando continuidade ao sonho de nosso ilustre confrade Caxias neste sentido, em 1861, ao adotar ordenanças de Portugal, com adaptação que introduziu "**até que se possua doutrina genuína**".

E isto só o estudo militar crítico da História Militar do Brasil E estudo feito com apoio nos fundamentos da Arte da Guerra ou a Arte dos Grandes Generais.

E esta a mensagem que procuramos aqui deixar deste estudo sobre o combate do Seival, que enriqueceu o patrimônio cultural militar do Brasil, ainda à espera de um esforço de preservação e análise profunda, por chefes, pensadores, instrutores e planejadores e historiadores, visando dele isolar subsídios capazes de contribuir para a formulação da Doutrina do Exército Brasileiro, com progressivos índices de nacionalização.

. Do estudo das grandes nações e potências guardamos a convicção que todas são igualmente grandes nações e potências militares e, mais, com doutrinas militares próprias ou expressivamente nacionalizadas, embasadas na Cultura Militar acumulada por cada uma.

Daí o caminho do Brasil grande nação, potência sonhada pelos brasileiros transitar obrigatoriamente pelo de grande nação, potência, ou grande potência militar. Condição a atingir não só no domínio da Ciência Militar ou Tecnologia, mas no domínio da Arte Militar Brasileira, embutida no Patrimônio Cultural Militar Brasileiro, acumulado em quase 5 séculos desde o Descobrimento do Brasil, repetimos, de lutas internas e externas, responsáveis, em grande parte, pelo delineamento, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais.

Para reforçar nossa mensagem, finalizamos com afirmação de S. Excia. o Sr. Presidente da República Dr. José Sarney ao lançar os incentivos à Cultura Brasileira.

Ninguém será grande nação ou potência mundial se não o for grande nação ou potência Cultural.

Daí como corolário.

Nenhum Exército será grande e forte se não o for grande e forte culturalmente. E isto será conquistado em grande parte pela preservação e sobretudo exploração do seu Patrimônio Cultural Militar acumulado.

NOTAS

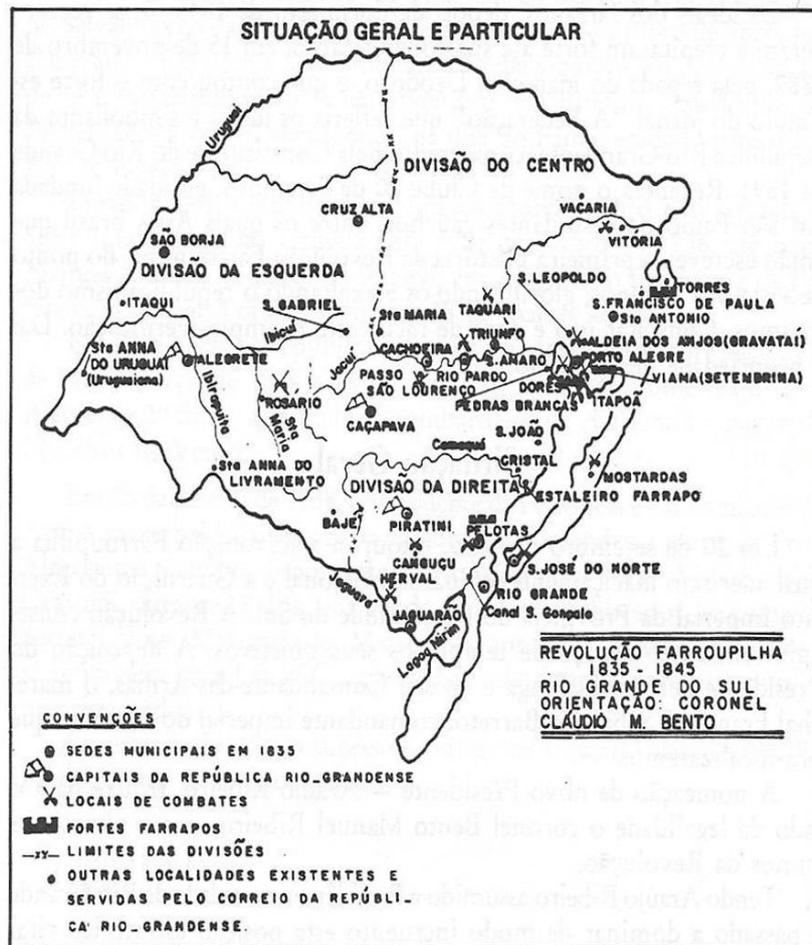
1. Osvaldo Aranha foi ferido a bala no calcanhar do pé direito em outro Combate do Seival, ocorrido na Revolução de 1926, quando enfrentava os irmãos Etchegoyen, segundo o Ministro Rubem Rosa, sócio do IHGB.
2. Segundo o ainda Ministro Rubem Rosa, uma neta do coronel Joaquim Pedro Soares que assessorou Netto militarmente em Seival foi nora do marechal Câmara por casada com seu filho general Felipe Câmara.

O marechal Câmara foi quem presidiu a sessão de fundação do Clube Militar em junho 1887. Com a República foi o primeiro governante do Rio Grande do Sul.

O COMBATE DO RIO PARDO DE 30 DE ABRIL DE 1838

Em 30 de abril de 1838, transcorreu o Sesquicentenário da maior e mais retumbante vitória militar da República Rio-Grandense (1836-45) — o combate do Rio Pardo e por certo ponto culminante de sua História Militar.

Serviu de cenário ao combate a coxilha do Barro Vermelho, hoje dentro dos limites urbanos de Rio Pardo. Ali, republicanos, ao comando do general Bento Manuel Ribeiro, atacaram forças imperiais em posição defensiva, ao comando do marechal Sebastião Barreto, filho do Rio Pardo, antigo comandante-das-Armaz da Província, deposto em 20 de setembro de 1835.



Sendo, segundo Ferdinando Foch, "*o livro da História Militar rico em reflexões para alimentar o cérebro de um Exército na paz e melhor prepará-lo para a guerra*", o combate do Rio Pardo, que pela primeira vez reconstituiremos e analisaremos à luz de alguns fundamentos da Arte Militar — a Arte do Soldado, é rico em lições e reflexões profissionais sob este enfoque.

Até o presente as fontes disponíveis primárias e secundárias têm sido conflitantes e discordantes, contendo às vezes até disparates. O presente ensaio se baseou no estudo e interpretação conseqüente das principais fontes disponíveis, merecendo destaque as fontes primárias do Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicadas em seu valiosos Anais,

O presente combate, a maior vitória militar da única experiência republicana concreta, a meio século da Proclamação da República, se insere nos alicerces da mesma.

Os ideais dos farrapos, depois de dormirem de 1845-70, se reacenderam e crepitaram forte até sua concretização, em 15 de novembro de 1889, pela espada do marechal Deodoro, e que contou com o forte estímulo do jornal "*A Federação*" que refletia os ideais e simbolismo da República Rio-Grandense, consagrados pela Constituinte do Rio Grande de 1891. Recebera o nome de *Clube 20 de Setembro*, entidade fundada em São Paulo por estudantes gaúchos, entre os quais Assis Brasil que então escreveu a primeira História da Revolução Farroupilha, do ponto de vista dos farrapos, glorificando-os e exaltando o republicanismo dos mesmos. *Constatar isto é obra de raciocínio e simples verificação*. Daí a propriedade desse estudo.

Situação Geral

Em 20 de setembro de 1835, estourou a Revolução Farroupilha a qual aderiram maciçamente a Guarda Nacional e a Guarnição do Exército Imperial da Província do Rio Grande do Sul. A Revolução conseguiu, em curto espaço de tempo, os seus objetivos: A deposição do Presidente Fernandes Braga e do seu Comandante-das-Armas, o marechal Francisco Sebastião Barreto, comandante imperial do combate que ora focalizaremos.

A nomeação de novo Presidente — Araújo Ribeiro, trouxe para o lado da legalidade o coronel Bento Manuel Ribeiro, o que alterou os rumos da Revolução.

Tendo Araújo Ribeiro assumido a Presidência na cidade de Rio Grande e passado a dominar de modo incruento esta posição estratégica vital para ambos os contendores, os revolucionários concentraram seu esforço, a partir de Pelotas, em reconquistá-la, enquanto Bento Gonçalves da Silva, líder da revolução, tentava bater Bento Manuel atuando na Campanha.

Estas manobras desguarneceram Porto Alegre que voltou para as mãos dos imperiais, em 15 de junho de 1836, em conseqüência de ousado golpe de mão liderado pelo major Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre. O governo revolucionário civil foi preso e enviado para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio. Os imperiais se fortificaram em Porto Alegre que foi sitiada de 27 de junho a 18 de setembro de 1836. Em 23 de agosto, foi levantado o sítio naval em Itapoam e, em 4 de outubro, Bento Gonçalves foi aprisionado na ilha do Fanfa, enviado para o Rio, quando, depois de levantar o 1º sítio de Porto Alegre, marchava para a Campanha.

Neste quadro adverso os revolucionários bateram tropas imperiais no Seival, berço da República Brasileira, em 10 de outubro de 1836, proclamando a República Rio-Grandense no dia seguinte, no campo do Menezes e instalando-se em 6 de novembro, em Piratini, ocasião em que Bento Gonçalves foi aprisionado na ilha do Fanfa, enviado para o Rio, Rio de Janeiro.

Pressionados, os agora republicanos abandonam o Rio Grande do Sul e internam-se no Uruguai, em 4 de dezembro de 1836, até Bento Manuel prender no passo do Itapevi, em Alegrete, o Presidente da Província marechal Antero Brito, em 28 de março de 1834.

Em 8 de abril os republicanos sitiaram e conquistaram Caçapava e de 11 de março de 1837 a 13 de fevereiro de 1838, submeteram Porto Alegre ao 2º Sítio, que incluiu bombardeios de Artilharia a partir dos Moinhos de Vento.

Em 25 de janeiro de 1838, o Presidente da Província e Comandante-das-Armas marechal Elizeário Miranda Brito empreendeu a partir de Porto Alegre uma manobra disbordante: Porto Alegre-Cai-Portão-São Leopoldo-Gravataí, durante 18 dias, obrigando a que os republicanos, ao comando coronel José Mariano de Mattos, levantassem o sítio terrestre e se retirassem para Lajes-SC, que então conquistaram para os republicanos riograndenses.

Entusiasmado com o sucesso, o marechal Eliziário atuou sobre Rio Pardo, como se verá a seguir.

Situação Particular

Em 3 de novembro de 1837, o general Antônio Eliziário Miranda Brito assumiu o Comando-das-Armas e da Província do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, sob o 2º sítio republicano. Em 31 de janeiro de 1838, tentou disbordar o sítio republicano em Viamão e atacá-lo pela retaguarda. Não conseguiu o ataque, mas obrigou os sitiados a se retirarem para Lajes. Entusiasmo com esta vitória investiu Rio Pardo que era defendida pelo general Bento Manuel Ribeiro. A aproximação de Eliziário, Bento Manuel evacuou Rio Pardo e retraiu para os lados do passo Pederneiras, do rio Jacuí. Isto deu-se em 17 de março de 1838. Bento Manuel não foi perseguido para além de Cachoeira do Sul, em razão do mau estado da cavalaria imperial. Elizeário dirigiu-se para Porto Alegre e deixou a praça ao comando do marechal Sebastião Barreto, coadjuvado pelo bravo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, como comandante da Infantaria (1.º e 2.º BC) e o oriental brigadeiro Izaias Bonifácio Calderon, como comandante da Cavalaria (2.º e 3.º BC

da Guarda Nacional) e da Artilharia (8 peças). Em Taquari, à disposição de Barreto, ficou o 8º BI e ao longo do Jacuí a barca a vapor **A Liberal**, ao comando de Greenfel e uma esquadrilha de canhoneiras no rio Jacuí, no Rio Pardo. O marechal Sebastião Barreto ficou ocupando Rio Pardo que foi atacada pelos republicanos.

A penetração republicana no Quadrilátero do Rio Pardo

O general Bento Manuel comandante do Exército da República e Neto idealizaram penetrar na área onde encontrava-se o Exército Imperial.

Foi encarregado da manobra de penetração David Canabarro. Ele transpôs com sucesso o rio Pardo, abriu picadas na mata e atingiu o Rincão dei Rey, onde passou a dar cobertura para a travessia do restante do Exército da República. (Ver mapa)

Segundo Neto **"O rio Pardo em ambas as margens era circundado de pântanos. O terreno atolava excessivamente. Só com extrema dificuldade os animais conseguiram vencê-lo. Além disso, no centro de um mato cerrado, também circundado de matos, havia um forte arroio com uma barranca bastante alta e profunda. No curto espaço de 10 horas foi sobre ele construída uma ponte espaçosa pela qual passou todo o Exército Republicano"**.

Andrade Neves que vigiava o Rincão dei Rei foi investido por uma guerrilha republicana e passou a retardá-la na direção da coxilha do Barro Vermelho onde foi acolhido pelo brigadeiro Xavier da Cunha, à frente do 1º BC e de duas peças de Artilharia. Do Rincão dei Rey, Netto enviou uma força na direção da ponte do Couto sobre a única comunicação por terra Rio Pardo — Santo Amaro, que foi então cortada.

O marechal Barreto soubera, certo, da ocupação republicana do Passo do Couto ainda em 27, através de reconhecimento insatisfatório que fizera o brigadeiro Xavier da Cunha. Possuindo forças superiores para manter a posse da estratégica e vital ponte do Couto, o brigadeiro Cunha retraiu e tomou posição na coxilha do Barro Vermelho, aceitando o fechamento da única via de retirada terrestre, em caso de eventualidade. Os republicanos gradativamente foram interpondo reforços entre os republicanos e a ponte do Couto e transformando esta área em base de partida para um ataque geral. Ao mesmo tempo se preveniam para a hipótese de retirada por esta direção, caso a situação no interior do Quadrilátero viesse a se tornar insustentável.

No dia 29, à noite, todo o Exército da República, sob armas, estava reunido na baixada entre a Coxilha do Barro Vermelho e a Ponte do Couto e atrás dele uma linha de possível retraimento, livre de interferência imperial.

Na margem direita do rio Jacuí ficou o coronel Leão para dar o sinal de os imperiais tentarem repassar o Jacuí sem oferecer combate e bloquear com tiros de atiradores de escol o porto do Rio Pardo.

Forças em Presença

Republicanos: Estima-se as tropas republicanas vindas de diversos lugares da Campanha em cerca de 2.800 (segundo Caldeira).

Segundo o cronista Caldeira que participou do combate, como porta estandarte do 1º Corpo de Lanceiros Negros, **"o plano do ataque do Rio Pardo foi tão bem combinado que 3 dias antes dele todas as forças republicanas já se haviam reunido para atacarem o inimigo que estava à espera em posição muito vantajosa"** na coxilha do Barro Vermelho, hoje parte da cidade do Rio Pardo e distante meia légua de seu centro.

Imperiais: O efetivo imperial no Rio Pardo, 14 dias antes do combate, era de 1.546, dos quais 886 infantes, 552 cavalarianos da Guarda Nacional e 99 artilheiros. Barreto dá como cerca de 1.000 os que participaram no combate e Araripe como 1.200 combatentes imperiais.

Dispositivo para o combate

(Acompanhar pelo esboço)

Imperiais: tomaram posição dominante na Coxilha do Barro Vermelho a frente da confluência das estradas que demandavam a vila do Rio Pardo. Dispuseram a Infantaria, tendo a Artilharia ao meio, em posição mais dominante, da charqueada do Porto até o Açougue. A posição da Infantaria aproveitava 2 capões de mato, com um intervalo entre estes de 500m onde foi colocada a Artilharia, tendo um fosso escavado e sua frente é protegida por 50 infantes. A esquerda desta posição ficou o 2º BC (—) ao comando do coronel Guilherme Lisboa. A direita desta posição ficaram duas companhias do 1º BC. As 5 restantes ficaram em Reserva muito próximo da linha de defesa, junto à Artilharia. A partir do Açougue começava a ala Direita — toda de Cavalaria ao comando de Calderon, com o 3º e 4º Corpos da Guarda Nacional e o Esquadrão Independente de Ourives. Aí atuou Andrade Neves.

Republicanos: Eles tomaram posição na baixada entre a ponte do passo do Couto e a Coxilha do Barro Vermelho e adotaram original dispositivo sob o comando geral do general Bento Manuel. Foi o seguinte o dispositivo republicano para o ataque:

Ala Direita — A Divisão de Cavalaria ao comando do coronel João Antônio da Silveira, flanqueando o reforço de Infantaria dos 1º e 3º batalhões desta Arma.

Centro — Artilharia republicana contando com o apoio de alguns pelotões de Caçadores.

Ala Esquerda — 2º Divisão de Cavalaria ao comando do coronel Crescêncio.

Reserva — Ao comando de Netto foram integradas duas brigadas de Cavalaria dispostas atrás do **Centro** do dispositivo e em especial da Artilharia.

Assim, os republicanos contra a **Esquerda** e **Centro** imperial a base de Infantaria, com apoio de Artilharia, e tirando partido do terreno dominante, lançariam sua **Direita** e **Centro** a base de Cavalaria, reforçadas com Infantaria e Artilharia.

Contra a Cavalaria imperial, na **Ala Direita**, eles lançariam a sua maior e mais valorosa tropa de Cavalaria.

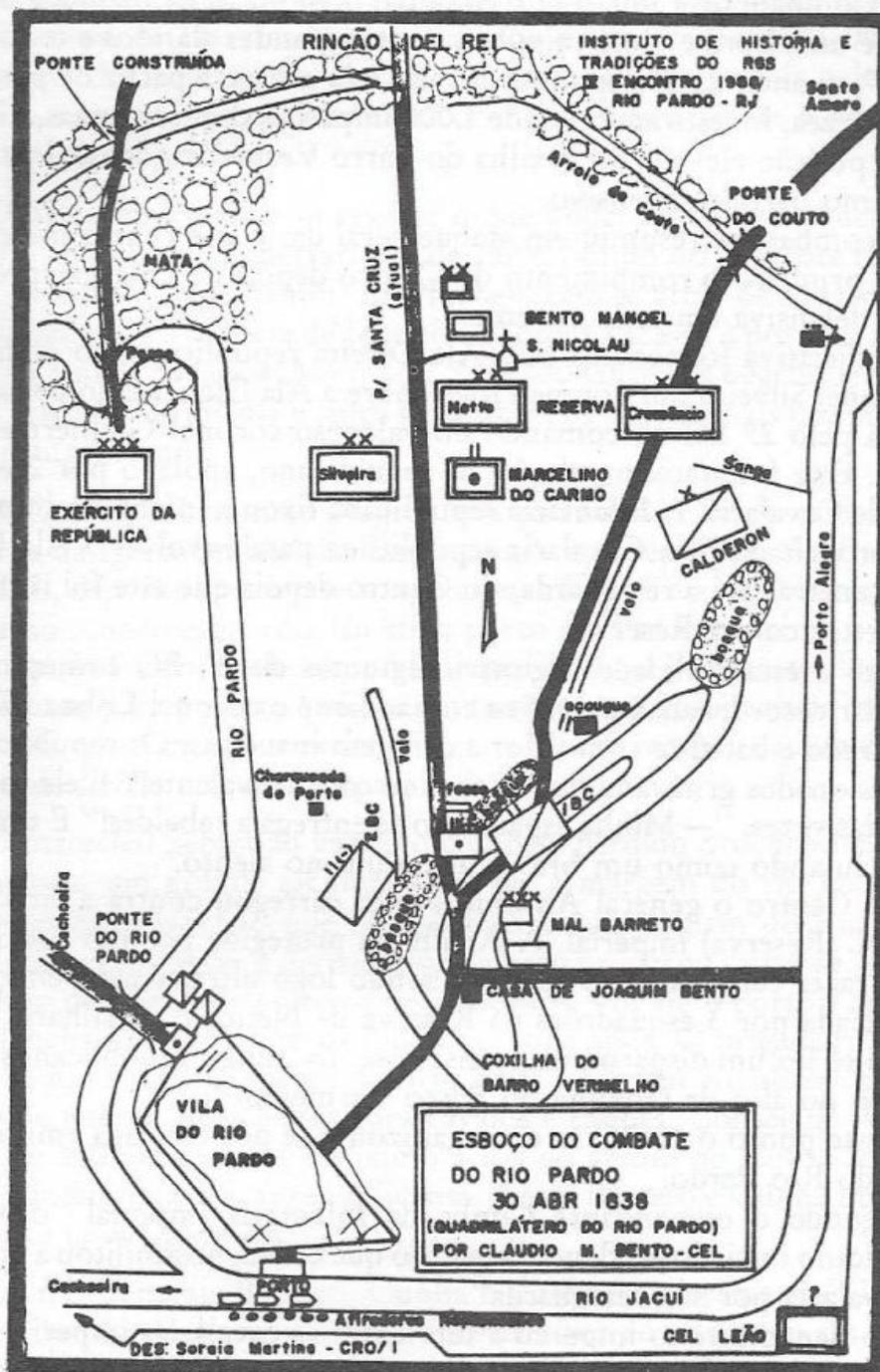
Desenvolvimento do Combate

O Combate teve início por volta das 5:40 horas da manhã e durou cerca de uma hora e vinte minutos, "**entre grandes alaridos e toques de clarim**", quando 2.800 republicanos das três armas, a partir de posições numa várzea, investiram cerca de 1.000 imperiais das três armas, dispostos em posição elevada na coxilha do Barro Vermelho, da qual tiraram o máximo partido defensivo.

O combate se resumiu em ataque geral das alas e centro imperiais. Houve primeiro o rompimento do **Centro** depois de uma inexpressiva reação defensiva em toda a frente.

A iniciativa foi tomada pela **Ala Direita** republicana, ao comando do coronel Silveira que rompeu fogo sobre a **Ala Esquerda imperial**, defendida pelo 2º BC ao comando do valoroso coronel Guilherme José Lisboa. Este foi atacado pelo 1º BI republicano, apoiado por 2 esquadrões de Cavalaria. A Infantaria republicana fixou a Infantaria Imperial, fato aproveitado pela Cavalaria republicana para envolver a **Ala Imperial** e penetrar até a retaguarda, do **Centro** depois que este foi rompido por Netto, com a **Reserva**.

Face a esta realidade, alguns integrantes do 2º BC começaram a debandar desordenadamente. Seu comandante o coronel Lisboa formou o quadrado e bateu-se com valor e coragem inauditas. Os republicanos, impressionados gritavam-lhe: "**Rende-te coronel valente!**" E ele respondia várias vezes: "**— Minha espada não se entrega a rebeldes!**" E tombou morto lutando como um bravo, até o último alento.



No Centro o general Antônio Netto carregou contra a Artilharia e 1º BC (Reserva) imperial. A Artilharia protegida por um fosso conseguiu fazer cerca de 4 a 5 disparos sendo logo ultrapassada, envolvida e silenciada por 3 esquadrões da Reserva de Netto. A Artilharia republicana só fez um disparo pois se insistisse iria atingir republicanos combatendo no alto da Coxilha do Barro Vermelho.

Neste ponto o 1º BC se desorganizou e se pôs em fuga em direção a vila do Rio Pardo. Segundo o comandante Cunha da Infantaria imperial **"o ataque republicano iniciado no flanco esquerdo que cedeu, possibilitou a entrada da Cavalaria por sua retaguarda"**.

No flanco direito imperial a luta entre as cavalarias imperiais e republicanas foi mais difícil e demorada. O ataque republicano sofreu um atraso de uns 6 ou 7 minutos, por ter que desfilarem ao longo de uma sanga cuja travessia devia ser feita quase a nado.

Enquanto a Divisão Crescêncio **desviava a sanga**, Canabarro mandou dois meios esquadrões de "**gente muito boa**" para a guerra. Eles deram uma descarga de clavinote nos imperiais de Calderon. Foi nesta ocasião que o Esquadrão do Corpo de Lanceiros, de Teixeira Nunes os atacou de flanco. E deu-se disputado entrevero. A Cavalaria foi atacada a espada pela retaguarda pelo major Ribeiro e sua gente e pelo tenente-coronel Teixeira Nunes a lança, com seus lanceiros, pelo flanco.

O brigadeiro Calderon resistiu o que pôde. Deu três ataques sendo que o último para desaferrar. Ao deixar o campo do combate teve que abrir caminho combatendo. Entrincheiraram-se atrás de uma porteira entre o sobrado e a olaria de Joaquim Bento. O acesso à porteira possuía valas de ambos os lados. Assim, cerca de 400 lanceiros negros bem montados, armados de pistola e lança investiram os 60 imperiais fazendo fogo e os neutralizaram.

O Corpo de Lanceiros Negros avançou até Rio Pardo onde entrou pela rua da Igreja Senhor dos Passos, onde está sepultado Andrade Neves. Dali, depois de reunir-se ao seu comandante Teixeira Nunes, ferido a bala no ombro esquerdo, foi até o porto rio Pardo próximo a confluência do rio Pardo, onde não pôde impedir a fuga de Barreto. Do porto marcharam para a ponte que conquistam, onde 2 companhias imperiais do 2º BC resistiam bravamente. Teixeira Nunes recebeu ordem de Crescêncio de investir aquela tropa e o fez.

O marechal Sebastião vendo o combate perdido procurou salvar-se. Atravessou um grande fachinal e foi ter à margem do rio Jacuí onde penetrou num lanchão que com outros barcos fugiam do Rio Pardo. Calderon ao conhecer a derrota por Barreto procurou salvar-se, abrindo caminho combatendo entre os republicanos. Foi até o porto e apanhou uma lancha na qual Barreto embarcou, logo após. O brigadeiro Cunha percebendo a derrota foi até o porto onde fez largar rio abaixo três lanchões de guerra, duas balsas para cavalos e canoas. Conseguiu recolher cerca de 100 extraviados. Próximo à foz do arroio do Couto foi bombardeado por duas peças republicanas. Antes Barreto e Cunha buscaram proteção com Calderon.

Os três generais Barreto, Cunha e Calderon viajaram até Triunfo. Dali, a bordo do barco de guerra **Leopoldina** ao comando do capitão Guilherme Parker, chegaram constrangidos a Porto Alegre onde, depois, foram submetidos a Conselho de Guerra e absolvidos.

Perdas Imperiais

Segundo Alfredo Varela, o general Antônio Netto mencionou que os imperiais tiveram 370 mortos e 800 presos, inclusive feridos, o que dá um total de 1.170 imperiais para um efetivo em Rio Pardo de 1.546. E provável que a realidade se aproxime desta cifra e que somente 376 conseguiram evadir-se do Quadrilátero do Rio Pardo e poucos nos navios de guerra surtos no porto do Rio Pardo.

Tristão de Araripe por seu turno, em 1881, mencionou como mortos 2 coronéis, 5 alferes e 60 praças e como prisioneiros 300 oficiais e mais 100 praças.

Netto referiu também especificando que morreram em combate 370 imperiais dos quais 1 coronel (Lisboa), 3 majores e 20 subalternos e que se apresentaram presos 1 coronel, 1 tenente-coronel, 2 majores, 58 oficiais subalternos e mais de 800 soldados.

Embora conflitantes, pelas circunstâncias do combate vitorioso travado numa região onde a única possibilidade de retirada era embarcada, as perdas imperiais se explicam em número elevado, em cerca de 75%.

Caíram em poder dos republicanos 8 peças de Artilharia, 1.000 armas de Infantaria, 8.000 cartuchos carregados e uma banda de música chefiada pelo Maestro negro Mendanha, futuro autor do Hino Farroupilha.

Os republicanos sofreram 200 baixas, sendo 17 mortos, das quais 1 capitão e 2 soldados.

Esta vitória deu um grande alento moral aos republicanos que submeteram Porto Alegre ao 3º e último sítio, de 15 de junho de 1838 a 8 de dezembro de 1840.

O marechal Barreto, antigo comandante da 2º DI, em Passo do Rosário, teve aí o seu Waterloo. O bravo defensor de Porto Alegre brigadeiro Cunha irá encontrar a morte no combate de Santa Vitória, no ano seguinte, bem como o brigadeiro Calderon de um ataque apoplético em reconhecimento na margem do Jacuí.

Brilharia a estrela do major José Joaquim Andrade Neves em nossas lutas externas contra Oribe e Rosas 1851-52 e contra o Paraguai, quando consagrou-se com um dos grandes astros de todos os tempos da Cavalaria Brasileira.

Os soldados imperiais presos no Rio Pardo eram em maioria paulistas. Libertados pela República voltaram para São Paulo via terrestre Vacaria-Lajes-Sorocaba. Mais tarde paulistas integraram divisões ao comando do brigadeiro Xavier da Cunha e depois de Labatut contra a República Rio-Grandense.

A Arte Militar farrapa no combate do Rio Pardo

No combate do Rio Pardo os republicanos assim observavam os ***Princípios de Guerra***.

Objetivo: Foi marcado com o objetivo, ataques simultâneos das alas imperiais, com envolvimento respectivo, acompanhados de uma penetração no Centro. Esta foi conseguida de modo pioneiro, rápido e eficaz com o emprego de Reserva.

Surpresa: Não foi caracterizada significativamente, a não ser antes do combate, quando os republicanos se infiltraram no Rincão dei Rey sem serem percebidos e na primeira oportunidade cortaram a retirada terrestre imperial para Santo Amaro, via ponte do Couto. Não houve a surpresa que Alencar Araripe assim referiu em 1881: "***Atacam inesperadamente o Rio Pardo do qual se apoderaram após mortífero combate.***"

Ofensiva: Pode ser caracterizada pela conquista e manutenção da iniciativa das ações pelos republicanos, até imporem, de modo relâmpago, sua vontade ao adversário. Atacam em toda a frente e sempre. Foram ao encontro dos imperiais coxilha do Barro Vermelho acima, sendo que contra a Infantaria e Artilharia lançaram Infantaria mais Cavalaria. Atacam sempre a clavinate, a espada e a lança. O número de 370 imperiais mortos atesta o espírito ofensivo dos republicanos bem como a desorganização geral que promoveram no dispositivo imperial que ruiu logo ao primeiro embate.

Manobra: Através de movimentos rápidos, seguros e coordenados os republicanos colocaram seus meios em posição vantajosa em relação aos imperiais. Para apoio do movimento de penetração no Quadrilátero, construíram até uma ponte. Conseguiram em pouco tempo inverter a situação privilegiada imperial que se postou em terreno dominante e favorável à Infantaria, a primeira vista inexpugnável. O que caracterizou a manobra foi a simultaneidade dos ataques de desbordamento das alas com a ruptura inicial do centro, a carga da Reserva, a base de Cavalaria. Outro momento foi quando Canabarro lançou a tropa de Encruzilhada sobre a Cavalaria imperial, assegurando ao Corpo de Lanceiros ganhos de tempo para desviar de uma ***Sanga***, a nado, para em seguida, lançar-se sobre o flanco adversário.

Caracteriza também a manobra a judiciosa combinação de Armas Cavalaria-Infantaria, na Ala Direita e Centro republicano.

Massa: Consistiu em os imperiais serem mais fortes nos pontos decisivos na Ala Direita Imperial, a base de Cavalaria e no Centro, com apoio da Reserva. Sobre a Ala foi lançada a Divisão de Crescêncio integrada por unidade de escol, afeitas às ações de choque, inclusive, comandadas por Canabarro, Teixeira Nunes e Amaral. Enfim, 1º Divisão integrada pelos legendários e experimentados Crescêncio, Canabarro, Teixeira Nunes e Amaral que por si caracterizam o princípio da ***Massa***.

Economia de Meios: Consistiu na distribuição judiciosa e compatível dos meios disponíveis entre as ***Ações Principal*** (Ala Esquerda), e ações ***Secundárias*** (Centro e Ala

Direita) e a **Reserva** que foi decisiva para apressar a vitória. **A Ação Principal** foram dados meios suficientes sob a liderança de chefes de grande valor e experimentados (Canabarro, Crescêncio, Teixeira Nunes e Amaral). As ações secundárias receberam meios compatíveis, com dosagem adequada de Cavalaria mais Infantaria.

Segurança: Caracterizada pelos ataques da Esquerda e Centro Imperial terem sido executados com apoio e Infantaria, por terem de enfrentar Infantaria em posição defensiva, em terreno dominante.

Outra preocupação de Segurança foi o atacar-se na direção contrária à da única possibilidade de retraimento terrestre, em caso de insucesso. Ou seja, pela ponte do Couto.

A maior caracterização da Segurança foi constituir-se Reserva compatível, a base de Cavalaria, que lançada em momento propício acelerou a vitória. Constituiu Segurança pelas informações e reconhecimento que os republicanos fizeram no dispositivo imperial, no Barro Vermelho.

Simplicidade: Conclui-se que a manobra foi simples e transmitida aos executantes com clareza. Cada divisão fez a sua parte com eficiência e eficácia. Foi um ataque em cada ala concomitante com um ataque decisivo no **Centro imperial**, com a **Reserva** republicana.

Conclui-se que os executantes entenderam bem as ordens. Viu-se com frequência o uso do clarim para ordenar ataques.

Unidade de Comando: Toda a operação subordinou-se a Bento Manuel. A execução da mesma foi descentralizada.

A Manobra republicana e os seus elementos: A Manobra que culminou com a estrondosa vitória do Rio Pardo foi uma manobra **ofensiva do tipo central**, na modalidade **Penetração**, seguido de **duplo desbordamento** das alas.

As direções do ataque foram **divergentes** e a sua amplitude **tática**.



Comemoração do sesquicentenário do combate do Rio Pardo em 30 de abril de 1988, pelo Instituto de História e Tradições do RGS, junto a monumento àquele evento e no local onde teve lugar. Na foto, da direita para a esquerda, os historiadores general Morivalde Calvet Fagundes, coronel PM Luiz da Silveira, Marilda S. Felix, coronel Claudio Moreira Bento e Humberto Castro Fossa (Foto: Arquivo Histórico do Exército).

Lamentavelmente a foto digitalizada não esta nítida .E já faleceram os destacados companheiros General Calvet, Cel da Brigada Militar Silveira e Humberto Castro Fossa de Encruzilha e todos

membros destacado do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Neste fundaríamos em Canguçu em 13 de setembro a Academia Canguçuense de História. Marilda Feliz dirigia entidade cultural de Cachoeira do Sul e nos convidou para proferir palestra na Câmara de Vereadores sobre a Abolição .

CONCLUSÕES

Ao elaborarmos o presente ensaio tivemos em mente o precioso conceito do marechal Ferdinando Foch, da França, que conduziu, como generalíssimo, as tropas aliadas à vitória na 1ª Guerra Mundial e entre elas uma vintena de bravos oficiais brasileiros que combateram no Exército da França.¹ Pensava ele::

"Para sustentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar."

Terminada a 1ª Guerra Mundial os oficiais brasileiros que nela haviam combatido no Exército da França, para atualização doutrinária basicamente e, mais os oficiais franceses contratados para integrarem a Missão Militar Francesa em nosso Exército (1920-39), transmitiram a seguinte e muito sadia orientação aos oficiais brasileiros seus alunos, como resposta ao pedido que se lhes ensinassem táticas e estratégias sul-americanas ou brasileiras:

"As bases das táticas e estratégias que vocês desejam aprender estão embutidas na História Militar das várias campanhas militares sul-americanas, bem como nas condicionantes da Geografia Militar Sul-Americana. Querem dominá-las, estudem criticamente as campanhas militares sul-americanas do passado e em especial as do Brasil, bem como a Geografia Militar Sul-Americana e, em especial, a do Brasil. O que vocês nos pedem está embutido nelas e podem ser isoladas mediante o estudo crítico militar, com apoio na História Militar."

E foi assim que muitos chefes brasileiros arregaçaram as mangas e foram à luta em busca dos fundamentos da **Arte Militar Brasileira**, que informa quase 5 séculos de História Militar do Brasil, assinalados por lutas internas e externas predominantemente vitoriosas e responsáveis, em grande parte, pela configuração, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais que não foi obra de um milagre. E aí ressaltou-se o domínio da estratégia do fraco contra o forte — **a guerra de guerrilhas**, responsável pela integridade do Brasil nas guerras holandesas e chamada na Europa de **Guerra Brasileira**, responsável pela definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul na guerra da Restauração do Rio Grande do Sul em 1774-77 e conhecida **como a guerra à gaúcha** que se manifestou forte na Revolução Farroupilha, bem como, adaptada às realidades da Amazônia, pelo gaúcho Plácido de Castro, que a livrou da influência alienígena, tentada pelo **Bolivian Syndicate**, para não falarmos nas **guerrilhas fluviais** capitaneadas pelo capitão Pedro Teixeira que varreram, da foz e baixo Amazonas, tentativas estrangeiras de ali se fixarem no século 17, além de conquistá-la para Portugal no período da União das Coroas.1580/1640.

Enfim, grande parte das dimensões continentais do Brasil e da manutenção de sua Integridade se deve **à estratégia do fraco contra o forte**, à guerra de guerrilhas e conduzida em grande parte sob a inspiração deste pensamento militar português, tão bem interpretado pelo historiador militar brasileiro, além de seu maior geógrafo militar — general Francisco de Paula Cidade:

"Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios."

Com apoio no conselho dos franceses, muitos chefes voltaram-se para o estudo crítico do passado militar brasileiro, em busca de subsídios para uma Doutrina Militar Brasileira. Confirmar isto é tarefa de simples verificação dos editoriais da Bibliex, artigos das revistas militares e, inclusive, da Revista do Clube Militar.

Entre os estudiosos se assinalaram: Tasso Fragoso, Estevão Leitão de Carvalho, Genserico Vasconcelos, Jonathas Rego Monteiro, J.B. Magalhães, Paula Cidade, Castelo Branco, Tristão de Alencar Araripe etc.

Estamos convencidos de que o caminho a ser percorrido ainda é este. Que o trabalho a realizar é enorme e os operários a realizarem esta tarefa cada vez são mais poucos e com menos ainda, estímulo, e compreensão que os citados chefes dispuseram. Está faltando algo para a retomada animada destes assuntos. Aqui fica a observação ao estadista militar, brasileiro!

Estamos convictos, por estudos levados a efeito na Academia Militar das Agulhas Negras da História Militar das grandes potências e grandes nações, que o destino do Brasil, como grande nação ou potência, passa obrigatoriamente pelo de grande nação ou potência militar, convicção que o Barão do Rio Branco, **o Chanceler da Paz**, já possuía no início deste século, e fez tudo ao seu alcance para tal.²

A condição de grande nação ou potência militar para fins de Defesa, no caso do Brasil, exigem doutrinas militares genuínas, no duplo aspecto de Ciência Militar relacionada com Tecnologia e o de Arte Militar relacionada com Princípios de Guerra, Fator Militar e outros elementos que a caracterizam e que têm sido dominados em alto grau pelos grandes capitães da História, onde incluo, por convicção profissional, o Duque de Caxias.

A Ciência Militar pode ser buscada expressivamente fora. Mas a Arte Militar Brasileira está embutida na sua História Militar de quase 5 séculos predominantemente vitoriosa. Daí ela deve ser isolada e resgatada pela crítica histórica militar, para subsidiar o desenvolvimento da Doutrina Militar do Brasil com progressivos índices de nacionalização e visando à Defesa ou à dissuasão de agressões, para o que a sua experiência histórica em guerrilhas contra o invasor ou agressor deve ser bem considerada.

Este foi o sonho de Caxias, de Floriano Peixoto, de Hermes da Fonseca, de Castelo Branco e de tantos outros, ao invés de simplesmente adotar-se, por inteiro, o Corpo de Doutrina Militar que nos preste assistência militar, sem saber-se como se chegou a ele.

Sabemos que esta é uma obra gigantesca. Uma obra para gerações conjuntas de chefes, planejadores, pesquisadores, arquivistas, bibliotecários, documentalistas, informatas e historiadores militares restauradores de fatos militares a serem analisados por historiadores militares críticos, com vivência profissional militar. Isto tem de ficar bem claro, é fruto de experiência adquirida.

O que procuramos fornecer fundamentalmente em ***O Exército Farrapo e os seus chefes, foi um grande número de informações de interesse militar reais, para o profissional militar do nosso Exército ajudar "a alimentar o cérebro da instituição na paz para melhor prepará-lo para uma eventualidade indesejada de uma guerra", mas que poderá ser inevitável.***

Maiores considerações sobre o assunto buscar em nosso ensaio: ***Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro (Brasília, EME-EGGCF, 1978)***. Este trabalho poderá orientar o leitor interessado em retirar da História do Exército Brasileiro o melhor em subsídios profissionais sugeridos pela mesma.

O presente ensaio se constituiu num dos mais importantes capítulos da História Militar do Brasil, que consagrou como pacificador, tático e estrategista consumado — o Patrono do Exército Brasileiro, e que ali teve a sua grande escola e laboratório militar para bem conduzir o Exército Brasileiro à vitória nas guerras contra Oribe e Rosas — 1851-52, e a da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Portanto é rico em meditações profissionais. ***E um precioso alimento para o cérebro do Exército Brasileiro. Praza a Deus que profissionais do Exército do presente tomem conhecimento dessas considerações e as desenvolvam e lembrando que é obrigação do profissional militar o estudo, a pesquisa e a divulgação da História Militar crítica com vistas a subsidiar a instrução e o desenvolvimento progressivo da Doutrina Militar Terrestre Brasileira. E s e assim praticarem não terei vivido em vão...***

NOTAS

1 — O Exército Brasileiro na 1ª Guerra Mundial. *A Defesa Nacional*, nº 752, Abr/Jun 1991, p. 145-146; 2 — Barão do Rio Branco — diplomata com alma de soldado. *Ombro a Ombro*, nº 37, junho de 1991, p. 7.

BIBLIOGRAFIA E HEMEROGRAFIA DO AUTOR SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA ate 1992

Contribuição antes do Sesquicentenário

1. O estaleiro farrapo em São Lourenço do Sul atual. *Diário Popular*, Pelotas, 24 de maio de 70.
2. John Criggs — O líder do lanchão farroupilha "Seival". *Jornal do Commercio*, Recife, 3 de junho de 70.
3. Um lanceiro farrapo (Teixeira Nunes). *Jornal do Commercio*. Recife, 4 de junho de 70.
4. "O gaúcho primitivo — origens". *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 de maio de 70.
5. "Os lanceiros negros farroupilhas e a Abolição". *Jornal do Commercio*. Recife, 10 de junho de 70 e *Diário de Pernambuco*, 20 de junho de 70.
6. Pernambuco e a Revolução Farroupilha. . Porto Alegre, 31 de julho de 70.
7. "Os lanceiros farroupilhas e a Abolição". *Itaytera*, Crato, 1970.
8. "A Bahia e a Revolução Farroupilha", *Diário de Notícias*, Salvador, 28,29 e 30 de agosto de 70. *Diário da Tarde*, Ilhéus, 1º e 19 de agosto de 70 e *Jequié*, 2 de novembro de 70 (focaliza a fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar e a razão do 2º rompimento do general Bento Manuel com a Revolução).
9. "Garibaldi o homem de ação de seu século". *Diário Popular*, Pelotas, 11 de novembro de 70.
10. *A Grande Festa dos Lanceiros*, Recife, UFPE, 1971 (focaliza Garibaldi, Anita Garibaldi, o norte-americano John Griggs, o coronel Joaquim Teixeira Nunes, os lanceiros negros e o lanchão farrapo "Seival" durante a Revolução Farroupilha na Expedição a Laguna-SC).
11. O Negro na Revolução Farroupilha. *Letras em Marcha*, nº 39 (atuação dos lanceiros negros farroupilhas).
12. Alagoas e a República Federativa do Brasil In: *Revista do Museu do Açúcar*, v. 1, nº 5, 1971. Recife, p. 22-28 (focaliza a ação do padre Antônio Caldas na Revolução Farroupilha).
13. *Símbolos do Rio Grande do Sul — subsídios para revisão — história tradicionalista e legal*. Recife, URFPE, 1971. (Aborda a figura de Bernardo Pires e seu possível relacionamento com os símbolos da República Rio-Grandense, adotados pelo Rio Grande em 1891.) Prefácio do Professor Vasconcelos Sobrinho. (Publicado no Diário Popular em 1970.)
14. *Tradição e Disciplina*. Fortaleza, UFCE, 1971 (plaqueta) (focaliza a ação de Antônio Sampaio, em Canguçu, depois da Revolução Farroupilha).
15. Canguçu na Revolução Farroupilha. *Diário Popular*, Pelotas, 2 e 9 de janeiro de 1972 (reconstituição com apoio nos ofícios e Ordens do Dia do Barão de Caxias).
16. "Tropeada cultural na Zona Sul". *Diário Popular*, Pelotas, 14, 19 e 26 de março de 1972.
17. Bagé e o Lanchão farroupilha "Seival". *Defesa Nacional*, mar./abr de 1972. .

18. Contribuição ao centenário de D. Pedrito (ex-distrito da Paz). **Defesa Nacional**, jan./fev. de 1977 (aborda a paz de Ponche Verde que pôs fim à Revolução).
19. A Cavalaria Rio-Grandense, segundo Caxias. **Diário Popular**, Pelotas, 22 de setembro de 1974. (Por ocasião da morte de Andrade Neves).
20. "Estrangeiros e descendentes na Revolução Farroupilha" In: **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre; IEL, 1975 (alemães, italianos, norte-americanos e franceses na Revolução). Focaliza a ação da Marinha no combate à Revolução e de São Leopoldo.
21. O Negro e a Revolução Farroupilha In: **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEL, 1975.**
22. O Mineiro que foi o cérebro civil e o maior estadista da República Rio-Grandense, Itajubá, EFEI, 1981; **O Sul de Minas**. Itajubá, 1981; *RIHGB*, nº 338, 1983 e **Voz de Diamantina** 27 de setembro de 1981 (início).
23. Zeca Netto — traços de seu perfil militar. **Tradição**. Porto Alegre, 1983. (Compara sua ação em Canguçu com a de seu tio Antônio Netto na Revolução Farroupilha.) Ver **Revista do Clube Militar**, jan./fev. 1984.
24. **Canguçu reencontro com a História**. Porto Alegre, IEL, 1983 (focaliza a comunidade na Revolução Farroupilha, com apoio nos Ofícios e Ordens do Dia do Marquês de Caxias, Memórias de Chico Pedro, Depoimentos do tenente Caldeira e Anais da AAHRGS).
25. "Município de Canguçu — gênese, formação, aspirações". **Diário Popular**, Pelotas, 17 de julho de 1983 (canguçuenses no combate do "Seival").

Contribuições ao Sesquicentenário

26. No caderno Especial de **O Diário Popular** de Pelotas de 20 de setembro de 1985 que coordenou e redigiu em grande parte sobre a Zona Sul na Revolução e seus heróis farrapos:
 - A estratégia na Revolução Farroupilha dos imperiais e dos republicanos;
 - A Revolução em Pelotas e São Lourenço;
 - A Revolução em Piratini e Pinheiro Machado;
 - Canguçu, a mais farroupilha das Cidades;
 - A Revolução em Jaguarão, Arroio Grande e Herval;
 - São José do Norte, Mostardas e Estreito no movimento armado;
 - Bagé era pequena, mas ganhou importância;
 - Caxias e Bento Gonçalves na Pacificação;
 - General Antônio de Souza Netto e Rio Grande;
 - Coronel José Mariano de Mattos — fortificador do arroio Pelotas;
 - Coronel Joaquim Teixeira Nunes e Canguçu;
 - Coronel Manoel Lucas de Oliveira e Piratini;
 - Coronel Domingos Crescêncio de Carvalho e Jaguarão;
 - Major Bernard Pires, o simbolista farrapo e Herval do Sul;
 - Tenente Manoel Alves da Silva Caldeira, o cronista farrapo e Pedro Osório.
27. No **Jornal da Manhã** de Pelotas:
 - Tenente Manoel Alves da Silva Caldeira, 4 de agosto de 1985;
 - Major Bernardo Pires, 11 de agosto de 1985;
 - Mineiros na Revolução Farroupilha, 25 de agosto de 1985;
 - A Marinha de Guerra homenageia Piratini, 1º de setembro de 1985;
 - Mineiros na Revolução Farroupilha foi publicado no **O Sul de Minas**. Itajubá, setembro de 1985.
28. No **O Jornal** de São Gabriel — Caderno especial de 20 de setembro de 1985.

- General João Antônio da Silveira.
29. No **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 22 de setembro de 1985.
— Brigadeiro José Gomes Portinho, filho de Cachoeira.
30. Nos **Folha Popular** de 19, 20, 22, 24, 25, 26 e 27 de setembro de 1985 e no jornal **A Platéia** de 1º, 11 e 19 de setembro de 1985, ambos de Santana do Livramento e por interesse de Ivo Caggiani.
— General David Canabarro.
31. No **Diário Popular** de Pelotas de 10 e 17 de novembro de 1985.
— General Bento Gonçalves da Silva.
32. Comunicação ao IHGB sobre o Sesquicentenário no RGS — **Diário Popular**. Pelotas, 14, 15 e 16 de janeiro de 1986.
33. Sesquicentenário do combate do "Seival" — O berço da República. **Diário Popular**, Pelotas, 10 de setembro de 1986 (reconstituição detalhada e ampla com ilustrações do combate e de seu vencedor, o general Netto); **A Defesa Nacional**, nº 726, jul./ago. de 1986 (ampla e detalhada abordagem).
34. Sesquicentenário da instalação da República Rio-Grandense em Piratini em 6 de novembro de 1986. **Diário Popular**, Pelotas, 6 de novembro de 1986 (ampla reportagem histórica evocativa ilustrada).
35. Caxias, pioneiro abolicionista. *Revista do Exército*, nº 126, jul./ago. de 1988; *Diário Popular*, Pelotas, 12 de junho de 1988; *RIHG Mato Grosso*, nº 131/1", 1989; *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de junho de 1988 e *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1988 e outros locais.
36. O Exército e a Abolição. **DO Leitura**, São Paulo, 7/73 junho de 1988; **RIHG Mato Grosso**, 131/12", 1988; **Diário Popular**, Pelotas, 14 de junho de 1988; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1988; **A Defesa Nacional**, 743, mai./jun. de 1988 e **Revista Continência do Clube de Sub Ten e Sgt-Rio**, outubro de 1988 (focaliza o pioneirismo abolicionista de Caxias em Ponche Verde em 1º de março de 1845).
37. O Duque de Caxias e a manipulação da História. **Revista do Exército** 127(4) 1990 out.dez; **Folha Popular**, Santana do Livramento, 25 de agosto de 1990. (Aborda a falsa acusação de conluio Caxias x Canabarro na derrota farrapa de Cerro dos Porongos, por Chico Pedro que em suas **Memórias** nada fala, quando poderia fazê-lo.)
38. Análise do livro "A Revolução Farroupilha do General Calvet Fagundes" **Revista do Clube Militar**, 1984, jul./ago. e **Correio da Manhã**. Pelotas, 1984.
39. Revolução Farroupilha... **A Defesa Nacional**, nº 723, jan./fev. de 1986, p. 93ss.
40. O combate do Rio Pardo. **A Defesa Nacional**, nº 740, jan./mar. 1988.
41. O general Augusto Tasso Fragoso. **A Defesa Nacional** nº 750, out./dez. de 1990 (comenta apreciações desse autor sobre a Revolução Farroupilha).
42. A Revolução Farroupilha no seu sesquicentenário. **RIHGB**, nº 348, 1985. (Focaliza obras publicadas no sesquicentenário com uma interpretação didática do seu desenvolvimento.)
43. Bibliografia da Revolução Farroupilha. **RIHGB**, nº348, 1985 (pequeno instrumento de trabalho em que relaciona as fontes da História da Revolução).
44. **Porto Alegre — Memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias**. Brasília, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1989. (Reconstitui a memória dos sítios farrapos de Porto Alegre, à luz de mapa que integra diversas cartas de Porto Alegre, cuja evolução mostra desde que foi Porto dos Casais. Traça pela

primeira vez o perfil biográfico do coronel Francisco Pedro de Abreu, o futuro Barão do Jacuí, que teve ação relevante na proteção de Porto Alegre.)

Os trabalhos citados traduzem a divulgação pelo autor da Revolução Farroupilha, fora do Rio Grande do Sul, no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, além de publicações nacionais como O Estado de São Paulo, A Defesa Nacional, Revista do Exército, Revista do Clube Militar, DO Leitura e Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo que a última circula nas principais entidades de estudos de História do mundo Ocidental e é a mais antiga da América do Sul.

FONTES CONSULTADAS

CONVENÇÕES

AAHRGS	- Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ACANDHIS	Academia Canguçuense de História
ALERGS	- Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul
BIBLIEX	- Biblioteca do Exército
DN	- Revista A Defesa Nacional
EDUCS	- Editora da Universidade de Caxias do Sul
EME -	-Estado-Maior do Exército
EST	- Escola Superior de Teologia
FAHIMTB	Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil
GN	- Guarda Nacional
IHTRGS	Instituto de História e Tradições do RGS
IEL	- Instituto Estadual do Livro
RDHB-FURG	- Revista do Departamento de História e Biblioteconomia da FURG — Rio Grande
RIHGB	- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGRGS	- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
RMJUAHRS	- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do RGS
RPSP	- Revista Província de São Pedro
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rev. Far.	- Revolução Farroupilha

LISTA FONTES

- 1 — ABOU, Gastão José da Silva. **A Margem da História — Coronel Juca Ourives. Itapuca.** Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1947.
- 2 — IDEM. índice dos ofícios do general João Paulo dos Santos Barreto na Rev. Far. (Arquivo do Exército).
- 3 — ABREU, Florêncio. **A Constituinte e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense.** *RIHGRGS*, 1921, n.º 3.

- 4 - ABREU, Francisco Pedro. Memórias: **RIHGRGS**, 1921.
- 5 — IDEM. Ainda o ataque de Porongos. **RIHGRGS**, 1928, n° 29-30, pág. 45.
- 6 — ABREU, Pedro Brusque In: **ALERGS**. 1900 e 1906.— Moringue, a verdadeira origem deste nome (1900) e Francisco Pedro de Abreu, 1906.
- 7 — A DEFESA NACIONAL. A propósito da Pacificação e do papel de Caxias. XXXI p. 281.
- 8 — ALENCASTRE, Álvaro Otávio. Caxias e os Generais de 35. **RIHGRGS**, 1935, n° 17-18, p. 5-57.
- 9 - ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DOS RGS(1889-1917) —**ALERGS**, 1898, 1899, 1900 e 1902. Antônio Gonçalves Chaves (1898); Antônio Netto (1899); Pobreza de Bento (1899); José Alves Valença (1900); Caetano Gonçalves (1902); Coronel F.P. do Amaral, Francisco do Amaral (1902).
- 10 — ALMEIDA, David. **O Município de Piratini**. Pelotas, 1969.
- 11— ALMEIDA, Antônio Rocha. *Marques de Souza e a Rev. Far.* **DN**, n° 419, abril, p. 147/148.
- 12- ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS. Palegre, 1981,8 v. (Material valiosíssimo responsável por grande impulso às pesquisas do Sesquicentenário e iniciativa do coronel Moacyr Domingues quando diretor.)
- 13- ANAIS DO 2º CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Palegre, Liv. Globo, 1937. 3 v.
- 14 _ ANDRÉA, José. **O Marechal Andréa**. Rio, Bibliex, 1977.
- 15 _ ANTUNES DE PARANHOS et alli. **Conde de Porto Alegre**, Rio, Bibliex, 1952.
- 16— IDEM. O Combate do Rio Pardo. 30 de agosto de 1838, **RIHGRGS**, 1936, n° 64, p. 254.
- 17— ARANHA, Osvaldo. A Rev. Far. e a Unidade Nacional **RPSP**, N° 5, junho de 1946.
- 18— ARARIPE, Tristão Alencar. Guerra Civil no Rio Grande do Sul. **RIHGB**, tomo 43, 1880.
- 19 — ASSIS BRASIL. J.F. **História da Revolução Rio-Grandense**. São Paulo, 1887.
- 20— AZAMBUJA, Darci Pereira. Parecer sobre a História da Grande Revolução de Alfredo Varela. **RIHGRGS**, 1934, n° 56, pág. 67.
- 21— AZAMBUJA, João Patrício de. Morte do Cel Antônio Corte Real. **ALERGS**, 1902.
- 22— BAKOS, Margaret M. A Escravidão Negra e os *farroupilhas*In:**Revolução Farroupilha História e Interpretação**. Palegre, Mercado Aberto, 1985, p. 79-96.
- 23 - BARÃO DO RIO BRANCO. Efemérides Rev. Far. **RIHGRGS**, 1945, n.º 95, p. 19.
- 24 - BARCELLOS, Maria Cecília M. et; VERGARA, Maria Elizabeth Duarte de. Alguns dados biográficos e principais obras de Alfredo Ferreira Rodrigues. **RDBH-FURG**, v. 4 jan./dez. 1983 (ISS/N0101-045-X) p. 9-45.
- 25- BELÉM, João. Os Alves Valença - crônica. **RIHGRGS**, 1944, N° 53, p. 32.
- 26— BERLINCK, Eudoro. B. Três capítulos de uma biografia perdida do Duque de Caxias. **RIHGRGS**, 1928, n? 2.230, p. 165.
- 27— BERNARDI, Mansueto. O pensamento religioso dos Farrapos. **RIHGRGS**. 1927, n? 28, p. 259.
- 28 — IDEM. O sacrifício do marinheiro farrapo Tobias da Silva. **RIHGRGS**. 1918, n? 32, p. 591.
- 29 - BOLETIM MENSAL DO EME - Revolução Farroupilha. Editorial, setembro 1913.
- 30—BRAGA, Antônio Rodrigues Fernandes. Correspondência oficial com o Presidente da Província. **RIHGRGS**, 1929, n.º 33-34, p. 137.

- 31- BRITO, Francisco Sá (1808-1875). Memórias sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835. **RIHGRGS** 1926, n°s 21-22, p. 163 (foi ex-ministro e deputado provincial ligado a Alegrete).
- 32— GAGGIANI, Ivo. Sant'Anna do Livramento — 150 anos de História. Santana, ASPES, 1983 p. 75-88 (Canabarro), p. 39-44 (Revolução Farroupilha).
- 33 — CALDEIRA, Manoel Alves da Silva. Apontamentos sobre a Revolução Farroupilha. **RIHGRGS**, n° 27, 1927.
- 34 - IDEM. Correspondência **AAHRGS**, v. 5, 1981, p. 331-402 (depoimento como Veterano).
- 35 — CALLAGE, Fernando. A Revolução dos Farrapos e os Anais da Assembléia. **RIHGRGS**. 1934, n° 56, p. 175.
- 36 — CALMON, Pedro. Miguel Calmon — uma grande vida. Rio, INL, 1984 (ver Alice Porciúncula).
- 37— IDEM. Como Bento Gonçalves fugiu do Forte do Mar na Bahia. A NOITE, Rio de Janeiro, 03 de abril de 1937.
- 38 IDEM — **História do Brasil**. Rio, Ed. José Olímpio, 1956, 7 v.
- 39 — CAMPOS, Carlos Augusto, general. 20 de setembro de 1835. **Boletim Mensal do EME**, outubro de 1914, p. 312.
- 40— CASSOL et ABRÃO. Caçapava — capital Farroupilha, Palegre. Martins L/E, 1985.
- 41 - CAXIAS, Barão de. **Ofícios 1842-45**. Rio, Imprensa Militar, 1950.
- 42 — IDEM. Ordens do Dia 1842-45. Rio, Imprensa Nacional, 1943.
- 43 - IDEM. Documentos seu Governo - ano 1844. **RIHGRGS**. 1914, N° 56, p. 128.
- 44— CÉZAR, Guilhermino. História da Literatura RGS. Palegre. Ed. Globo, 1971, 2ed.
- 45— COLIM, Flávio et RUAS, Tabajara. Guerra dos Farrapos. Versão em História em Quadrinhos — excelente sob o patrocínio da Refinaria Ypiranga — Rio Grande-RS, 1985. (Ilustração de COLIM e texto de RUAS, aliás excelente interpretação que bate com a verdade.)
- 46- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE. Projeto. **RIHGRGS**, 1921, n°s 3-4, p. 340.
- 47— CORREIA NETO, Jonas. **Barão do Triunfo — Bravo entre os bravos**. Rio, Secretaria Geral do Exército, 1970.
- 48— CUNHA, José Severino. Combates Cerro da Palma, São José do Norte e da Conceição. **ALERGS**, 1904, 1905 e 1906.
- 49— CUNHA, Juvêncio Cardoso. Antônio Vicente da Fontoura —oração fúnebre. **RIHGRGS**, 1928, n° 32, pág. 553.
- 50- DUARTE, Eduardo. Artigos na **RIHGRGS** sobre Rev. Fan
- Joaquim Gonçalves da Silva — Arquivo. 1926, n°s 21-22, p. 69.
 - Os canhões de Garibaldi, 1927, n° 27, p. 463.
 - Centenário da Navegação a vapor no RGS, 1932, n° 41, p. 293.
 - Retrato de Bento Manuel Ribeiro, 1925, n°s 17-18, p. 3.
 - Ofícios de Bento Manuel ao Barão de Caxias, 1925, n°s 17-18, 13 e 20, p. 5-57.
 - Poetas da Revolução Farroupilha. 1931, n°s 43-44, pág. 187.
 - Os primórdios da Rev. Farroupilha. 1932, n° 48.
 - Garibaldi, Rossetti e Zambeccari. 1932, n° 46, p. 279.
- 51 — DUARTE, Manoel de Souza. "O Menino Diabo" (Antônio Joaquim de Almeida) **RIHGRGS**, 1942, n° 86, pág. 297.
- 52 — DUVAL, Paulo. Apontamentos sobre o teatro no RGS. **RIHGRGS**, n° 97, pág. 37 (inclui Tetro 7 de abril de 1834 - Pelotas).
- 53 — IDEM. A Barca de Vapor "Liberal". **Anais IV Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geogr.**. Palegre, Ed. Globo, 1945.

- 54 — IDEM. A Barca a Vapor "Liberal" e o Almirante Joaquim R. De Lamare, **Diário Popular**, 10 de julho de 1970 (Pelotas).
- 55 — ESTADO-MAIOR DO EXERCITO **História do Exército Brasileiro**, Rio, Sergraf IBGE, 1972, 3 v.
- 56 — FABRÍCIO, José de Araújo, tenente-coronel. Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro. **RMJCAHRGS**, nº 1, janeiro de 1952, p. 7-56.
- 57 — FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Palegre, Caxias do Sul, EDUC - EST - MARTIN, 1984.
- 58— IDEM. **A Maçonaria e as forças secretas da Revolução**. Rio, 1966.
- 59— IDEM. **Revelações da Maçonaria no RGS** (Comunicação ao IHGB,1985).
- 60 - FERREIRA FILHO, **História Geral do RGS**. Palegre, Liv. Globo,1978, 5ª ed.
- 61 — IDEM. General João Antônio da Silveira **In: Revoluções e Caudilhos**. Passo Fundo, s/d.
- 62 — FIGUEIREDO, Osório Santana. **São Gabriel desde o princípio**.São Gabriel, 1984.
- 63— IDEM. **A Revolução Farroupilha em São Gabriel**. São Gabriel, 1985.
- 64— FLORES, Moacyr. A Cavalaria Farroupilha, **Correio do Povo**,Porto Alegre, 30 de outubro de 1971 (Caderno de sábado).
- 65— IDEM. **Revolução Farroupilha**. Palegre, Martim L/E, 1985.
- 66— IDEM. Notas para a História da Revolução. Palegre, PUC, 1973.
- 67— IDEM. Rosset e a Revolução Far. **Anais PUC**, 1975.
- 68— IDEM. **Modelo político dos farrapos**. Palegre, Ed. Mercado Aberto,1978.
- 69— IDEM. Os farroupilhas e a escravatura. **Correio do Povo**. Palegre, 9, 1971, p. 41.
- 70— FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário** (1.º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845). Palegre, Martim Livreiro et alli, 1984.
- 71 - IDEM. Documentos sobre a Rev. Far. **RIHGRGS**, 1944, nº 85,p. 78.
- 72— IDEM. "Memória sobre a Revolução Farroupilha até o combate de Passo do Rosário", 1836. **ALERGS**, 1906.
- 73 - FORTES et WAGNER, **História Adm. Jud e Eclesiástica do RGS**.Palegre, Ed. Globo, 1963.
- 74— FRAGOSO, Augusto Tasso, general. **A Revolução Farroupilha**.Rio, Bibliex, 1939.
- 75— IDEM. O Combate do Rio Pardo 30 de abril de 1938. **DN**, XXIII,p. 587-603.
- 75 — FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão**. Palegre, Ed/OCS, 1980.
- 77— FREITAS, Décio. Farrapos, uma rebelião Federalista in: **A Revolução Farroupilha — História e Interpretação**; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, págs. 110-119.
- 78 — IDEM. **Capitalismo Pastoril**. OCS, 1981.
- 79 — FREITAS, Fernando Castro. **Triunfo**. Palegre, Martim L/E, 1985.
- 80 — FREITAS, José B. Gomes de. "Manoel José Gomes de Freitas".**ALERGS**, 1900, 1906, 1908.
- 81— GOY COCHEA, Castilhos. Sentença Processo Farrapo. **Correio do Povo**. Palegre, 1? de outubro de 1935.
- 82 — GOLIM, Tau. **Bento Gonçalves — O herói ladrão**. Santa Maria.LGR, Artes Gráficas Ltda., 1983.
- 83— HORMINO LIRA. Episódio e Farroupilha. **Nação Armada**, nº10, p. 111-112.
- 84— JAQUES, Paulino Inácio. A Constituinte de Alegrete. **RIHGRGS**,1941, nº 81, p, 623.
- 85— IDEM. A fuga de Bento Gonçalves. **RPSP**, nº 1, 1948, p. 55.

- 86— IDEM. A Paz de Ponche Verde e seus ensinamentos. **RMSCAHRGS**, n° 1, janeiro de 1957, p. 7-50.
- 87- IDEM. Assembléia de deportadores **RIHGRGS**, 1936, n? 64, pág. 167.
- 88— JOUBIM, Pedro Jacinto de Mallet. Pacificação do Rio Grande do Sul pelo Barão de Caxias. RMB, v. 116, maio 1980 (n° especial — Centenário morte de Caxias).
- 89— IDEM. Garibaldi na Revolução Farroupilha, conferência no IHGMB, 1983.
- 90 — LAYTANO, Dante de. **Torres**, Torres, Prefeitura, 1978.
- 91— IDEM. **História da República Rio-Grandense**. Palegre, Liv. Globo, 1936.
- 92— IDEM. A Confederação do Equador e a República Rio-grandense. (Pernambucanos na Rev. Far.) **RMJUAHRGS**, n° 4, 1959, p. 179.
- 93— LETIMAN, Spencer. Revolucionários Italianos no Brasil In: *Revolução Farroupilha — História e Interpretação*. Palegre, Mercado Aberto, 1985, págs. 98-109.
- 94— IDEM. Negros farrapos — hipocrisia racial no Sul do Brasil, idem, op. cit. p. 61-78.
- 95— LESSA, Luís Carlos Barbosa. A Retirada de São José do Norte. **RPSP**, n° 7, 1947.
- 96— IDEM. Textos de Projeto Memória Farroupilha, 1985 (SES e Bamerindus).
- 97— MACEDÓNIA, Antônio Valente. Organização Judiciária RGS época Rev. Far. **RIHGRGS**, n° 59, 1935, pág. 59.
- 98— MAESTRI FILHO, Mário José. A Revolução Farroupilha, uma nova visão. **DO Leitura**, São Paulo 1985.
- 99— MAIA, João Prado alm. **A Marinha de Guerra**. Rio, J. Olímpio, 1965.
- 100 — MARIANTE, Hélio Moro. **Farrapos guerra ã gaúcha**. Palegre, Martim Livreiro, 1985.
- 101 — IDEM. **Fronteira do Vaivém**. Palegre, Imp. Oficial, 1969.
- 102 — IDEM. **Decênio Heróico — Principais eventos**, Porto Alegre, EMMA, 1985 (inclui apreciação Centauros de Ébano, focalizando os lanceiros negros, que publicou em artigo).
- 103 — MARIATH, Frederico. Combate da Laguna. **ALERGS**, 1911.
- 104 — MEDEIROS, Laudelino T. O Homem de 1835. **Correio do Povo**. Palegre, 20 de setembro de 1935.
- 105 — IDEM. **Formação da Sociedade Rio-grandense**. Palegre. URGs, 1975 (chamamos atenção — p. 29 (íates) 31, 37, 68, 69, 77, 78).
- 106 - MONTEIRO, Antenor de Oliveira. **RIHGRGS**. 1937, n? 58, p.35.
- 107 — MORAIS, Carlos Dante de. Revoluções de 35 e 93. **RPSP**, n°17, 1952.
- 108 — MOREIRA, Angelo Pires. Ações navais no canal São Gonçalo e adjacências na Revolução Farroupilha. **Jornal da Manhã**. Pelotas, 6, 13, 20 e 27 de janeiro; 2, 13, 17 e 24 de fevereiro; 3, 10, 17, 24 e 31 de março; 7, 14 e 21 de abril e 5 de maio de 1985. (O autor é bisneto de Bernardo Pires, chefe de polícia da República Rio-Grandense e de José Ignacio Moreira Filho, 1° escrivão do Ministério da Justiça e Interior da referida República e 1° funcionário da Justiça do Município de Canguçu em 1857, onde deixou larga descendência. Escreveu ainda — Caxias recoloca Pelotas no caminho do Progresso depois da Revolução. Pelotas, **Diário Popular**, 20 de outubro de 1985.
- 109 — NASCIMENTO, Heloisa Assunção. **Arcas de Lembranças**. Palegre. Martins L. 1982.
- 110 — NEVES, Décio Vignoli. **Vultos do Rio Grande**. Santa Maria, Palloti, 1980 t. 1
1) General Antônio Souza Netto — p. 189-222 (Chefe farrapo)
2) Dr. Rodrigues Fernandes Braga — p. 223-286 (Presidente da Província)

- 3) Marechal Antero Ferreira Filho — p. 237-248 (Presidente da Província)
 4) Pedro Rodrigues Chaves — p. 243-254 (Juiz em Porto Alegre)
- 111 — NUNES, Inocêncio Pereira. Combate de Seival 10 de setembro de 1836. **ALERGS**, 1911.
- 112 — OLIVEIRA, Francisco Antônio Xavier de. Passo Fundo na Rev.Far. **RIHGRGS**, 1944, n° 93, p. 90.
- 113 — OLIVEIRA, Vicente Lucas. Registro do Tesouro da República Rio-Grandense. **RIHGRGS**. 1925, n° 33-34, p. 65.
- 114 — **O Povo** — 1838-40 — Jornal Político e Literário e Ministerial da República Rio-Grandense (fac-símile). Palegre, Liv. Globo, 1930.
- 115 — OSÓRIO, Fernando Luiz. **A Cidade de Pelotas**. Palegre, Liv.Globo, 1962, 2° ed.
- 116 — IDEM. Os supremos objetivos dos farrapos. **RIHGRGS**. 1935,N° 59, p. 51.
- 117 — OSÓRIO, Fernando. **A História do General Osório**. Brasília.: Curso Objetivo, 1979, v. 1, 235-445).
- 118 — PALHA, José. Efemérides navais. Rev. Far. **RIHGRGS**, 1944, n°s 53-54.
- 119 — PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos Liberalismo e ideologia In: **Revolução Farroupilha História e Interpretação**. Palegre, Mercado Aberto, 1985, págs. 5-21.
- 120 — PICCOLO, Helga L.L. O Parlamento e a Revolução Farroupilha. **Estudos Leopoldenses**, n° 88, 1985.
- 121 — IDEM. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional: **In Revolução Farroupilha — História e Interpretação**. Palegre, Mercado Aberto, 1985, págs. 30-60.
- 122 - PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. (1945-57) Palegre, Ed. Globo (Direção Moysés Velinho e índices de Vilasboas do CIPEL. Possui interessante material sobre a Revolução).
- 123 — PORTO ALEGRE, Apolinário. **Cançãoeiro da Revolução de 1835**. Palegre, Erus, 1981.
- 124 — PORTO, José Mariano. Apontamentos biográficos do brigadeiro José Gomes Portinho (Barão de Cruz Alta) **RIHGRGS**, 1929, n.º 36, p. 521.
- 125 — QUEVEDO, Raul. O Jornalismo durante a Revolução Farroupilha. **Diário Popular**. Pelotas, 20 de setembro de 1985.
- 126 — REICHARDT, H. Canabarro. **Bento Gonçalves**. Palegre, Ed.Globo, 1932.
- 127 - IDEM. Vida de David Canabarro. **RIHGRGS**. 1934. 4° trim. p.213-224.
- 128 — IDEM. A Literatura Farrapa no Centenário. **RIHGRGS**, n° 60,p. 935.
- 129 — REIS, Jorge. João da Silva Tavares. Visconde de Cerro Alegre, **ALERGS**, 1908.
- 130 — RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Almanaque Literário e Estatístico do RGS**. 1889-1917 (artigos biográficos de líderes farrapos e alguns imperiais (artigo, ano, página)
- 1) David Canabarro (1895 — p. 217-231)
 - 2) A morte do coronel Albano (imperial) — (1897 — p. 265-268)
 - 3) José Gomes Portinho (1898 — p. 3-31)
 - 4) A pacificação — Canabarro e Porongos (1898 — p. 85-86)
 - 5) Combates de Pelotas 7 e 8 de abril e morte do coronel Albano (1898 — p. 85-86)
 - 6) Antônio Vicente da Fontoura (1900 — p. 3-36)
 - 7) João Manoel de Lima e Silva (1901 — p. 3-34)
 - 8) Manoel Lucas de Oliveira (1901 — p. 127)
 - 9) Desprendimento do brigadeiro Portinho (1901 — p. 141-143)
 - 10) Pedro Boticário (1901 - p. 211-214)
 - 11) O general Antônio Netto e a Paz (1901 — . 249)
 - 12) Canabarro e Porongos (1901 — p. 222-243)
 - 13) Arrogância de Manoel dos Santos Loureiro (1902 — p. 183-184)

- 14) Magnanimidade de um farrapo (1902 — p. 185-186)
- 15) A surpresa de Chico Pedro (1902 — p. 225-228)
- 16) A abnegação de Joaquim Pedro Soares (1902 — p. 231-232)
- 17) Morte de Onofre Pires (em duelo) — (1902 — p. 240-245)
- 18) De que morreu o brigadeiro Calderon? (1902 — p. 247-248)
- 19) Bento Manuel Ribeiro (1903 — p. 143-144)
- 20) A barca a vapor "Liberal" (1904 — p. 3-14)
- 21) Magnanimidade de Bento Gonçalves (1904 — p. 209-212)
- 22) Duas cartas de Garibaldi (1905 — p. 241-242)
- 23) José de Araújo Ribeiro (1904 — p. 3-14)
- 24) Bento Gonçalves — ideal político (1906 — p. 5-30)
- 25) Bento Manuel Ribeiro — independência — caráter (1907 — págs. 5-32)
- 26) Bento Gonçalves — convicções (1907 — p. 225-236)
- 27) João da Silva Tavares (1909 — p. 3-24)
- 28) Antônio Vicente da Fontoura (1910 — p. 3-14)
- 29) Hino Rio-Grandense (1910 - p. 219-220)
- 30) Antônio de Souza Netto (1913 — p. 3-15)
- 31) O Combate do Seival (1907 - p. 116) — (Artigo de NUNES, Inocêncio P.)

OBS.: Da alentada hemerografia do autor ela nada dedica aos perfis de João Antônio da Silveira, Teixeira Nunes, Bernardo Pires, José Mariano de Mattos, Domingos Crescêncio de Carvalho, Corte Real, Carvalhinho, Amaral, Jacinto Guedes e . ao cronista farrapo Caldeira.

- 131 - REVISTA DO MUSEU HISTÓRICO JÚLIO DE CASTILHOS E ARQUIVO HISTÓRICO RGS (1952-57) - 8 v., sob a direção de Dante de Laytano (possui elementos vários).
- 132 - REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO RGS
 - 1) OSÓRIO, Luiz Fernando. "Os supremos objetivos da jornada de 35". 3º trim., p. 25-26.
 - 2) A Revolução dos Farrapos no Arquivo Nacional. 1899, nºs 13-116.
 - 3) PORTO, Aurélio. Farroupilha significação do termo. 1935, nº 60, p. 191.
 - 4) IDEM. O processo dos farrapos. 1934, p. 54, pág. 303.
 - 5) IDEM. A Proclamação da República Rio-Grandense.
 - 6) IDEM. Ensaio psicológico do marechal Bento Manuel Ribeiro. 1º trim., 1934, p. 3-49.
 - 7) IDEM. A idéia federativa no Brasil. 2º trim., 1935, p. 165-166.
- 133 - RODRIGUES, Felix. A Batalha do Fanfa. **RIHGRGS**, 1936, nº 64, pág. 327.
- 134 - ROSA, Othelo R. A posse de Araújo Ribeiro. **RIHGRGS**. 1944, nº 96, p. 162.
- 135 - IDEM. O separatismo dos farrapos. **RIHGRGS**, 1934, nº 50, pág. 28.
- 136 — IDEM. Causas da Revolução Farroupilha. **RPSP**, nº 2, 1945.
- 137 - RUSSOMANO, Victor. Episódio Rev. Far. **RIHGRGS**. 1930, nºs 39-40, p. 945.
- 138 — SÁ BRITO, Francisco. Memórias Rev. Far. **RIHGRGS**, 1922.
- 139 - SANMARTIN, Olynto. Necrológio de Alfredo Varela. **RIHGRGS**. 1937, nº 68, p. 245.
- 140 — IDEM. **Bento Manuel Ribeiro**. Palegre, Ed. Centro, 1935.
- 141 - SCHROEDER, Celso M. O Decênio Farroupilha em São Gabriel. **RIHGRGS**. 1938, nº 71, p. 55.

- 142 — SILVA, A Pretextado Maciel. **Os Generais do Exército Brasileiro**. Rio, Bibliex, 1941, v. 2, 2º ed. (Bento Manuel p. 49-83 e sobre os oficiais generais que combateram a Revolução Elziário. Manoel Jorge, Santos Barreto, Conde do Rio Pardo, Labatut Calderon e Sebastião Barreto).
- 143 — SILVA, Guilhermino César da. Os farrapos e a documentação manuscrita. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 1º de outubro de 1977 (Caderno de Sábado).
- 144 - SILVA, Joaquim Gonçalves da. **ALERGS**— Evasão de Onofre Pires e Corte Real — 1897 e Evasão de Bento Gonçalves 1898.
- 145 — IDEM. Apontamentos sobre Bento Gonçalves da Silva. **RIHGRGS**, 1925, N° 36, p. 515.
- 146 — SOUZA, Alvaro Tavares de. **Cel João da Silva Tavares. Feitos e serviços**. Rio, SGeEx, 1970.
- 147 — SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de, gen. Francisco Pedro de Abreu. **ALERGS**, 1914.
- 148 — IDEM. Ensaio Psicológico de Bento Manuel Ribeiro. **RIHGRGS**. 1934, n° 53, p. 3. 557.
- 150 — IDEM. República Rio-Grandense — subsídios história. **RIHGRGS**. 1923, n°s 11-12, á. 397.
- 151 — IDEM. A expedição de Rivera contra Bento Manoel. **RIHGRGS**. 1927, N° 28.
- 152 - IDEM. A ideologia Federativa da Rev. Far., **RIHGRGS**, 1932, N° 46, p. 144.
- 153 - IDEM. O sentido brasileiro da Rev. Far. **RIHGRGS**, 1935, n°58, p. 165.
- 154 - IDEM. A idéia federativa no Brasil. **RIHGRGS**, 1935, n° 58, p.107.
- 155 — IDEM. Revolução Farroupilha — sua significação. **Revista Militar Brasileira** — set/dez 1935, p. 316.
- 156 — SPALDING, Walter. Caxias e a administração de Porto Alegre depois da Revolução Far. cap. 19 **In: Pequena História de Porto Alegre**. Palegre, SULINA, 1967, p. 101-105.
- 157 — IDEM. **Farrapos**. Palegre. Liv. Selbach 1931 e 1935 2º ed. 2 v.
- 158 — IDEM. **A Revolução Farroupilha**. Brasília, Cia Ed. Nacional, 1939.
- 159 — IDEM. **Farroupilhas e caramurus**. Palegre, Liv. Globo, 1944.
- 160 — IDEM. **A Epopéia Farroupilha**. Rio, Bibliex, 1963.
- 161 - IDEM. Bandeira e Brasão Farroupilha. **RIHGRGS**, 1936, n° 63, pág. 19.
- 162— IDEM. José Vasconcelos Jardim — uma biografia frustrada. **RIHGRGS**. 1935, n° 59, p. 137.
- 163— IDEM. Brigadeiro Bonifácio Isaias Calderon. **RIHGRGS**. 1935, N° 55, p. 103.
- 164- IDEM. Caxias e Bento Manuel Ribeiro. **RIHGRGS**. 1936, n° 63, p. 75.
- 16 — IDEM. Visconde de Cerro Alegre (Silva Tavares). **RIHGRGS**, 1938, n° 71, p. 3.
- 166 - IDEM. Pedro Chaves. **RIHGRGS**. 1935, n° 59, p. 103.
- 167 — IDEM. Documentos sobre a Rev. Far. por Antônio Vicente da Fontoura. **RIHGRGS**. 1944, n° 95, p. 78.
- 168— IDEM. Canabarro — mestre de Brasilidade. **RIHGB**, v. 197, 1947, p.. 3-62.
- 169 — IDEM. **Construtores do Rio Grande do Sul**. Palegre, Sulina 1970 (contém muitos perfis farrapos, consolidados — possui parte ainda inédita).
- 170— IDEM. Propaganda e propagandistas republicanos, **RMJUAHRGS**, jan. 1952, p. 57-136.

- 171 — TABORDA, Tarcísio. *A Revolução Farroupilha em Bagé*. Bagé:FUNBA, 1985.
- 172 — IDEM. A Surpresa de *Porongos*. **Revista Militar Brasileira**, abr/jun1970 p. 7-16.
- 173 — IDEM. Historiografia de Bagé. **Revista Militar Brasileira**, abr/jun 1970, p. 17-35.
- 174 _ TRINDADE, Miguel J. **Alegrete do século XVIII - século XX**.Palegre, Movimento, 1985, v. 1.
- 175 _ WIEDRSPHAN, H. Oscar. **O general farroupilha João Manoel de Lima e Silva**. Palegre, EST - SULINA - EDUCS, 1984.
- 176 — IDEM. *O Convênio de Ponche Verde*. Palegre, IEL — DACSEC, 1979.
- 177— IDEM. Descendentes do Vicentista Pedro Leme. **RIHGRGS**, 1946,Nº 95, p 151.
- 178 — IDEM. *Bento Gonçalves e as Guerras contra Artigas*. Palegre, IEL - DAC - SEC, 1979.
- 179 - IDEM. Bento Gonçalves e Lavaleja. **RIHGRGS**, 1935, nº 59, p.57.
- 180 — IDEM. Ação de Pedro II na Pacificação do RGS. **Anais do Congresso Histórico 2.º Reinado HGB**.
- 181 — VAZ, Aristóteles (Aristóteles Vaz de Carvalho e Silva) **São Gabriel na História**. São Gabriel, Pref. Munie, 1913. (Aspectos localidade na Revolução Farroupilha e biog. gen João Antônio da Silveira e retrato).
- 182 — VILHENA DE MORAIS, Eugênio. **O Duque de Ferro (Caxias)**.Rio, 1933. Para indicações (Bibliografia sobre Caxias ver de nossa autoria "Significação Histórica de Duque de Caxias" — **Revista do Clube Militar**, 1980; nº especial comemorativo Centenário de seu falecimento — indica biógrafos em ordem cronológica e repercussões várias de sua ação pacificadora).

OBSERVAÇÕES SOBRE AS FONTES CONSULTADAS

Em notas ao texto são citados autores e fontes não constantes da presente lista e principalmente os filmes de TV sobre a Revolução Farroupilha, levados ao ar pela SBS, em Porto Alegre, e TV Bandeirantes, bem como a publicação **Pró-Memória Farroupilha**, todos com a participação destacada do escritor e historiador Luiz Carlos Barbosa Lessa. É omitido na lista mas apreciado nos textos os programas elaborados pela Comissão do Sesquicentenário e trabalhos iconográficos marcantes, como o do senador Guido Mondim. São omitidos mas citados e apreciados alguns artigos sobre a Revolução editadas em cadernos especiais de **O Jornal de São Gabriel**, *Zero Hora* de Porto Alegre e **Diário Popular** de Pelotas, todos de 20 de setembro de 1985 e mais a excelente **A Guerra dos Farrapos** — Patrocínio da Refinaria Ipiranga, com ilustrações de Flávio Colim excelente interpretação histórica de Tabajara Ruas. Versão séria com apoio no que a pesquisa histórica tem concluído nos últimos 150 anos.

Nossa hemerografia e bibliografia sobre a Revolução preferimos publicá-la após, em separado, para facilidade de consulta.

Não pretendemos com a presente lista esgotar as fontes sobre a Revolução. Mas sim aproximá-las significativamente, como instrumento de trabalho do pesquisador do futuro da Epopéia Farroupilha. Esperamos que ele nos agradeça em especial os que recorrem a Internet, moda atual

Episódio histórico, de grande projeção nacional, e ainda repleto de imprecisões, omissões e confusões a precisar, em função da crítica histórica e da pesquisa em cada local (micro-histórias).

De uma coisa temos certeza: O Centenário Farroupilha deu mais impulso ao estudo histórico da Revolução Farroupilha do que o Sesquicentenário, assinalado por muitas comemorações e poucos trabalhos históricos. E, os poucos, produzidos por conta própria, pois o apoio oficial minguou em razão de crise financeira que atravessava o Estado.

Aqui, é preciso que se diga, foi projetado mas não realizado o Congresso de História da Revolução Farroupilha, programada para 13 de setembro de 1985, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As consequências para a historiografia são previsíveis: Aqui não poderíamos deixar de mencionar os vários instrumentos ⁴ de trabalho sob a forma de índices elaborados por integrantes do CIPEL, como Pedro Vilas-Boas, Ari Martins e Aldo Moro Mariante. O último o consolidador das efemérides guerreiras, pondo ordem no assunto e ajudando o pesquisador a situar-se a cada momento no contexto. Prova, que o CIPEL está no rumo certo.

Dentro das falhas nos estudos é necessário que surjam pesquisadores a esclarecer os seguintes pontos:

- Porto Alegre. Maiores detalhes sobre tudo o que ali aconteceu sob o governo revolucionário, sob o sítio farrapo e depois de liberada. É muito pouco o que se conhece. Conseguimos diminuir esta lacuna com **Porto Alegre — Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília, EGGCF, 1989.
- Rio Grande, idem. Pouco se conhece da situação que viveu então. Era o de maior importância estratégica. Como os imperiais descrevem o ataque de 26 de julho de 1836.
- Rio Pardo. É pouco o que se sabe da Revolução no local. Foi significativa a sua participação.
- Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Maria, Cachoeira, Viamão, São Leopoldo, São Borja e, principalmente Alegrete e Piratini, estão a necessitar pesquisadores que desvendem eventos farrapos que ali tiveram lugar. E creio já existem fontes suficientes. Falta alguém que se habilite e não deixe morrer a memória de sua comunidade. E que não lhes falte o apoio de administradores com visão alta em financiá-los. (Executivo e Legislativo.)

Estamos tentando implementar o Instituto de História do Rio Grande do Sul, integrando historiadores-tradicionistas, comunicadores sociais, autoridades em diversas categorias, para, unidos, num esforço conjunto, resgatar não só a memória da Revolução Farroupilha, geradora das maiores tradições do Rio Grande do Sul, como a História do povo e terra gaúchas e contribuições às instituições brasileiras, como a República e a Abolição.

Vamos ver se conseguimos empolgar os interessados a cooperar. Experiências realizadas de 1985-91 entre historiadores e tradicionalistas, com apoio da Imprensa e autoridades, parecem indicar este caminho. Ninguém pode progredir na Era de Comunicação Social neste isolamento.

"Não existem Ciências Ocultas. Existem cientistas que ocultam as Ciências."

E parece que isto está acontecendo com a Ciência Histórica, por não estar encontrando meios e linguagem adequados para ser apoiada pelo Poder Público e pelos meios de Comunicação Social.

Reverter este quadro adverso, parece ser a cruzada do futuro dos historiadores.

Existe um conformismo, um isolamento do historiador o que ocasiona às vezes, pelo desconhecimento de sua existência, o exercício de sua função social por outros não habilitados para tal.

Cumpra-lhe defender de unhas e dentes o seu espaço, protestar e desestimular invasões de sua área. Deve estruturar-se em associações históricas, procurar o apoio de autoridades com visão de estadistas, de órgãos de comunicação social, empresas e ir à luta! A imprensa cabe aqui importante papel. Abrir as portas para o historiador e, juntos, cada qual na sua especialidade, levarem a História ao povo em geral. É uma atitude patriótica e nacionalista, visando a evitar a descaracterização da nossa História e Tradições, sob a influência de versões distorcidas. Versões elaboradas por estrangeiros, com todo o apoio em seus países, para pesquisarem e editarem estas versões entre nós. E na falta das versões dos historiadores brasileiros, sem apoio para pesquisas e publicações, elas terminarão por impor-se. Outro perigo é a descaracterização da História

e das Tradições, no bojo das lutas de natureza ideológica, em que as versões dominantes, com sensacionalismo, são alteradas para atingir-se fins ideológicos. Enfim versões que atingem seus objetivos e fazem a felicidade de um grupo nacional que alguém caracterizou como Cívico--Masoquista. Isto por se comprazerem quanto ao Brasil e enxovalhado, diminuído, apresentado sob o ângulo de suas misérias e contradições ou por ser julgado nas circunstâncias vividas por seu povo no passado, dentro de perspectivas das circunstâncias de hoje. E alguns pseudo-escritores e historiadores têm conseguido bons lucros, vendendo trabalhos para esta ala. Enfim é um problema para estadistas, para quem governa com visão alta.

Outro ponto que se observa em certos trabalhos de História, ou com este objetivo, é a omissão dos historiadores através de trabalhos específicos que produziram.

Citá-los e seus trabalhos dá um caráter científico a quem os utiliza para novos avanços ou aproximações no tema. É uma orientação aos pesquisadores do futuro.

E por outro lado um reconhecimento a quem já trabalhou no tema. E, em algumas interpretações bem feitas, por sinal, muitos autores se vêm nos textos, às vezes até plagiados ou sem a mínima citação ou referência.

E a um tempo só um desrespeito à Ciência, à Ética e à Lei (Normas da ABNT) que não pode continuar. Quem assim não proceder, peio menos não caracterize de histórico seu trabalho. Pois poderá um dia comprometer sua própria memória no Tribunal da História.

Pensamos que a TV pode fazer com sua força o que desejar em termos de versão histórica.

Pode mas não deve! O que deve é consultar quem sabe e suou para saber. Do contrário não está cumprindo sua função educativa e sim abusando do seu poder, prática condenável, parta de onde partir. Cedo ou tarde terá de prestar contas dessa prática condenável. Julgamos ser seu dever, em sua elevada função social, Informar e Educar!

Por exemplo, do ponto de vista histórico, as versões da Revolução Farroupilha apresentadas pelas TV SBS e Bandeirantes estão bem aquém da História em Quadrinhos — *A Guerra dos Farrapos*, editada pela Refinaria Ipiranga é de Tabajaras Ruas. Aliás a interpretação deste autor surpreende o historiador acostumado ao tema e o ensina em alguns aspectos que ele soube bem pinçar. Particularmente as controvérsias internas, e as do Império com a República. As ilustrações de Colim enriquecem a iconografia e podem apoiar trabalhos cinematográficos e de TV. O trabalho da fotógrafa Liane Neves no citado *Pró-Memória Farroupilha* é muito bom e original.

Finalizando quero aqui pedir justiça para um combatente e cronista farrapo o tenente Manoel Alves da Silva Caldeira, que viveu longos anos em Canguçu e a quem muito deve a História da Revolução Farroupilha. Foi na Faculdade de Direito de São Paulo, através do Clube 20 de Setembro, em 1881, que Alcides Mendonça Lima deu início ao esforço pela preservação da Memória Farroupilha, ao fazer o discurso oficial de criação do referido Clube e editar no ano seguinte no Rio, 1882. ***História Popular do Rio Grande do Sul***. Como promotor em Rio Grande, foi, ao velho farrapo, morador em Canguçu, que ele recorreu para mais informações sobre detalhes bélicos da Revolução e seus líderes. A ele recorreram entre 1890-1900 os historiadores Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela. Portanto, o pioneiro gaúcho da História da Revolução e mais outros dois pioneiros, por sinal os de obra mais alentada. E é na obra dos três e nas dos que neles têm-se baseado, refletem-se 170 páginas importantes escritas pelo velho e heróico farrapo que viveu em Canguçu, para o qual advogamos o justo título: O ***primeiro cronista da Revolução Farroupilha***.

Enfim, esperamos que todos os estudiosos o elevem da posição obscura em que tem permanecido há quase um século e o coloquem no justo lugar, como pioneiro da historiografia da Revolução Farroupilha que ele fez como combatente e sobre ela escreveu como ninguém, objetivamente. É esta a razão para incluí-lo no trabalho como o único tenente farrapo.

Não fora ele não poderíamos traçar o perfil do combatente farroupilha, fundamental para traçar-se o perfil do combatente Brasileiro no Sul. Este importante subsídio para o Desenvolvimento da Doutrina Militar do Brasil caracterizada por dois elementos permanentes, a sua contínua evolução e o homem brasileiro.

Em tempo — Cabe aqui o registro dos seguintes trabalhos sobre a Revolução Farroupilha produzidos para o Congresso Nacional de História... da Proclamação da República e publicados nos Anais específicos do IHGB, 1989:

PICCOLO, Helga. A Guerra dos Farrapos e o Movimento Republicano no RGS in: *Anais do Congresso de História da... Proclamação da República*. Rio, IHGB. 1989, v. 1, p. 42-72. (Remete a outras fontes não citadas aqui.)

DO AUTOR. Canguçu e a República. Idem, idem, idem, p. 347-354.

DADOS DO AUTOR EM 1992

CLÁUDIO MOREIRA BENTO é historiador militar membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Academia Brasileira de História e entidades congêneres dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco e Ceará e das cidades do Rio de Janeiro, Pelotas, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, e Canguçu-RS, de Itajubá-MG e de Santos e Bertioga-SP. Preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e integra, além, no Rio de Janeiro, a Sociedade Geográfica Brasileira e os Institutos Bolivariano, dos Centenários, Histórico Brasil-Peru--Marechal Ramon Castilla e o Instituto de Estudos Valeparaibano. Possui o curso de Pesquisadores das Forças Terrestres Brasileiras pelo Estado-Maior do Exército. Coordenou em 1970-71 a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e as operações de pesquisa histórica do Projeto Rondon — Arquivos 1 e Guararapes. Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do 1971-74 que teve a seu cargo o projeto de coordenação e edição da *História do Exército Brasileiro*, comemorativo do Sesquicentenário da Independência, cabendo-lhe, também, como historiador convidado, redigir o capítulo referente às guerras holandesas. Presidiu comissão da *Revista do Exército* evocativa do bicentenário do Forte de Coimbra e a que estudou a criação do Museu do Exército no Forte de Copacabana. Foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras 1978-80, quando teve editado pelo EME, sob a forma de manual, o livro *Como estudar e pesquisar a História do Exército*. Ali integrou comissões evocativas dos centenários de falecimento do Duque de Caxias e do Marechal Osório e a coordenação e enriquecimento dos livros textos *História da Doutrina Militar* e *História Militar do Brasil*, com recursos do EME.

Foi premiado em concursos literários com os seguintes trabalhos: *O gaúcho fundador da Imprensa Brasileira* (1974) pela Associação Rio-grandense de Imprensa e Assembléia Legislativa do RGS; *O Negro na Sociedade do RGS Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS* (1975-76), pelo Estado do Rio Grande do Sul; *A produção de Estimadas* (1975) pela EsNI; *O Exército Brasileiro e o Desenvolvimento* (1988) pela *Military Review* do Exército dos EUA e *O Exército e a Abolição* (1988); e *O Exército na Proclamação da República (1989)* pela Diretoria de Assuntos Culturais do Exército (DACED).

É autor de 27 obras entre livros, plaquetes e álbuns, além de quase um milhar de artigos sobre História Militar do Brasil e de suas Forças Armadas e em especial a do Exército Brasileiro, em periódicos civis e militares, nacionais e estrangeiros. No conjunto de seus trabalhos publicados registra-se: *As batalhas de Guararapes* Recife, (UFPE, 1971, 2 v); *A grande festa dos lanceiros* (Recife, UFPE, 1971; *Símbolo do RGS* (Recife, UFRPE, 1971); *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS* (Palegre, IEL,

1975); **O Negro na Sociedade do RGS** (Palegre, IEL, 1975); **Como estudar e pesquisar a História do Exército** (Brasília, EME-EGGCF, 1978); **Canguçu, reencontro com a História** (Palegre, IEL, 1978); **A História do Brasil através de seus fortes** (Palegre, GBOEx, 1982); **Escolas de formação de oficiais das FFAA** (Rio, FHE-POUPEX, 1987); **Quartéis Gerais das FFAA** (Rio, FFIE-POUPEX, 1988); **A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República** (Rio, FHE-POUPEX, 1989); **O Exército na Proclamação da República** (Rio, Senai, 1980); **Amor febril — Memória da canção militar brasileira** (Porto Alegre, GBOEx, 1990) e plaquetes **Centenário do término da guerra do Paraguai** (Maceió, Trib. Contas, 1972); **Tradição e Disciplina** (Fortaleza, UFCE, 1971); **A Conquista da Amazonia** (Rio, DNF, 1972); **O Libertador do Acre** (Belém, SUDAM, 1973); **Sesquicentena'rio da PMSP** (São Paulo, PMSP, 1981); **O mineiro cerebro da Rei»lução Fari'oupilba** (Itajubá, EFEI, 1981); **Síntese histórica do 4º BECmb** (Itajubá, 1981); **Sesquicentena'rio do combate do Rio Pardo** (Rio, MONASA, 1981); **Centenário o de Conrado Ernani Bento** (Canguçu, 1988); **Porto Alegre — Sítios farrapos e administração de Caxias** (Brasília, EGGCF, 1989).

Foi Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar no centenário da entidade, em 1977.

No centenário da República integrou comissão do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativas do evento, tendo publicado várias matérias alusivas o tema.

Coronel R-1 QEMA de Engenharia Turma Asp Mega, fevereiro de 1955 é natural de Canguçu-RS. Foi diretor do Arquivo Histórico do Exército (1985-1990). Possui entre outras a Medalha Militar por mais de 40 anos de bons serviços ao Exército.

No momento trabalha um dicionário sobre a participação militar do Brasil na V Guerra Mundial, nos teatros de Operações do Atlântico e do Mediterrâneo.

Distinções civis: E irmão da Santa do Rio de Janeiro, cidadão honorário da cidade de Itajubá-MG e detentor da comenda J. Simões Lopes Neto conferida pela cidade de Pelotas-RS, além de outras distinções como transcrição de artigos na Câmara Federal, Assembléia Legislativa de Goiás e Câmara de Vereadores de Recife.

E membro da Academia Lusa-Brasileira de Letras — Rio-RJ; do Instituto Histórico e Geográfico do RGN e da cidade de Sorocaba-SP. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que funciona no 12º andar do Palácio Duque de Caxias no Rio de Janeiro. E sócio correspondente da Academia Nacional de História da Argentina, como membro do IHGB.

CEL CLÁUDIO MOREIRA BENTO

R. Ferreira Pontes, 430 - Bl. 1, apto 504

20.54 1 — Grajaú — Rio de Janeiro-RJ e CASA DA PALMEIRA IMPERIAL R. Florença, 266 — Jardim das Rosas

Fone: (021) 268-8759 27.54 — Itatiaia - RJ

Fone: (0243) 54-2988

Endereço atual

Rua Florença 266 Jardim das Rosas 27580-000 Itatiaia- RJ

e.mail bento 1931@gmail.com.br

Local de trabalho AMAN Presidente da Federação de Academia de História Militar Terrestre do Brasil site WWW.ahimtb.org.br